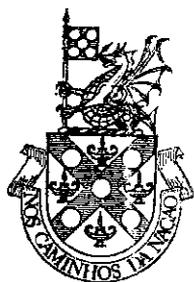

NAÇÃO E DEFESA



ANO XI — n.º 38 — ABRIL - JUNHO DE 1986
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

Vice-Almirante **ADRIANO COUTINHO LANHOSO**
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Tenente-Coronel Oliveiros Martins (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	40\$00
Preço de venda avulso	50\$00

EDITORIAL	5
O REENCONTRO E O DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES PORTUGUESAS DO ESTRANGEIRO — DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA POLÍTICA	11
<i>Maria Manuela Aguiar</i>	
THE STOCKHOLM CONFERENCE AND THE GENEVA US/ SOVIET TALKS ON NUCLEAR DEFENCE AND SPACE WEAPONS	25
<i>Guenther Seibert</i>	
ESFORÇO FINANCEIRO DA DEFESA	43
<i>Mota Mesquita</i>	
RECURSOS ENERGÉTICOS MUNDIAIS	59
<i>Luis Aires-Barros</i>	
A INDÚSTRIA DE DEFESA E A MODERNIZAÇÃO DAS FOR- ÇAS ARMADAS PORTUGUESAS	93
<i>António Jorge de Figueiredo Lopes</i>	
A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL — UMA PERSPEC- TIVA ESTRATÉGICA	107
<i>João Carlos de Azevedo de Araújo Gerales</i>	
ALGUNS ASPECTOS DA MARINHA EM QUE SÃO DESTACA- DOS OS CONCEITOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA NACIO- NAL	125
<i>Vasco Viegas</i>	
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIA NAVAL PORTU- GUESA	137
<i>António C. Fuzeta da Ponte</i>	
A DEFESA NO MUNDO	163

EDITORIAL

EDITORIAL

1. *Uma das características da sociedade internacional moderna, quer no relacionamento dos Estados entre si, quer no fluir da vida interna de cada um deles, é a crescente interdependência.*

2. *Como resultado, é cada vez menos verdadeiro o conceito estrito e clássico de independência nacional, na medida em que ser independente, nos nossos dias, é, sobretudo, conservar a capacidade de gerir as inevitáveis dependências que o relacionamento económico, a diversidade de interesses e de situações, e o enorme mas desigual desenvolvimento científico e tecnológico impõem aos parceiros internacionais.*

3. *O conceito de defesa nacional, há poucos decénios ainda limitado quase que só ao parâmetro militar e sua logística directa, tem-se conseqüentemente afirmado, e cada vez mais, como um conjunto permanente e sistémico de medidas de âmbito caracterizadamente interdepartamental e de natureza global, de cuja prática coordenada o Estado, como um todo, e o próprio cidadão, não podem alhear-se.*

4. *Uma Pátria consciente das especificidades que a caracterizam e que, ao fim e ao cabo, são a razão básica de sua afirmação independente, tem, obviamente, objectivos nacionais permanentes a cumprir, que se inscrevem na esfera de responsabilidades da defesa nacional integrada.*

Exigem-no a preservação da sua soberania e o sentir da comunidade que, aspirando embora ao bem-estar social e ao desenvolvimento, quer consegui-los com base na segurança e no respeito pelo seu carácter nacional ou, o que é o mesmo, em con-

dições de salvaguarda das suas raízes histórico-culturais e dos valores básicos da sua nacionalidade.

5. Os objectivos nacionais permanentes assim definidos traduzem, em síntese, os interesses e as aspirações vitais da unidade sociopolítica em causa e, em consequência, mantêm a sua validade por longo tempo, traduzindo como que o núcleo básico da vivência de toda a comunidade nacional e o resumo dos seus anseios mais relevantes.

6. Como tal, exigem-se etapas para a sua consecução, pois nunca são suficientes os recursos disponíveis em cada momento, circunstância que obriga ao estabelecimento de objectivos intermédios que, quando alcançados, para aqueles concorrem a prazo.

7. Será visando a consecução dos objectivos intermédios (actuais e longínquos) que, em cada conjuntura e face aos recursos disponíveis (materiais e anímicos), caberá ao escalão político mais elevado definir um conjunto de opções, princípios e directrizes que, no seu todo, constituem a política de defesa nacional.

8. À estratégia de defesa nacional, sequente daquela política e da responsabilidade do mesmo escalão, caberá a tarefa de preparar, gerir e administrar os recursos (ou factores de potencial estratégico), no sentido de orientar a forma de assegurar a conquista dos mesmos objectivos, a despeito dos antagonismos (riscos e ameaças, presentes e previsíveis, decorrentes da conjuntura e da sua evolução mais provável).

9. Trata-se, pois, em cada momento, de conseguir a resposta credível a riscos e ameaças, através dum pertinente e hierarquizado esforço de redução/eliminação das vulnerabilidades e de valorização das potencialidades, no sentido de alcançar um poder nacional minimamente dissuasor de interferências inconvenientes, sejam elas económicas, políticas, psicossociais ou militares.

10. *Em todo este processo, porém, um parâmetro é decisivamente importante: a vontade de defesa.*

Na realidade, por maiores que sejam os recursos materiais disponíveis, não haverá poder nacional se não existirem recursos anímicos. O homem e o seu querer consciente e organizado são, como sempre, o elemento fundamental.

Lisboa, 30 de Junho de 1986.

O REENCONTRO E O DIÁLOGO
COM AS COMUNIDADES PORTUGUESAS
DO ESTRANGEIRO

DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA POLÍTICA

Maria Manuela Aguiar

O REENCONTRO E O DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES PORTUGUESAS DO ESTRANGEIRO

DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA POLITICA (*)

De novo nos encontramos aqui reunidos para debater problemas que dizem respeito à emigração, aos portugueses residentes no estrangeiro e às comunidades em que se integram e em que se continua, na realidade (a expressão embora tão repetida nada tem de mera retórica), toda uma maneira verdadeiramente portuguesa de estar no mundo, de viver e conviver, que, apesar de todas as contingências, ainda não se perdeu e perdura bem viva e fecunda.

É, de certo modo, tradicional que as pessoas que vêm fazer exposições a este Curso, e têm a seu cargo a responsabilidade de departamentos governamentais, apresentem aqui as linhas fundamentais das políticas que vão desenvolver no decurso do ano, ou, pelo menos, as questões que mais as preocupam e naquelas, portanto, ocuparão lugar proeminente.

É assim que tenho procedido, e é por isso mesmo natural que haja nestas minhas introduções aos debates que se seguem e cuja vivacidade, aproveitamento para o dizer de passagem, me dá sempre muita satisfação, é natural, dizia eu, que se verifique entre elas uma manifesta linha de continuidade.

A exposição deste ano inserir-se-á nessa sequência, e está em particular relacionada com a de 1984, intitulada «As Comunidades Portuguesas no Estrangeiro. Situação Actual e Perspectivas Futuras», que aliás não deixou de ser referida muito sucintamente em 1985, sobretudo no que respeita aos desafios postos aos emigrantes e às suas comunidades.

O ano passado falei, sobretudo, da problemática dos regressos e das políticas e medidas que se estavam a desenvolver, tanto para assegurar que aqueles fossem realmente livres, como para proporcionar aos regressados condições de reinserção, com êxito, no nosso e seu País.

(*) Exposição pela Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas ao Curso de Defesa Nacional de 1986, no Instituto da Defesa Nacional.

É minha intenção, hoje, tratar fundamentalmente da política para as comunidades portuguesas do estrangeiro, do desenvolvimento que está tendo e dos instrumentos básicos de que se dispõe para a sua definição e implementação: muito em especial o Conselho das Comunidades Portuguesas e o Programa Cultural da Secretaria de Estado, e bem assim do que se torna necessário aperfeiçoar e remodelar com vista a maximizar a sua eficácia e operacionalidade.

Sei das responsabilidades que neste campo impendem mais fortemente sobre algumas instituições, quer públicas (com particular relevo para o Governo e a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas), quer privadas, e muitos portugueses que têm tomado mais nítida consciência, nestes últimos anos, do reencontro com as comunidades, do que ele tem sido e do que representa para o presente e para o futuro de Portugal.

Permitam-me que mais uma vez insista neste ponto, como em tantas ocasiões tenho feito: é que se tem de tratar de um Portugal concebido no seu todo, bem lembrado dessa dimensão durante tantos anos esquecida, mas que lhe é dada por cerca de quatro milhões de portugueses e ainda pelos vínculos culturais que se mantêm vivos em comunidades, às vezes bem distantes, onde praticamente já não há compatriotas nossos, mas onde os núcleos de luso-descendentes não perderam, antes dão sinais de querer revivificá-las, tradições de raiz claramente lusíada. É por exemplo o caso do Hawai, onde se tem comemorado a herança histórica portuguesa, comemoração levada a efeito por um grupo de sociedades que, além da promoção periódica de reuniões de convívio, mantêm uma acção permanente de preservação das suas tradições e do reforço dos laços culturais e sociais que os unem.

Pela minha parte aqui estou a dar conta da forma como o Governo, e, de modo especial, a Secretaria de Estado de que estou encarregada, estão procurando corresponder a essas responsabilidades.

Aliás tais responsabilidades são, de certo modo, sublinhadas pelo facto de a actual designação ser a de Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, designação que não foi adoptada, evidentemente, por acaso.

E porque se adoptou esta denominação, se as competências que este departamento governamental tem são em parte as mesmas que lhe têm

estado consignadas desde a sua instituição e que, regra geral, se têm alargado com o decurso dos anos, quer relativamente às questões de emigração, quer às que concernem, mais especificamente, ao apoio às comunidades e à participação destas em todo o conjunto da vida dos portugueses residentes no estrangeiro?

Isto deve-se, quanto a mim, exactamente à vontade política de salientar a viragem que se consumou com o VI Governo Constitucional em relação às políticas de apoio aos portugueses emigrados e a partir da qual, sem nada perder do muito de positivo que já se começara a entrever ou a realizar na década de 60 (antes dando-lhe uma sistematização unitária inédita), se inicia um novo ciclo dessas políticas — o ciclo do apoio aos portugueses residentes no estrangeiro através das comunidades, ou seja, dos seus principais elementos estruturais em que se destacam as associações e, mesmo, e sobretudo, do apoio às necessidades específicas das comunidades como tais.

Várias vezes me tenho referido nestes cursos, até de forma relativamente desenvolvida, à evolução das políticas de apoio, por parte do Estado, aos nossos emigrantes. Neste momento, se volto a tocar no assunto é porque me parece importante salientar que este ciclo que põe a tónica nas comunidades portuguesas do estrangeiro é de facto um novo ciclo.

É verdade que aceito no essencial a distinção da Prof. Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade entre uma política de «trajecto de ida» (existente durante a Monarquia e a I República e até mais tarde, a qual se preocupa exclusivamente com o acompanhamento do emigrante desde a sua saída do nosso País até à chegada ao seu destino) e uma política de «ciclo fechado» (caracterizada pelo apoio estatal em cada uma das fases do projecto migratório, incluindo o eventual regresso), sem esquecer, ainda na linha da mesma Autora, as políticas de transição entre elas, embora com algumas reservas, sobretudo de ordem cronológica, em particular no tocante ao início de cada uma delas.

O que não quero deixar de acentuar aqui, contudo, e mesmo sob pena de me repetir, é que nos encontramos de facto num novo ciclo, e que a viragem que marca o seu início de forma a corresponder à complexidade dos desafios postos, no nosso tempo, aos emigrantes e ao Estado, se verifica na realidade no ano de 1980.

É com efeito nesse ano que, num contexto de sistematização deste tipo de políticas, franca e conscientemente bastante ambicioso, se cria o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas que consagra a fusão do já existente Instituto de Emigração com a Direcção-Geral da Emigração, de modo a unificar o apoio dos emigrantes em todas as fases do seu ciclo ou projecto migratório.

Tem o seu começo nesta data um novo tipo de apoio estatal, caracterizado fundamentalmente por duas políticas com âmbito muito lato, mas também muito preciso. Uma consubstancia-se na expressão, em que tantas vezes tenho insistido, quer a nível nacional quer em grande número de reuniões internacionais: defesa activa dos direitos dos emigrantes.

Significa isto que se trata evidentemente de defender todo o vasto elenco de direitos dos mais diversos géneros hoje consagrados nos textos internacionais sobre esta matéria, através de diligências burocráticas e de intervenções junto das autoridades dos países de residência, de apoio até no recurso a instâncias judiciais, mas significa também (e por isso se acentua o termo activa) que se procura, em colaboração com todas as autoridades competentes que neste domínio podem ter uma acção útil, fomentar as condições propícias à real concretização desses direitos.

Note-se que esta política de defesa activa se encontra consignada expressamente no Programa do actual Governo, nos termos essenciais em que acabo de a referir aqui.

A outra política (e talvez a que se apresenta com aspecto mais inovador), reconhece que tal defesa deve ser posta em prática, tendo em vista que os cidadãos residentes no estrangeiro estão integrados em comunidades e que o apoio a prestar-lhes não poderá esquecer nunca esta perspectiva.

Mais ainda, reconhece-se que as comunidades como tais têm necessidades próprias e específicas e um papel importante a desempenhar no todo da vida nacional.

Asim tem o seu início, penso eu, a verdadeira sistematização de uma política para as comunidades portuguesas no estrangeiro, que se irá desenvolver, ganhando amplitude e também, ao mesmo tempo, abrangendo aspectos cada vez mais concretos, surgindo assim o último ciclo das políticas de apoio estatal dos portugueses residentes no estrangeiro a que me tenho estado a referir e a que se poderá chamar o ciclo das comunidades.

Antes, porém, de apresentar mais demoradamente alguns pontos fundamentais, que constituem a parte central desta exposição, ou sejam os relativos à política para as comunidades e ao organismo que, de certo modo, nela ocupa a posição central e é, sem dúvida, o instrumento mais original para a sua definição e implementação — o Conselho das Comunidades Portuguesas, criado no mesmo ano de 1980 pelo Decreto-Lei n.º 373/80, de 12 de Setembro — não quero deixar de fazer uma breve observação acerca da defesa activa dos direitos dos trabalhadores portugueses no estrangeiro e seus familiares.

Trata-se de notar essencialmente que essa defesa que é propósito do Governo, como já referi, desenvolver em moldes cada vez mais eficazes, apresenta, no actual contexto dos problemas relativos às populações imigrantes e suas comunidades em importante número de países de acolhimento, duas realidades novas que já a estão a influenciar, de forma felizmente positiva.

São elas, na Europa, a adesão de Portugal à CEE, em países tanto europeus como de outros continentes (de que se destaca, pelo avanço da sua legislação, o Canadá), a progressiva expansão e dinamização do conceito de sociedade pluriétnica em acção. E a este propósito tem interesse notar-se também que ambas vão no sentido de acentuar o papel das comunidades de imigrantes e dar ainda maior relevo ao reconhecimento das suas necessidades específicas.

A política para as comunidades portuguesas do estrangeiro baseia-se essencialmente no reencontro, bem concreto, com essas comunidades, o qual se tem tornado de ano para ano mais manifesto em especial desde a segunda metade da década de setenta.

As comunidades, bem reais e vivas, as suas potencialidades, a sua vontade de participar plenamente na vida e desenvolvimento da sociedade e do Estado portugueses e também as obrigações que estes têm para com elas, vão-se impondo a um número cada vez maior de intelectuais e políticos do nosso País tal como aos líderes delas próprias. As comemorações do 10 de Junho e até a designação de «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades» representam marcos cuja importância, ao nível da consciência nacional, se não deve menosprezar.

Mas evidentemente, para além do discurso oficial e da reflexão dos intelectuais, há muitos outros aspectos a ter em conta, e entre eles, em primeiro lugar, o da descoberta pelos portugueses imigrados das suas co-

comunidades. São eles os primeiros a constatar que não vivem isolados, que os seus interesses são solidários com os dos imigrantes seus compatriotas, vivendo no mesmo país de residência, com quem partilham a nacionalidade, por vezes até a região de origem, e sempre os mesmos estatutos de direitos relativos ao trabalho, à segurança social, ao sistema escolar, à participação na vida da sociedade de acolhimento, à manutenção de laços culturais, principalmente, mas também económicos, sociais e políticos com o seu País.

A este propósito, permitam-me que faça uma breve citação, aliás não literal da minha exposição de 84, que me parece uma síntese bastante concisa.

É este reencontro, em primeiro lugar, como vimos, o dos portugueses emigrados com os seus concidadãos ... mas há também um reencontro (e aqui seria talvez mais rigoroso falar de encontro) da política do Estado com as comunidades; um reencontro destas consigo próprias, devido a uma maior consciencialização (tornada necessária pela grande acuidade dos desafios que desde há cerca de uma dúzia de anos têm tido de enfrentar), da sua identidade, das suas potencialidades de acção e dinamização; um reencontro igualmente da sociedade portuguesa com as comunidades em que se prolonga no estrangeiro.

O desenvolvimento desta política conta evidentemente com os Serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tais como as Missões Diplomáticas e os Serviços Consulares, e ainda com o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas e com o Conselho das Comunidades Portuguesas.

No programa do Governo é anunciada expressamente a intenção de promover a reestruturação dos Serviços Consulares, e, bem assim, a do Instituto acabado de referir, assim como do Conselho com «o objectivo de prestar um maior e mais eficiente apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro».

É do Conselho, dos objectivos para que foi criado, do papel central que tem na implementação desta política e da sua reestruturação que me irei ocupar em especial, pois se trata de um organismo novo cujas características manifestam com particular clareza, creio, todo o contexto teórico e prático que identifica este novo ciclo do apoio às comunidades.

O Conselho das Comunidades Portuguesas é um organismo de carácter fundamentalmente consultivo, cuja eficácia depende para o seu funciona-

mento regular e concreto, em larga medida, da contribuição das associações nele participantes.

Com a criação desta instituição são as estruturas organizacionais e dinamizadoras das comunidades, nomeadamente os movimentos associativos e os órgãos de comunicação social, regra geral, que se impõem ao reconhecimento estatal e confirmam o direito à defesa e a apoios semelhantes aos que são atribuídos aos seus congéneres implantados no território nacional. Mais se reconhece que, em muitos casos, só através das estruturas associativas da comunidade é possível prosseguir objectivos fundamentais dos projectos de vida dos portugueses residentes no estrangeiro e ir ao encontro das suas aspirações (mormente naquelas áreas que enumerámos, ao referir os estatutos compartilhados pelos membros da mesma comunidade). Por isso mesmo, o apoio estatal que lhes é devido tende a passar cada vez mais pelas associações.

Nesta linha, o Decreto-Lei n.º 373/80, de 12 de Setembro, é, simultaneamente, revelador de consciência da força e eficácia do movimento associativo, reconhecido como independente do legislador, e revelador da intenção de revestir de poder normativo as formas concretas em que vai vaziar-se a vontade comum de concertar acções, na intersecção das esferas próprias de actuação do Estado e das organizações privadas. É um diploma que fundamentalmente quer assegurar uma plataforma de diálogo e não impor a definição oficial.

Assim são criadas condições para essa acção concertada, junto e com as associações, visando-se uma dupla finalidade: dar voz forte a um conjunto de vozes porventura inaudíveis, tomadas cada uma de per si, e fazê-las ouvir, com a autoridade proveniente duma prática democrática natural e com a legitimidade originada na realidade portuguesa, de que nunca se poderão excluir as comunidades do estrangeiro.

O Conselho não é portanto um órgão estatizado desinserido das associações, que nele têm um natural ascendente, um órgão em que o Estado se converteria em interlocutor de si mesmo, traçando caminhos sem curar de obter uma autêntica audição dos interessados, participantes concretos de uma caminhada.

Nesta orientação vai o legislador ao ponto de deixar pôr em causa desde logo a estrutura do organismo, tal como o Governo a propõe originalmente, pelo que o diploma menos se pode considerar uma lei acabada do que um convite a delinear em conjunto, em diálogo actual, as formas

ideais para a institucionalização do diálogo futuro, de modo que este seja cada vez mais elucidativo e profícuo. Condição necessária para tal é que as associações, interlocutores de certo modo privilegiados segundo as disposições legais, sejam, de facto, actuantes na vida comunitária, e portanto, tenham carácter representativo. Embora colocando como fulcral este carácter, e até por isso mesmo, não se pode nem deve deixar de conceder ampla margem à iniciativa e criatividade, para que «in loco» se elejam aqueles que representam algo mais do que representarem-se a si próprios.

Pela mesma razão é que o Decreto-Lei n.º 373/80, e na sua sequência a Portaria de 5 de Março de 1985, não se fechando sobre conceitos legalistas de associações (por tal entendendo parceiros vivos mais do que interlocutores credenciados juridicamente), caminhos sem retornos nem inflexões, criaram a ocasião para que o Conselho se constitua e se instale, valendo a instituição pelas associações valoradas pelas actividades de que foram e são capazes, mais do que pelo diploma, mero suporte jurídico de reunião criadora.

Entende-se, assim, bem o cuidado do Governo, manifestado na referida Portaria, quanto à regulamentação do registo das associações e à eleição dos seus delegados ao Conselho, por forma a assegurar o respeito pelos princípios garantes da autenticidade dum efectivo exercício de actividades e de representatividade local, quanto às associações, o mesmo é dizer da sua legitimidade como partes do diálogo.

Tem interesse notar, aliás, que o problema da representatividade das associações se levantou, tendo-se insistido exactamente na necessidade do respectivo registo, no Seminário sobre a sociedade pluriétnica em acção realizado, em Estrasburgo em Novembro de 1984, em que participei e onde fui convidada a presidir, além de algumas das sessões do plenário, a uma secção de trabalhos justamente acerca da acção, nestes domínios, de voluntários e suas associações.

Outro aspecto que considero da máxima importância em relação ao Conselho é o deste constituir, de facto, um local de encontro de pessoas que, embora vivendo, por vezes, em pontos muito afastados do mundo, têm contudo larga soma de interesses e aspirações em comum, o que se tem mostrado um factor muito valioso para uma ampla discussão de ideias e projectos, uma intensificação do intercâmbio entre as comunidades e o reforço dos laços de vária ordem entre elas.

Utilizando esta plataforma de diálogo e encontro, iniciou-se, nas reuniões de 84 realizadas em Danbury, nos Estados Unidos da América, e Fortaleza, no Brasil, a apresentação aos conselheiros, para exame e debate, do principal plano de actividades elaborado por parte da Secretaria de Estado para o ano seguinte — o denominado Programa Cultural — prática a que se deu continuidade na reunião de 1985 realizada em Porto Santo.

Não me é possível dar aqui uma ideia tão pormenorizada como desejaria do Programa Cultural, o que nos tomaria demasiado tempo e seria talvez excessivamente árido, como normalmente acontece com as longas enumerações. Limitar-me-ei assim a dar uma ideia muito geral do programa, indicando alguns domínios e sectores que, tanto relativamente a 1985 como a 1986, têm sido considerados prioritários.

São eles a investigação (em que se inclui a concessão de bolsas de estudo, a realização de encontros, a publicação de trabalhos, tendo em vista um melhor conhecimento histórico e actual das comunidades), e ainda a organização a que se está a proceder de um arquivo documental e iconográfico da emigração e das comunidades; a animação cultural que se desdobra em múltiplas facetas de fomento e participação nas actividades das associações e grupos de diversos géneros, neste campo, e abrange a promoção de semanas culturais, organização e participação em exposições e festivais; apesar do ensino de português no estrangeiro não depender formalmente desta Secretaria de Estado, é de citar, entre outras modalidades da sua promoção, a organização de colónias de férias e o apoio a classes transplantadas.

A informação e divulgação da realidade sociocultural portuguesa são questões que muito nos têm preocupado e por isso o referido programa inclui a melhoria do apoio prestado aos meios de comunicação social de expressão portuguesa, nomeadamente imprensa, rádio e televisão, a produção ou subsídio a estes para a produção de diversos programas, o envio de material noticioso, a criação de um circuito de vídeo. Neste domínio é de salientar também a organização dos seminários e cursos de Verão em estabelecimentos universitários em Portugal e ainda de seminários no estrangeiro, em que têm participado diversos especialistas nacionais, acerca de questões relativas à conjuntura actual e à evolução do nosso país, ou das próprias comunidades.

O Programa Cultural constitui talvez o melhor exemplo do diálogo que se tem estabelecido no Conselho. Se é verdade que foi a voz das associações que levou a Secretaria de Estado a dar um lugar central, nas suas actividades, a este tipo de programação, que engloba toda uma vasta gama de acções que procuram corresponder às iniciativas surgidas localmente e reforçá-las, é verdade também que o programa tem influenciado, cada vez mais, a evolução do próprio Conselho, reconhecendo os seus membros que uma das suas principais funções é acompanhar de muito perto a sua concretização a nível comunitário.

Formalmente a actuação deste órgão tem-se traduzido, nas reuniões anuais realizadas, sobretudo na apresentação e aprovação de recomendações, que, apesar de algumas limitações (nada de espantar numa instituição tão recente e que como já disse ainda procura as suas formas ideais de actuação), reflectem contudo largamente as necessidades, anseios e expectativas das comunidades.

A partir de um trabalho este ano realizado, em que se analisaram todas as recomendações apresentadas até à última reunião (Novembro de 1985) e a sequência que lhe foi dada, quer pela Secretaria de Estado, quer por outros departamentos governamentais, verifica-se que elas poderão ser classificadas em duas grandes categorias: as programáticas, que, regra geral, correspondem a um desejo de expansão de políticas do Governo já em implementação, desejo que este naturalmente compartilha, e as concretas e exequíveis, tendo em vista as realidades estruturais ou conjunturais e os recursos disponíveis.

No que respeita às recomendações concretas e exequíveis, verificam-se duas situações: as que foram e as que não foram satisfeitas, embora a todas tenha sido dada pela Secretaria de Estado a devida sequência. A exequibilidade não é porém condição suficiente para a cabal e imediata satisfação das recomendações que poderão, por exemplo, depender de negociações bilaterais ou multilaterais, envolver elevados custos que a conjuntura não comporta, ou configurar situações novas a carecer de estudo atento e muito demorado.

A concessão do direito de voto aos emigrantes para as eleições presidenciais, apesar de reiterada desde a primeira reunião do Conselho, pode tipificar o caso de recomendação exequível ainda não satisfeita, por depender de revisão constitucional, que exige no Parlamento maioria de 2/3.

Como exemplo de recomendações imediatamente satisfeitas ocorrem-me as aprovadas na reunião do Conselho de 1981 sobre a Lei da Nacionalidade, em termos de admitir a dupla nacionalidade, às quais o Governo deu desde logo plena satisfação com a entrada em vigor da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, e respectivo Regulamento. Trata-se, em minha opinião, de um facto particularmente significativo que vem pôr em relevo o princípio de que a realidade jurídica tem de ser cada vez mais uma resposta adequada e pronta à realidade social e às justas expectativas dos interessados.

Não quero também deixar de salientar que a adesão de Portugal à CEE veio, duma vez, dar satisfação a mais de três dezenas de recomendações do Conselho, o que é revelador do interesse profundo e da transcendente importância de que se revestiu, no que concerne à emigração portuguesa, aquele acto político.

Outro exemplo, não menos importante, é o da aceitação de recomendações relativas à remodelação do próprio Conselho, aceitação já verificada na revisão parcial a que se procedeu pelo Decreto-Lei n.º 367/84, de 6 de Novembro, em particular, e que continua em curso, existindo nesta altura um projecto de remodelação mais profunda.

Quanto à reestruturação já efectuada será de destacar, antes de mais, a regionalização das reuniões, consagrada nesse diploma legal, o que veio permitir uma maior operacionalidade, desdobrando a reunião geral em encontros regionais onde os assuntos com interesse específico para uma dada área geográfica podem ser discutidos de forma muito mais proficiente, e também a criação de uma primeira secção permanente — a da comunicação social.

De salientar igualmente a especial referência às missões religiosas, sobretudo as católicas, suportes desde há muito da manutenção da cultura portuguesa em zonas onde qualquer outra influência dificilmente teria chegado.

Uma palavra ainda para a recente criação da Comissão Permanente do CCP, formada por dois representantes de cada região, a qual representa o grau intermédio que permite uma mais fácil articulação entre o Governo e as associações e tem como missão verificar a implementação das recomendações do Conselho, mas também coadjuvar a preparação das reuniões anuais.

No que respeita ao projecto de diploma a que me referi há pouco e que modifica o articulado do Decreto-Lei n.º 373/80 quero explicitar, e com isto termino esta exposição, que ele procura ser fiel à dinâmica assumida pelo próprio Conselho e reformular este órgão de harmonia com o que a experiência adquirida, quer pelo Governo, quer pelos próprios conselheiros, parece demonstrar ser o melhor aproveitamento de uma estrutura que cada vez mais terá de constituir o mais forte dos elos de ligação entre as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Lisboa, 10 de Março de 1986.

Maria Manuela Aguiar

Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas

THE STOCKHOLM CONFERENCE AND THE GENEVA
US/SOVIET TALKS ON NUCLEAR DEFENCE
AND SPACE WEAPONS

Guenter Seibert

THE STOCKHOLM CONFERENCE AND THE GENEVA
US/SOVIET TALKS ON NUCLEAR DEFENCE
AND SPACE WEAPONS (*)

INTRODUCTION

First of all, I should like to thank the «Instituto da Defesa Nacional» for giving me the opportunity to visit this magnificent city of Lisbon. It is an honour and a pleasure for me to address this distinguished and knowledgeable audience on two major ongoing arms control negotiations, namely the *Stockholm Conference on Confidence and Security-Building Measures and Disarmament in Europe* and the *Geneva US/Soviet Talks on Nuclear Defence and Space Arms*.

Before addressing the specifics of these negotiations, I should like to make a few general remarks on the relationship between arms control and the Alliance's security policy whose fundamental objective is to ensure a lasting peace in freedom and to protect the independence of NATO members. In the pursuit of this goal, NATO is firmly committed to achieving arms control agreements which enhance stability and improve the prospects for crisis management and the prevention of war. Such agreements are to establish a stable balance of forces at the lowest possible level of arms. Agreements, which are to achieve these objectives, must be based on certain essential criteria:

- First, they must be *militarily significant*:
declaratory measures which do nothing to reduce arsenals, limit their build-up or improve confidence are inadequate to generate security and stability.
- Second, arms control agreements must also be *balanced and equitable*: this means they must take into due account the legitimate security interests of all parties concerned and must not in any way diminish security.
- And, third, arms control agreements must be *verifiable*. They affect vital security interests and can therefore not be based on trust alone. The parties to an agreement must therefore be able to

(*) Conferência proferida ao CDN/86, em 13 de Janeiro de 1986, pelo Dr. GUENTHER SEIBERT

ensure full compliance with its provisions. Due to the fundamental differences between the open Western and the closed Eastern societies and the resulting difference of degree of insight into military postures and activities, verification is of crucial importance. Reluctance on the part of the East to permit effective verification creates serious impediments in a number of ongoing arms control negotiations.

I hope that it has become clear from these remarks that arms control and disarmament are essential elements of the Alliance's security policy and not an alternative to it.

The Stockholm CDE

Let me now turn to the Stockholm Conference on Confidence and Security-Building Measures and Disarmament in Europe. The concept underlying this Conference is not an entirely new one: confidence-building measures have existed as long as nations have distrusted each other. A vast amount of statecraft and diplomatic energy is being devoted to avoiding the use of force. Yet, there remain elements of chance, of suspicion and of error which could lead to the conflict that no one wants. This has given rise to the idea that international negotiations and agreements should deal especially with the problem of preventing wars which might result from misunderstanding, miscalculation or accidents. Confidence-building and risk-reducing efforts deal primarily with the operations of military forces, not their capabilities. They are designed to complement not to replace traditional arms control which is directed at limiting and reducing military potentials. CBMs should oblige nations to act in a way which would serve to eliminate the causes of tension and reduce the dangers of misunderstanding. A régime of CBMs should contain specific obligations requiring proofs of peaceful intent of military operations which could be perceived by others to be threatening. Since CSBMs cannot prevent acts of willfull aggression, it is essential to provide for verification to guard against deception.

The post World War II period offers examples of such CBMs. Best known are perhaps the «hot line» agreements which the United States

France and the UK have concluded with the Soviet Union. They establish a direct communication link which would help to defuse dangerous incidents or developments. Another example is the 1972 US/Soviet Incidents at Sea Agreement which defines rules of behaviour for American and Soviet naval forces operating in proximity to each other in the high seas. This has led to a marked decrease in dangerous naval encounters.

In Europe today, there exists the greatest concentration of military forces in earth. Governments must therefore work to reduce military force levels. This is the objective of the MBFR negotiations. But it is equally important to prevent that a situation could arise in Europe in which misperceptions or misjudgements lead to crisis or conflict.

The Stockholm Conference, with its 35 participating countries (33 European states plus US and Canada) has been assigned the task of extending the concept of confidence-building to a wide range of military activities throughout Europe. The Conference is an integral part of the CSCE process which is to enhance security and develop cooperation, thus helping to ease the divisions between nations in Europe. The Helsinki Final Act of 1975 which encompasses political, economic and humanitarian concerns also contains a document on CBMs. It requires to announce major military manoeuvres exceeding 25,000 troops, 21 days in advance and to exchange observers on a voluntary basis. This was a modest first step providing valuable experience for further-reaching efforts in the area of confidence-building.

At the Belgrade CSCE follow-up meeting (1977-78), the western countries proposed improvements of those original CBMs but no decision on substance was taken. At a further follow-up meeting held in Madrid (1981-83) it was agreed to convene the Stockholm Conference on the basis of a precisely worded mandate. According to this mandate the Stockholm Conference should negotiate and adopt a set of mutually complementary confidence and security-building measures designed to reduce the risk of military confrontation in Europe. They should be militarily significant, politically binding, adequately verifiable and cover the whole of Europe from the Atlantic to the Urals.

The *CSBMs* which the authors of the Madrid mandate had in mind go well beyond the CBMs of the Helsinki Final Act. This is illustrated in a general way by the introduction of the *concept «security-building»*.

Following a preparatory meeting in Helsinki, the Stockholm Conference opened on 17 January 1984 and is now entering its 3rd year.

During the first year (1984) members of the three main groups, e.g. The Atlantic Alliance, the Warsaw Pact and the Neutral and Non-aligned Countries submitted proposals pointing out their respective approaches. Substantial differences became evident between the Western and Eastern concepts. The West is working for more openness and calculability of military behaviour in order to strengthen stability and security in Europe. The members of the Alliance have been the first to propose a set of concrete, mutually reinforcing confidence and security-building measures containing the elements of information, annual forecasts, notification, observation, verification and communication.

The East is mainly seeking declaratory measures containing statements of intent which would not change the real military situation. The first document tabled by the East contained the following proposal: A Treaty on renunciation of force, no first use of nuclear arms, a freeze on military budgets, nuclear and chemical weapon free zones in Europe and some limited CSBMs.

The basic approach by the neutral and non-aligned countries is very similar to that of the West.

Shortly before the end of 1984, the Conference agreed on a working structure. Two Working Groups were established, one (B) is to deal with the proposals on notification and observation of out of garrison activities, and the other (A) with all other proposals. This arrangement has greatly contributed to intensifying discussions which were more issue-oriented in 1985.

During the past year, a number of additional papers were presented, many of them elaborating on previous proposals.

The Allied countries contributed 6 working papers, one for each of their proposed measures which explain in detail their respective objectives.

Measure 1: *Exchange of information about the organization and location of military forces of all 35 participating countries at the beginning of each calendar year.*

This measure is to provide an actual basis upon which other

CSBMs, especially the notification of military activities, must depend.

Measure 2: *An exchange of annual forecasts of military exercises planned for the coming year.*

This would provide a basis for establishing a pattern of normal military activities for each of the 35 participating states and make military activities more predictable over a longer period. Deviations from the routine military behaviour could lead to the request for explanations by other participating states.

Measure 3: *A more detailed notification of specific military activities 45 days in advance:*

This is the center-piece of the Western CSBMs package. Compared with the Helsinki Accords, it provides for substantial improvements: by focussing on military units (e. g. army divisions). It seeks to enhance the verifiability of notifications; the threshold for notification is lowered from 25,000 to 6,000 troops, advance notice is extended from 21 to 45 days, and in addition to manoeuvres, activities such as alerts, mobilization and amphibious activities are included (out of garrison concept). This measure seeks to increase predictability in military activities and reduce the risk of crisis resulting from the misinterpretation of the purpose of military activities.

Measure 4: *Mandatory invitations of observers to all notifiable military activities:*

This would establish a mechanism for the participating states to regularly assure themselves that military activities are routine and non-threatening.

Measure 5: *Provision of means for verifying compliance with the obligations agreed at the Conference:*

As national technical means alone cannot ensure effective verification, this measure also provides for on site inspections. As most participating countries do not dispose of NTMs, they

can thus make sure that provisions of agreements are complied with.

Measure 6: *Communications:*

This measure seeks to improve means of communication to assist in the implementation of agreed measures and to help resolve differences between the participating states.

The Allies are convinced that the adoption of such concrete CSBMs would substantially contribute to render a surprise attack more difficult, make miscalculations less likely enhance military stability and difuse incipient crises.

Largely in reply to the initiatives by NATO countries, the Soviet Union and other Warsaw Pact countries have also *introduced 6 working documents: a Draft Treaty on Non-use of Force; a limitation of military manoeuvres to 40,000 troops; on notification of major manoeuvres of land, naval and air forces; and of major military movements and transfers in and out the zone of application.* Most of these proposals aim at interfering with normal peacetime military activities of NATO while presenting no problem for the Warsaw Pact. They also seek to include independent naval and air activities which are not covered by the mandatc.

Last autumn, the neutral and non-aligned countries also produced a detailed position paper which, on the whole, is much closer to the Western than to the Eastern concept. This is in particular true for notification and observation modalities and annual forecasts. In other areas such as constraints there are certains differences.

All major proposals are now on the negotiating table. During the last round which ended on 20 December, 5 NNA coordinators were nominated for various subjects (*Austria: NUF; Switzerland: information, verification, communication, constraints and annual calendars; Sweden: notification; Finland: observation*). This provides the organizational basis for the transition to the drafting process which may start early this year.

In the wake of the Geneva Summit, the *atmosphere* at Stokholm has improved but the East has not yet made any real concessions. The Soviet Union is pressing for a reaffirmation of the non-use of force principle but does no longer insist on most of its declaratory proposals. On information and verification the Soviet position is very rigid. Flexibi-

lity on annual forecasts, notification and observation is made conditional on the inclusion of independent naval and air activities which are not covered by the mandate. This demand is unacceptable to the West.

The West has declared its readiness to reaffirm the non-use of force principle if it is given effect and expression by concrete CSBMs. The Western CSBMs proposal is not a take-it-or-leave-it position, nor is it the outer limit of what a concluding document could be. But a merely cosmetic improvement of the Helsinki Accords would be clearly insufficient.

There is a reasonable chance for a substantive concluding document. But there are also formidable negotiating obstacles still ahead, and we must realistically be prepared for difficult negotiations in the upcoming drafting phase.

In view of the CSCE follow-up meeting, which will open on 4th November 1986 in Vienna, the Stockholm Conference will suspend its work on 19th September. Until then there will be 4 more negotiating rounds, the next one starting on 28th January. Time is therefore running short.

The Vienna meeting will review the results of the Stockholm Conference together with other CSCE activities such as the Ottawa Forum on Human Rights, the Budapest Cultural Forum or the Bern Meeting on Human Contacts which will take place next month. If the Stockholm Conference cannot complete its work on a concluding document by September, it is up to the Vienna meeting to decide in the continuation of the Conference.

US/Geneva Talks on Nuclear, Defence and Space Weapons

The resumption of the bilateral US/Soviet Arms Control Talks was perhaps the most important development in the area of arms control in 1985. After more than one year of suspension of the talks, the Soviet Union dropped its precondition that US intermediate range nuclear systems deployed in Europe must be withdrawn before the talks could resume. The Soviets finally recognized that the Western governments were not prepared to allow them a monopoly on this class of weapons and they went back to the negotiating table which they should never have left. This was a success for the solidarity and cohesion of the Alliance which had made it clear all along that INF deployments would continue

until a negotiating result was achieved which permitted their halt, reversal or complete elimination.

The objectives of the Geneva negotiations were set out in a joint statement of 8th January, 1985 as follows:

- to work out effective agreements aimed at limiting and reducing strategic and intermediate nuclear forces;
- to prevent an arms race in outer space and to terminate it on earth;
- to strengthen strategic stability;
- and as a long-term objective, to work for a complete elimination of nuclear weapons.

Compared with the previous negotiations on strategic and LRINF forces, which took place from 1981-85, a third subject was added, that of defence and space weapons. It was agreed that all these subjects should be considered and resolved in «their interrelationship».

The US holds the view that this interrelationship has two aspects: On the one hand, the number of strategic defence systems depends on the number and nature of offensive systems. On the other hand, an affective strategic defense provides an incentive to reduce offensive nuclear systems. The Soviet Union interprets this relationship in a different way: It insists that the US abandon their SDI research programme before limitations and reductions of strategic and LRINF systems can be achieved. This view is not shared by the West which believes, on the contrary, that partial agreements could pave the way to a comprehensive solution.

There have been three negotiating rounds in 1985. In the first round, a working structure was agreed — which provides for three negotiating groups — one for each subject: START, LRINF and Defence and Space Weapons. They normally meet once a week. Plenary meetings with the complete delegations are convened on an ad hoc basis.

The three negotiating groups deal with the following subjects:

The Group on Strategic Arms Reduction (START) deals with inter-continental range (over 5.500 kms) offensive nuclear forces. They include land-based *ICBMs*, submarine-based missiles, strategic bombers including air-launched missiles (*ALCM*) and sea-based cruise missiles.

In order to reduce the risk of first strike against the land-based nuclear potentials — which is the most vulnerable element of the strategic

triad—the US attaches high priority to substantial reductions of heavy ICBMs carrying multiple independently targetable warheads (MIRVs).

During the first two rounds, the US negotiators explained their concept aimed at deep balanced and verifiable reductions designed to enhance strategic stability.

They proposed:

- a *reduction of the number of ballistic missiles* by about 1/3 to 5,000 warheads for the US and the Soviet Union;
- a *limitation of heavy bombers to 400* and a limitation of the numbers of ALCMs on bombers;
- a *limitation of the number of multiple warheads to no more than 10* on ICBMs and 14 on SLBMs;
- and a *limitation of the destructive power* by reduction of the ballistic missile throwweight.

This would have meant reductions well below the SALT II limits.

In view of the existing asymmetries of the strategic potentials with the Soviet Union having about 3 times the number of warheads on land-based ICBMs and the US having a similar advantage on SLBMs, the US declared its readiness to «trade off» greater Soviet reductions in ICBMs by corresponding deeper cuts in the American strategic bombers. The US concept is that, in the longer run, the emphasis in the strategic arsenals should shift from crisis sensitive ICBMs to SLBMs which are less vulnerable and therefore can better contribute to strategic stability.

The Soviet Union, in the first two rounds, limited itself to propose a freeze on the mutual strategic potentials which would have contractualized the Soviet advantages gained through its massive strategic modernization programme of the 70 ies.

The Group on Long-range Intermediate Nuclear Forces deals with the reduction and limitation of land-based LRINF (e. g. missiles and cruise missiles) and LRINF aircraft. Furthermore, a solution must be

sought to prevent that an LRINF agreement is undercut by tactical missiles (SRINF). I am referring to the so called «*counter measures*» in the form of deployment of Soviet SS-21, 22 and 23 missiles against Western Europe.

In the talks the US reaffirmed its preference for a complete mutual elimination of all land-based LRINF. If this was not acceptable to the Soviet Union, the US could also envisage an interim agreement reducing the warheads on LRINF to the lowest level acceptable to the Soviet Union. The US also pointed out that, within equal global ceilings, it would not off-set the total Soviet SS-20 potential by US deployments in Europe.

The Soviet Union, in turn, argued for a freeze on US LRINF in exchange for a halt in its so called counter measures.. Such a moratorium would have contractualized a Soviet advantage of 8 to 1 and was consequently rejected by the US.

The Group on Defence and Space Weapons is mainly concerned with the future relationship of offensive and defensive weapons with a view to strengthening strategic stability. This is *not* a completely new theme if one thinks of the efforts undertaken by the *SALT I* Interim Agreement and the ABM Treaty which together should have provided the basis for deep reductions in offensive nuclear systems — a hope which unfortunately has not come true.

Another task of this Group is to achieve an agreement providing efficient protection against anti-satellite systems (ASAT), as satellites through reconnaissance and communication do contribute to global strategic stability. In this context, it must, however, be taken into consideration that the Soviet Union has an operational ASAT system while the US system is still in the testing phase.

In the talks so far the US has explained the concept underlying its SDI programme and offered to explore together with the Soviet Union the possible contribution which defensive systems could make to enhance strategic stability, but the US has also expressed concern about Soviet activities which tend to undercut the ABM Treaty, and it has referred in particular to the *Krasnoyarsk radar* which constitutes a violation of this Treaty.

The Soviet Union insisted on a moratorium for defence and what it called «*space strike weapons*» including research, development and

deployment of such systems. The US declined this proposal on the grounds that:

- the Soviet Union already has an operational ABM system which would not be affected by a moratorium;
- research is not verifiable and is therefore permitted under the ABM Treaty;

On balance, not very much progress was made during the early phases of the negotiations due to the intransigent position adopted by the Soviet Union which compared with the negotiations in 1983 had even hardened its position on several issues.

It was not until early October, shortly before the Geneva Summit, that the Soviet Union advanced counter proposals which finally specified the Soviet negotiating position.

The key element of the Soviet counter proposals is a call for 50 per cent reductions in «strategic» nuclear delivery vehicles. The other main elements of the Soviet proposals are:

- a ceiling of 6,000 on the total number of so called nuclear charges with no more than 60 per cent of these charges on any component of the strategic triad. This would limit the permitted *ICBM* re-entry vehicles (*RVs*) to 3,600.
- a ban on all «long-range» (e. g. more than 600 kms) cruise missiles including *ALCMs* *SLCMs* and *GLCMs*;
- a ban on all «new» nuclear delivery systems defining «new» as those systems which have *not yet* been tested of an agreed date.

The Soviet proposal on *LRINF* contains the following elements:

- the removal of *Pershing II*;
- interim deployment of 100-120 US ground launcher cruise missiles in Europe. USSR would retain 650 *LRINF*, since it asserts the right to compensate for British and French systems. If Britain and France increased their number, more *SS-20s* could be deployed or US *GLCMs* must be withdrawn. (The number of UK and F warheads is put at 530. It is not clear how this figure was reached).

- there would be a freeze on the number of SS-20 in Asia on the condition that no change takes place in the strategic situation there.
- On defence and strategic weapons, the Soviet proposal calls for a moratorium on all aspects of space defence and a ban on ASAT systems. The Soviets reaffirm the linkage which holds progress in the negotiations on nuclear arms hostage to the abandoning of the SDI research programme by the US. Although the Soviets hinted that an interim INF agreement might be envisaged, the linkage has not been formally dropped.

The fact that the Soviet Union has finally specified its position and envisages, for the first time, *substantial reductions* in Soviet forces is a positive development in the negotiations which was generally welcomed by the West. If one looks, however, beyond the spectacular call for 50 per cent reductions, at the fine print of the proposal, its shortcomings are evident. Let me point out just a few major flaws:

The Soviet definition of strategic systems would include, on the US side, LRINF missile launchers in Europe, dual capable US aircraft in Europe and dual capable aircraft on 15 US aircraft carriers.

While thus more than 1100 such US systems would be subject to reduction, more than 2000 comparable Soviet systems would not be limited. The US would thus be left with the choice of a marked inferiority in the strategic triad or one-sided reductions in the field of nuclear and conventional intermediate-range capabilities. The latter would mean reducing or limiting US support for its Allies.

Furthermore, the proposed ban on new types of nuclear delivery vehicles would preclude the US Trident D5, planned light mobile ICBM called «Midgetman» and the Advanced Technology Bomber while permitting the Soviets to deploy its SS-25 ICBM and the Black Jack heavy bomber, systems which have already been tested.

On LRINF, the USSR continues to insist on compensation for third country systems which is unacceptable to the West. The Soviet proposal implies only slight reductions of SS-20s in Europe and leaves the SS-20 potential in Asia unconstrained although a substantial part of it also constitutes a threat to Europe. This would lead to a Soviet superiority in this category of weapons of more than 10 to 1.

These and other shortcomings lead to the conclusion that the Soviet proposal is one-sided and self-serving. Nevertheless, the fact that the Soviets have accepted the principle of deep reductions is a welcome development if equitably applied. The positive elements of the proposal should be explored in order to work on them. This is what the United States did when it presented, only a few weeks later, a new proposal of its own.

Its main elements are:

Strategic and Defense Forces

- reductions to a limit of 4500 on reentry vehicles (RVs) on ICBMs and SLBMs, about 50 per cent below current levels;
- reductions to a limit of 3,000 RRVs carried by ICBMs, about 50 per cent below the current Soviet level and roughly halfway between the earlier US proposal for a limit of 2,500 and the limit of 3,600 proposed by the Soviet;
- a 50 per cent reduction in the highest overall ballistic missile throwweight to put a constraint on heavy destabilizing ICBMs (USSR: 11.9 mill pounds — US: 4.4 mill pounds);
- contingent upon acceptance on RV and throwweight limits, the US would accept a limit of 1,500 ALCMs on heavy bombers which would be 50 per cent below planned US deployments;
- reductions in strategic ballistic missiles (ICBMs and SLBMs) to a limit of 1,250 to 1,450 about 50 per cent below the current higher Soviet level;
- contingent upon acceptance of this limit, the US would agree to further duce the proposed limits on heavy strategic bombers from 400 to 350;
- furthermore, a ban on all new heavy ICBMs and, because of difficulties in verification, on all mobile ICBMs.

Intermediate nuclear forces

The US continues to prefer the total elimination of this whole category of weapons. As an interim step toward this goal the United States proposes:

- a limit of 140 LRINF launchers in Europe (which corresponds to the number deployed at the end of 1985) in return for reductions of SS-20 launchers within range of Europe to the same number;
- proportional reductions of SS-20 launchers in Asia (outside range of Europe);
- constraints on short-range INF;

Defence and Space Arms

The US made it clear that it will pursue the SDI research permitted by and in full compliance with the ABM Treaty.

The US also proposed an «open laboratories» arrangement under which both sides would provide information on each other's strategic defence research programmes and provide opportunities for visiting associated research facilities and laboratories.

Verification and Compliance

Against the background of strong concerns about Soviet violation of existing arms control arrangements, especially the SALT and ABM Treaties, the US stressed the need for effective verification and strict compliance.

This comprehensive US offer builds on previous US proposals and positive elements of the Soviet counter proposal. It tries to pave the way for serious negotiations.

The subject matter of the Nuclear Defence and Space Talks also figured prominently in the discussions between President Reagan and General Secretary Gorbachev at the Geneva Summit. The two sides agreed to accelerate the work at these negotiations and also underscored the principle of 50 per cent reductions in the nuclear arms of the two sides and the idea of an interim INF agreement.

However, despite the results at the Summit, there are still major differences between the two sides. Prominent examples include the question of what should be counted in the 50 per cent reductions of each side. In this area, the Soviets have reverted to a position which they p

forward and then abandoned in both SALT I and II. On intermediate nuclear forces the Soviet demand for compensation for British and French systems, which would secure unilateral advantages for the USSR, remains a key obstacle. On the strategic defence issue the Soviets insist on an unverifiable ban on US SDI research while leaving open to pursue analogous Soviet research. The URSS also maintains a rigid linkage between its demand to abandon SDI and progress on nuclear arms.

Despite these major differences, which continue to exist in all three areas of negotiations, there is now a chance to define common ground in an improved atmosphere of East-West relations. I hope that it has become clear from what I have said before that the subjects dealt with in Geneva are formidably complex and progress will neither be quick nor easy to achieve. On 16th January, negotiations will resume in Geneva. Only time will tell whether the Soviets are ready for a process of fair give and take.

CONCLUSION

Let me conclude on a more general note. We do not know today whether 1985, with the resumption of the negotiations in Geneva and the Summit meeting between President Reagan and General Secretary Gorbachev, will mark the beginning of a lasting turn for the better. All chances are that we will see more active negotiations in Geneva, Stockholm and Vienna. The best signal we can give to the Soviet Union at the beginning of this year is that we will energetically explore all opportunities which may now be opened up, but that we will not do so at the expense of our security interests.

The Soviet leadership views disarmament in more than one dimension and seeks to influence the outcome not only at the negotiating table itself but also tries to exploit differences within the Alliance and to create pressure for concessions through attempts to influence public and I have no doubt that the Soviet Union will continue this double strategy, and we will get nowhere if we do not hold out for agreements which are both equitable and verifiable.

The strength of the Western position in all these negotiations depends on the political support in Allied countries. Close consultations among the Allies are indispensable for the cohesion of the Alliance. Last year, this process of consultations has been very successful. In addition to the regular meetings within the arms control co-ordinating mechanisms, there have been 9 meetings of the Council with Secretary Shultz, Ambassador Nitze and the Heads of the US negotiating team in Geneva. There have also been 7 meetings of the Special Consultative Group where the consultations on the LRINF negotiations take place. It is essential that these consultations are continued to the fullest possible extent.

The Atlantic Alliance has safely passed through a difficult period of East-West relations. It has done so by adhering to the mainline of a policy which makes clear its determination to maintain defences and at the same time work for disarmament and a more constructive relationship with the East. If the Allies stick to this policy, there is no reason why we should not look to the future with confidence.

Guenther Seibert

ESFORÇO FINANCEIRO DA DEFESA

ESFORÇO FINANCEIRO DA DEFESA (*)

Nestes dois dias de Colóquio tem sido salientada, inequivocamente, a relação Economia/Defesa e a dependência de uma da outra, ambas indispensáveis à Independência Nacional.

De facto, Economia e Defesa, são duas componentes essenciais de toda a estratégia política que vise assegurar à Nação um mínimo de Segurança que o mesmo será dizer de Independência Nacional.

Se, em tempo de paz há tendência para se pensar mais na defesa da Economia, em períodos de crise aguda ou de guerra pensa-se mais na Economia de Defesa.

Ora bem, esta mentalidade tem de ser modificada.

Não há mais lugar a raciocínios desta natureza e muito menos que se aceitem argumentos de que as despesas de defesa não têm qualquer efeito na economia; que são improdutivas em termos de análise macroeconómica.

Julgamos ser hoje pacífico que há investimentos polivalentes susceptíveis de servirem, simultaneamente, os propósitos de defesa e os de desenvolvimento.

Contrariamente ao que é usual ouvir dizer-se de que nos anos mais próximos os recursos financeiros serão escassos e pouco se poderá esperar de alteração ao actual estado de coisas, nós preferimos dizer que é urgente alterá-lo e que tal alteração, se não for feita, não é por falta de recursos financeiros, mas sim por má utilização desses recursos.

Naturalmente que há opções a fazer, opções estratégicas nacionais, que, sem descurar os recursos com que possamos contar, exigem, sobretudo, o seu melhor aproveitamento, numa perspectiva de estratégia global do Estado.

(*) Tema apresentado no colóquio «Economia, Defesa e Independência Nacional» organizado pela AACDN no IDN, em Dezembro de 1985.

Aliás, esta estratégia global do Estado está definida nas suas linhas gerais; encontra-se consubstanciada no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cuja Resolução n.º 10/85, do Conselho de Ministros, convirá recordar.

Analisando-a, verifica-se que as opções estratégicas de Portugal, tendo presentes um certo número de objectivos permanentes, os subordina a um único que se traduz na garantia da soberania e da independência nacional, o qual é orientador da estratégia global do Estado, conforme foi fixado nas grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Assim, depois de referir que a defesa tem um carácter intrínseco de unidade, cobrindo e obrigando, imperiosamente, de modo uniforme todo o território e toda a população nacional, afirma o diploma que a Nação é o valor estratégico fundamental.

Na mesma linha de raciocínio diz que a estratégia de defesa nacional deve desenvolver-se em grandes áreas de intervenção que destaca como sendo: as que se situam no plano político geral; no plano económico, social e cultural; no plano da política externa geral; e nos planos político-militar externos e interno.

Daqui se depreende que a defesa nacional tem carácter global e uma dimensão que abrange todos os sectores da vida nacional organizada, sendo, precisamente, pela forma como o conceito surge na estrutura organizacional do Estado que se poderá avaliar até que ponto a sua globalidade é, mais ou menos, respeitada.

Estão em causa um conjunto de medidas que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitam reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, tornando-a capaz de enfrentar todos os tipos de ameaça que, directa ou indirectamente, possam fazer perigar a Segurança Nacional.

Em boa verdade é assim que já vem sendo entendido entre nós. Porém, este entendimento é mais teórico do que prático e, se passarmos ao campo meramente financeiro, o Orçamento do Estado é suficientemente esclarecedor quando agrupa no Departamento de Defesa Nacional, quase exclusivamente, as Forças Armadas.

Em termos de Orçamento do Estado até poderíamos falar de um conceito mais restrito do que aquele que, normalmente, é tido na Aliança Atlântica, já que, no âmbito desta Aliança, nos encargos com a Defesa,

a par dos que dizem respeito às Forças Armadas, surgem, também, os que se referem aos das Forças de Segurança.

Mas, porque, efectivamente, os encargos com as Forças Armadas são aqueles que, com mais frequência, são postos em causa, debrocemos um pouco sobre a missão destas e sobre os recursos financeiros que têm sido postos à sua disposição.

Sendo a defesa da Pátria dever fundamental de todos os portugueses, e cabendo a defesa nacional à comunidade nacional em geral e a cada cidadão em particular, às Forças Armadas compete a defesa militar, uma das componentes da defesa Nacional.

Consta da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que a missão genérica das Forças Armadas consiste em assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externas.

Daqui resulta que, para cumprimento da missão, há que definir sistemas de armas e dispositivos adequados que, ao mesmo tempo que garantam a participação militar portuguesa na defesa colectiva da OTAN, reforcem a capacidade de defesa autónoma eficaz, com a capacidade de sobrevivência e dissuasão das ameaças à integridade nacional.

A defesa da integridade do território nacional, constituído por três territórios descontínuos que ocupam uma posição geoestratégica invejável pelo Ocidente e pelo Leste, exige uma defesa rápida com alto grau de prontidão e elevada flexibilidade de emprego operacional.

É importante que o País saiba isto e que os responsáveis pela sua governação expliquem por que são, afinal, necessárias as Forças Armadas e por que razão os portugueses devem suportar as suas despesas.

É um facto que as opções financeiras do Estado são difíceis de fazer e que, por mais judiciosas que sejam, serão sempre objecto de controvérsia, designadamente quando contemplam as Forças Armadas, já que estas são identificadas com a defesa nacional; porém, haverá que ter em atenção que não deixam de corresponder a decisões políticas tomadas aos vários níveis do Governo e dos demais órgãos de soberania.

Não obstante as críticas regularmente feitas às despesas militares, subestimando a sua utilidade, é neste momento oportuno, e aqui, revelar-mos o resultado de um trabalho de pesquisa, o qual, ainda que apresen-

tado sob a forma simplista de um gráfico, é suficientemente esclarecedor do que têm sido as despesas militares desde 1910 aos nossos dias, comparando-as, percentualmente, com o total das despesas públicas (Fig. 1).

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MILITARES EM RELAÇÃO
AO TOTAL DAS DESPESAS PÚBLICAS — 1910-1985
(Em percentagem)

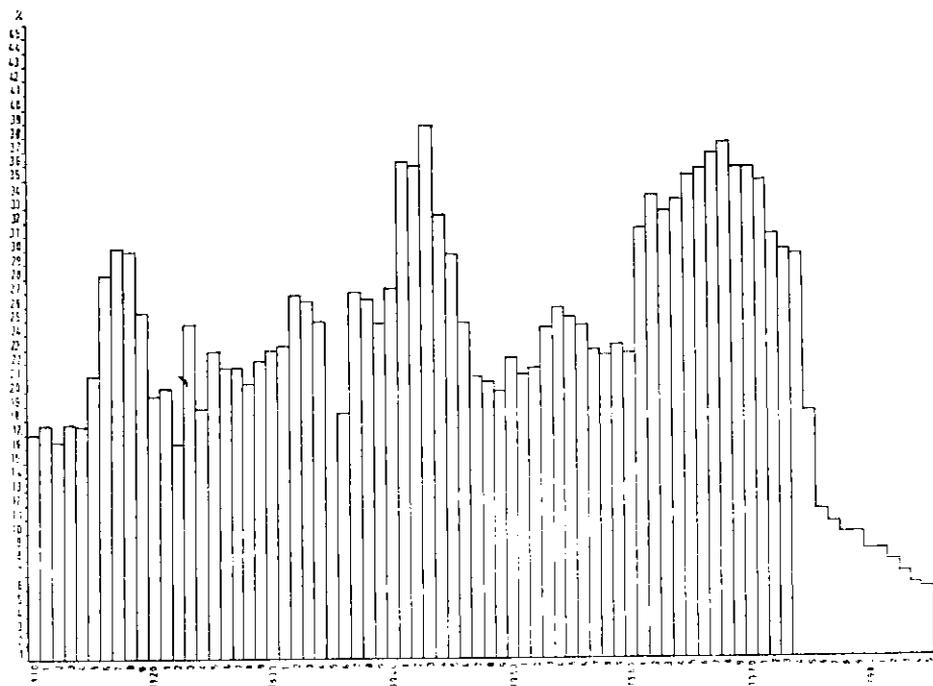


Fig. 1

Pelo gráfico poderemos verificar que os grandes esforços financeiros que o País fez com as despesas militares foram em períodos conhecidos de guerra: na Primeira Guerra Mundial (1914/18); na Segunda Guerra Mundial (1939/45); e na guerra que travámos em África (1961/74).

De salientar que a partir de 1974 as despesas têm vindo a decrescer, atingindo valores nunca antes verificados. Em 1975 atingem 6,5% do total das despesas públicas, num conjunto em que aparecem o MFP com 47,7%, o MAI com 7,4%, o MTSS com 7,6%, o ME com 9,2 e o MS com 8,7.

Cingindo-nos apenas às Forças Armadas e reportando-nos aos últimos dez anos, talvez haja ainda interesse referir que, passados dez anos, em termos reais, o orçamento em 1984 representa cerca de metade do que foi atribuído em 1974.

De observar, também, que, percentualmente, quer em relação ao PIB, quer em relação ao OE, o que tem vindo a ser destinado às Forças Armadas apresenta, mesmo a preços correntes, valores sucessivamente decrescentes.

O que, aliás, poderá ser observado neste outro gráfico (Fig. 2), em que para além de se evidenciarem os recursos financeiros que têm sido afectos às Forças Armadas, se indicam, também, os que têm sido destinados, na globalidade, aos restantes departamentos estatais, aliás em consonância com o número de funcionários públicos que desde 1974 para cá tem vindo a crescer, em contraste com os efectivos das Forças Armadas.

Se quisermos ainda fazer uma ideia dos recursos financeiros que de 1984 para 1985 foram postos à disposição do Ministério da Defesa Nacional, comparando-os com os principais departamentos do Estado, muito embora não seja fácil estabelecer tal comparação, dadas as características específicas de cada Ministério, os seus efectivos e os objectivos por si prosseguidos, podemos, observar o quadro que a Fig. 3 apresenta.

Por ela verificamos que coube ao Ministério da Defesa Nacional a menor percentagem.

Por outro lado, conforme é conhecido, os orçamentos ministeriais, em muitos casos, têm sido, até à data, uma junção pouco clara de fundos estatais vários, funcionando numa base de défices contínuos, progressivamente maiores de ano para ano, o que não acontece no Departamento da Defesa.

Mesmo assim, há quem venha a público dizer que Portugal é dos países da Europa o que dedica maior percentagem do seu orçamento à Defesa.

São afirmações muito respeitáveis que, no entanto, não colhem se analisarmos o quadro da Fig. 4.

Observando as percentagens que nos dois últimos anos os catorze países da NATO atingiram com as suas despesas de defesa, verificamos que Portugal, com os 3,3 por cento, não é, na verdade, o que dedica maior percentagem do seu orçamento à Defesa.

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO DE ESTADO
E ORÇAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

(Em milhões de contos)

Preços correntes

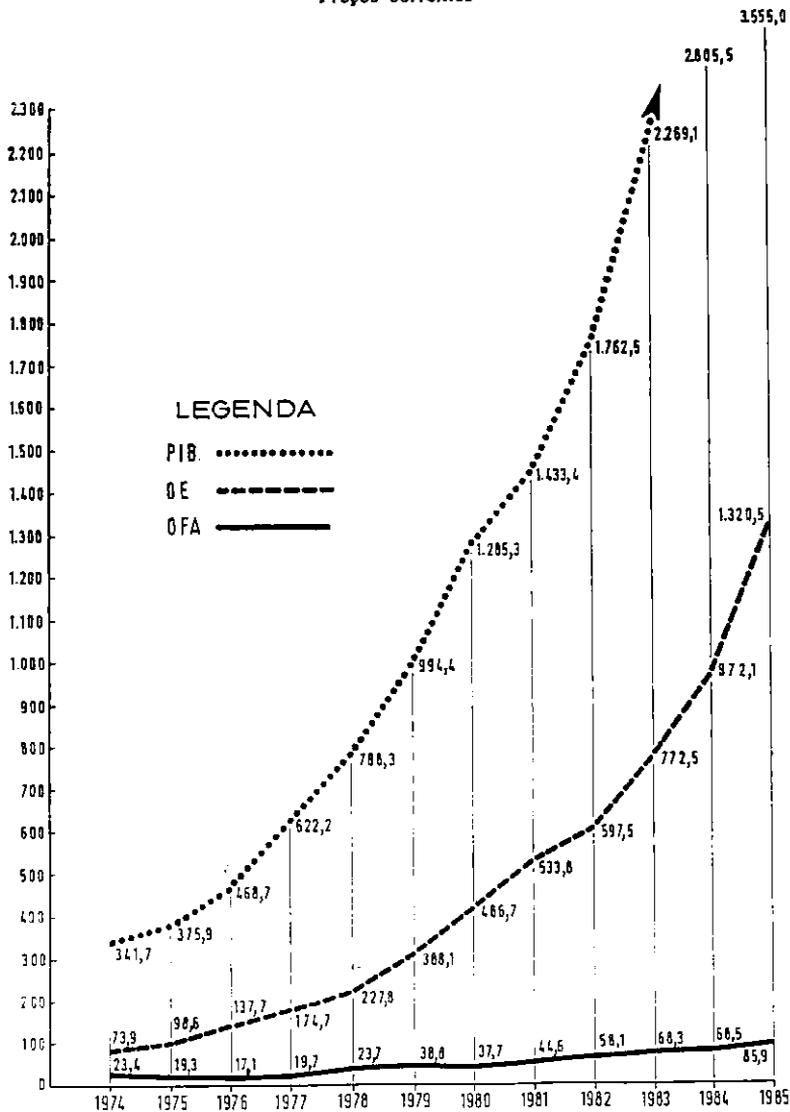


Fig. 2

Fig. 3

COMPARAÇÃO DO OE 1984/1985
(Em contos)

Designação Orgânica	OE 1984	OE 1985	Diferenças		%
			+	-	
Encargos Gerais da Nação	5 879 500	5 456 471		423 029	-7,2
Ministério da Defesa Nacional	68 737 900	86 290 565	17 552 655		25,5
Ministério Finanças Plano	470 295 000	629 644 669	159 349 669		33,9
Ministério Administração Int.	76 652 300	97 606 452	20 954 152		27,3
Ministério da Justiça	4 871 100	6 550 400	1 679 300		34,5
Ministério dos Negócios Estr.	7 733 000	10 061 321	2 328 321		30,1
Ministério da Agricultura	16 079 600	21 585 200	5 505 600		34,2
Ministério da Ind. Energia	8 910 700	12 143 380	3 232 680		36,3
Ministério do Comércio Tur.	12 231 600	15 560 000	3 328 400		27,2
Ministério do Trabalho e SS	61 072 500	100 901 930	39 829 430		65,2
Ministério da Educação	95 265 100	122 022 081	26 756 981		28,0
Ministério da Saúde	80 525 200	115 166 960	34 641 960		43,0
Ministério do Equip. SOPHU	36 278 900	52 151 400	15 872 500		43,7
Ministério da Qual. de Vida	1 595 400	2 420 400	825 000		51,7
Ministério da Cultura	3 035 200	3 889 610	854 410		28,2
Ministério do Mar	12 747 600	20 336 915	7 589 315		59,5
Ministério Equip. S. Transp. C.	14 302 200	18 790 880	4 488 680		31,4
TOTAL	976 212 800	1 320 578 634	344 365 834	423 029	35,3

PERCENTAGEM DAS DESPESAS DE DEFESA MILITAR
DOS PAÍSES «OTAN»

Países «OTAN»		1983		1984	
		% D. Defesa	% D. Defesa	% D. Defesa	% D. Defesa
		OE	PIB	OE	PIB
Bélgica		8,1	3,3	8,0	3,4
Canadá		10,2	2,0	—	2,1
Dinamarca		6,8	2,4	6,4	—
França		18,6	4,2	18,6	4,1
RFA		22,3	3,4	22,6	3,2
Grécia		18,6	6,4	18,8	6,8
Itália		5,0	2,7	5,3	2,8
Luxemburgo		3,5	1,2	3,4	1,3
Holanda		9,2	3,2	8,9	3,2
Noruega		11,3	3,1	10,9	3,0
Portugal		9,9	3,4	9,5	3,3
Reino Unido		16,2	5,3	—	5,4
Turquia		21,4	5,0	25,0	5,0
USA		28,5	6,6	30,1	6,9

Fig. 4

Há sete com maior percentagem e seis com menos, sendo de salientar que é na ordem dos 3 por cento que a NATO recomenda o esforço a fazer por parte dos países membros.

De resto, e só para salientar o contraste existente entre o que pensam os portugueses e os outros europeus, em termos de defesa nacional, basta dizer que ainda, recentemente, os «mass media» nos deram conta do esforço de defesa da França, que vê o seu orçamento de defesa aumentado de 3 por cento ao ano, admitindo que tal percentagem tem que ser muito maior nos próximos vinte anos. E que a Espanha também prevê, no seu orçamento para 1986, um aumento das despesas militares, apesar da redução dos seus efectivos.

Um outro exemplo de esforço financeiro de defesa podemos encontrar na Turquia, cujo Parlamento ainda recentemente ratificou a criação de um fundo especial destinado às indústrias de defesa.

Chegados a este ponto, e a propósito de esforço financeiro de defesa, tendo em atenção, conforme já referimos, que no cumprimento da missão, a par de uma defesa autónoma, da nossa responsabilidade, há que participar na defesa colectiva da OTAN, perguntar-e-á: por que não entra aqui a ajuda externa?

Ela tem entrado, ainda que em condições não isentas de críticas; porém, a questão exige alguma reflexão.

Independentemente das considerações que possam ser feitas sobre o País, neste caso as suas Forças Armadas estarem dependentes da ajuda externa, com toda as inevitáveis consequências daí resultantes, há que não esquecer que, pelo facto de estarmos integrados na aliança, não podemos deixar de ter uma defesa autónoma eficaz, como, aliás, recomenda o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e que esta defesa autónoma começa pela possibilidade de nos equiparmos sem necessidade de ajuda externa.

Mas, já que falamos de ajuda externa, que nós gostaríamos mais de designar por comparticipação externa, uma vez que resulta de contrapartidas decorrentes de facilidades concedidas por Portugal nos Açores e no Continente, divulgamos o que se passa.

No campo da comparticipação externa tem maior relevância a dos EUA, a qual comporta créditos não reembolsáveis e créditos reembolsáveis, destinados ao reequipamento das Forças Armadas.

Naturalmente que a prática que tem vindo a ser seguida é a de, prioritariamente utilizar os primeiros, recorrendo-se aos reembolsáveis só quando necessário.

Existe, também, uma outra contrapartida acordada em 1979, e que é designada por ajuda de defesa, concedida pelo Governo da República Federal da Alemanha, no montante de 45 milhões de marcos, por períodos de 18 meses e até 1988, cujo acordo prevê que 80 por cento do valor da ajuda consiste em material novo e 20 por cento em material disponível dos depósitos de excedentes das forças armadas da RFA. Esta contrapartida insere-se no contexto das facilidades concedidas por Portugal à RFA, em Beja e no CT de Alcochete.

Quanto à contrapartida francesa, com a recente ratificação da revisão do acordo elaborado em 1984, as Forças Armadas passarão a contar, anualmente, com 200 000 contos destinados ao financiamento da aquisição de material francês.

Dissemos que a questão da comparticipação externa exige alguma reflexão e é o que passamos a fazer.

A nosso ver, embora haja necessidade de a ela recorrer para que possamos dispor de força militar credível, será conveniente que não fiquemos só dependentes dela e que, progressivamente, em verdadeiro esforço de defesa que não se esgota no esforço financeiro, possamos passar a poder dispor de um maior apoio nacional.

Abrimos aqui um parêntese para observar o que se passa à nossa volta.

É um facto que, apesar da polémica que em todos os países surge a propósito das despesas militares, elas não deixam de registar um crescimento constante da ordem dos 2 a 5 por cento nos últimos vinte anos.

Curiosamente, em 1974 as duas superpotências cobriam 54 por cento das despesas militares mundiais, percentagem que, nos dias de hoje, se cifra em 51 por cento, o que significa haver tendência para as despesas militares se repartirem mais equilibradamente por todos os países, naturalmente com mais incidência nos países do Terceiro Mundo.

A corrida aos armamentos tem tanto de impopular como de irreversível.

Se no fundo do problema reside a tensão entre os Estados, e a ausência de uma ordem internacional eficaz, não podemos, também, ignorar as repercussões económicas dela decorrentes.

A par desta incidência económica existem factores de desenvolvimento tecnológico que lhe imprimem uma dinâmica, a qual, sendo difícil de suster, é igualmente motivadora de progresso e de aplicação fora da área militar.

Em nosso entender as despesas com a defesa têm repercussões diferentes conforme o tipo de defesa e os objectivos considerados e, mesmo do ponto de vista económico, importará ter em atenção:

- Que são um modo de afectação de capital concorrente com o espírito de investimento;
- Que criam empregos em número superior aos de muitos outros sectores de actividade;
- Que exercem uma certa moderação no crescimento económico;
- Que são úteis num quadro de política conjuntural que exija uma conexão com outras despesas públicas; e, por último,
- Que suscitam inovações em sectores fora da área militar.

E entre nós? O que se passa?

O que se passa entre nós é que ainda é dos orçamentos das Forças Armadas que sai muito do que em matéria de pesquisa, investigação e desenvolvimento se faz em apoio da indústria de defesa, como por exemplo: as despesas que têm sido feitas com equipamento de comunicações para os três Ramos; e as que têm sido investidas no Campo de Tiro de Alcochete por forma a permitir ensaios que nos são solicitados, na ordem de 400 por ano.

Noutra área, a de pessoal, são também os orçamentos das Forças Armadas que suportam as pensões dos militares e todos os encargos de saúde, custos sociais que, segundo julgamos saber, não oneram outros departamentos do Estado.

Quanto mais crítica é a situação económico-financeira, e à medida que os problemas se avolumam, maior é a propensão para a análise exaustiva do emprego dos recursos do Estado e, por conseguinte, maior é a tendência para pôr em causa a sua distribuição, quando não a sua utilidade.

A esta análise não escapam as despesas com a defesa, ou melhor, as despesas militares; diríamos mesmo serem elas, normalmente, o alvo preferido.

Evidentemente que todos nós sabemos que o problema reside, fundamentalmente, na questão de estabelecer prioridades e, estabelecidas estas, fazer opções.

Tarefa sem dúvida difícil face aos meios financeiros de que se dispõe e perante a estratégia global do Estado a prosseguir de acordo com os interesses nacionais.

Colocar-se-á, então, uma série de questões, entre as quais a da manutenção das Forças Armadas, com a sua permanente actualização, sob pena de não cumprirem a missão que lhes foi reservada.

Actualização que significa modernização, em recursos humanos, materiais e, sobretudo, recursos financeiros, os quais, sendo escassos, não dispensam a racionalização das despesas públicas com um planeamento a médio e longo prazos, compatibilizando recursos com objectivos através de orçamentos plurianuais, baseados num sistema de Planeamento, Programação e Orçamentação.

Sistema que, de resto, já vem sendo praticado no seu seio ao apresentarem os «orçamentos-programas», sem, contudo, deixarem de elaborar os orçamentos tradicionais que são aqueles que ainda são os que, oficialmente, são exigidos, não obstante estarem muito longe de reflectirem o que possa ser o propósito de uma gestão racional e cuidada dos recursos disponíveis.

Mais: neste momento as Forças Armadas, a par de uma estrutura de programas, já dispõem de deflatores que, aplicáveis às suas despesas, permitem determinar, com exactidão, os valores que lhes devem ser atribuídos.

As Forças Armadas têm tido orçamentos de pura sobrevivência, para não dizermos de subvivência, conforme tivemos oportunidade de verificar, sem possibilidades de se reequiparem, o que compromete o cumprimento da sua missão.

O recurso à comparticipação externa, da qual está praticamente dependente a sua modernização, não deverá satisfazer o poder político pelas consequências que poderá ter com reflexos na manutenção da soberania e da independência nacional.

Se as Forças Armadas existem por imperativo nacional, a sua utilização na estratégia global do Estado não pode deixar de corresponder à intervenção que no âmbito da sua missão lhes for pedida.

A não existência de uma estrutura militar que proporcione uma dissuasão militar mínima, autónoma e credível à nossa escala, porá em dúvida a capacidade de afirmação de Portugal como Estado Soberano no concerto das Nações.

E já que falamos no concerto das Nações convirá não esquecer que, se em 1 de Janeiro próximo entramos na Europa Económica, desde 4 de Abril de 1949 que nela nos encontramos em matéria de Defesa.

Efectivamente, há 36 anos que somos europeus na verdadeira acepção da palavra, por, juntamente com mais onze países, sermos responsáveis pela soberania e independência da Europa, apesar de ao Tratado do Atlântico Norte terem, também, aderido os EUA e o Canadá.

Sem dúvida que a adesão económica acarreta outra ordem de preocupações, mas se, conforme vem sendo reconhecido, há uma complementaridade entre as duas componentes Economia e Defesa, e que esta para ter credibilidade necessita do desenvolvimento daquela, outra alternativa não temos que não seja compatibilizar os esforços a nível nacional para que a nível europeu uma das componentes não prejudique a outra.

É esta, quanto a nós, a grande realidade que devemos enfrentar.

Como corolário do que acabamos de expor, podemos tirar as conclusões seguintes:

1. Tendo presente as opções estratégicas de Portugal que assentam num certo número de objectivos permanentes, as grandes áreas de intervenção em que se deverá desenvolver a estratégia de defesa nacional deverão abranger todos os sectores da vida nacional, organizada global e sectorialmente.

2. Sendo a Economia e a Defesa duas componentes essenciais de toda a estratégia global do Estado que vise assegurar à Nação um mínimo de Segurança, que o mesmo será dizer de garantia da soberania e da independência nacional, o desenvolvimento económico não pode ser dissociado do esforço financeiro da defesa.

3. Competindo às Forças Armadas a defesa militar, expressão última da defesa nacional, o Estado deve-lhes proporcionar os recursos necessários ao cumprimento da missão, entre os quais os recursos financeiros.

4. Apreciando os recursos financeiros que têm sido affectos às Forças Armadas nos últimos dez anos, cujos valores decrescentes, de ano para ano, não permitem o seu reequipamento e modernização, verifica-se terem chegado a uma situação de sobrevivência que põe em causa o cumprimento da missão que constitucionalmente lhes foi conferida.

5. Havendo necessidade de manter Forças Armadas que proporcionem uma dissuasão militar mínima, autónoma e credível, a par do contributo na defesa colectiva da OTAN, é indispensável que não fiquemos dependentes da ajuda externa e procuremos compatibilizar o desenvolvimento económico com o esforço financeiro da defesa.

Mota de Mesquita
Brigadeiro

RECURSOS ENERGÉTICOS MUNDIAIS

Luis Aires-Barros

RECURSOS ENERGÉTICOS MUNDIAIS (1)

INTRODUÇÃO

A AGUA NO MUNDO

O NUCLEAR

O PETRÓLEO

O GAS NATURAL

O CARVÃO

AS ENERGIAS RENOVAVEIS

INTRODUÇÃO

O físico define energia como a «capacidade de fornecer trabalho». Este trabalho não é entendido apenas na acepção da acção mecânica: pode ser também calor, luz e transformações químicas dos corpos.

Hoje em dia a maior parte da energia é utilizada sob a forma de calor, usado desde o aquecimento urbano até ao seu emprego na indústria. Em seguida devemos considerar o trabalho mecânico usado desde os electrodomésticos mais variados até às viaturas automóveis, aos aviões, ao caminho de ferro, aos navios, não esquecendo os inúmeros utensílios mecânicos industriais. Uma terceira forma de energia é a energia química usada na transformação dos mais variados corpos (fabrico do cimento, do alumínio, refinação do petróleo, etc.). Por fim não podemos esquecer que a energia serve ainda para iluminar as nossas casas e as nossas ruas, para fazer funcionar os nossos televisores, telefones e computadores.

(1) Conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional em 16 de Janeiro de 1986.

Para utilizar a energia nos diversos sistemas atrás mencionados é preciso, na maior parte dos casos, transformá-la. Com efeito, o urânio não pode ser usado directamente como fonte de energia consumível. Tem de sofrer tratamento adequado para poder ser usado em um reactor nuclear onde gerará calor que movimentará uma turbina a vapor e um alternador até que se gere energia eléctrica.

As transformações de uma forma de energia em outra nunca são possíveis na sua integralidade — há sempre perdas na passagem de uma forma a outra.

De modo muito geral pode admitir-se que apenas 80 por cento da energia primária (lenhas, carvão, força hídrica, petróleo, gás ou matérias cindíveis) chega ao consumidor final. Estas perdas dão-se quando se produz energia nas centrais e durante o transporte e distribuição de energia. Todavia se falarmos em termos de energia útil, ou seja, da energia de que dispõe o consumidor depois da última conversão energética, esta energia útil representa entre 45 e 50 por cento da energia primária. Os 30 a 35 por cento da energia que se perdeu são explicados por fugas pelas janelas e portas das casas que queremos aquecer, bem como são dissipados nos radiadores dos veículos de que nos servimos ou dos motores e máquinas que pomos a funcionar.

Verificamos, pelo exposto, que é importante distinguir entre energia primária ou bruta (a que não foi submetida a qualquer processo de conversão ou transformação), energia secundária (a que é produzida pela conversão ou transformação de energia primária ou de qualquer outra forma de energia secundária) e energia útil.

Ao progresso da Humanidade tem estado, sempre, subjacente o uso da energia. De início o Homem usou as energias renováveis: a biomassa, pela lenha, o vento, a energia hídrica, não considerando a força animal e humana. A revolução industrial suporta-se, largamente, no uso do carvão mineral que vai sendo gradualmente substituído pelos hidrocarbonetos gasosos e líquidos que no início da década de 70 se tornam nas principais fontes de energia primária. É assim que o petróleo chegou a atingir 43 por cento da balança mundial de energia primária. É em fins de 1973 que se dá o primeiro choque petrolífero que se repete em 1979, criando constrangimentos económicos e sociais de que começamos a querer emergir.

Verifica-se que nunca, no decurso da História, o homem utilizou tantas quantidades de energia como hoje. Na realidade entre 1880 e 1980 o consumo de energia aumentou mais de 30 vezes.

As reservas de fontes de energia convencionais (carvão, petróleo, gás natural e urânio) repartem-se de modo muito desigual nas grandes zonas da Terra. Acresce, ainda, que os Estados consumidores se encontram longe dos países produtores. Isto significa que os recursos energéticos têm de ser transportados em quantidade e a longas distâncias. Daqui resultam custos suplementares, por vezes elevados, e ainda o uso de processos de acondicionamento para transportes especiais como a liquefacção dos gases. A tudo isto há a juntar o estado de dependência dos países consumidores em relação a determinadas regiões (ou países) do Globo. O petróleo e o urânio são produtos energéticos várias vezes usados para exercer pressões políticas, e não raramente com sucesso.

Como se sabe cerca de metade das reservas de petróleo encontram-se no Médio Oriente, mas é consumido principalmente na Europa e na América do Norte. Quanto ao gás natural, a Europa Oriental e o Próximo Oriente possuem cerca de 1/3 das reservas. Para o urânio, cerca de 75 por cento das reservas concentram-se em cinco países: Estados Unidos, Canadá, República da África do Sul, Suécia e Austrália. Não consideramos aqui as reservas da URSS que se sabe serem importantes, mas cujos valores são desconhecidos. Apenas, no que diz respeito ao carvão, as reservas se situam nas zonas onde é intensamente consumido, considerando à parte a Sibéria.

A tendência do consumo de energia, no futuro, a nível mundial, é a do seu aumento. Com efeito, nos países em vias de desenvolvimento, o consumo de energia aumentará consideravelmente nas próximas décadas, devido não só ao crescimento demográfico como à busca de nível de vida ainda melhor. Acresce que tal aumento de consumo será conseguido à custa de combustíveis líquidos já que as tecnologias necessárias à sua utilização são mais simples e é mais fácil a instalação das respectivas infra-estruturas.

No que concerne aos países desenvolvidos com economia de mercado, a figura 1 evidencia a evolução da produção bruta de electricidade por tipo de combustível usado na sua produção. Pode servir-nos como um aferidor prospectivo.

Sem dúvida que, em certos países, a energia nuclear poderá resolver o problema do abastecimento energético. O carvão vê o seu papel realçado a despeito dos inúmeros problemas que levanta, desde a implantação de

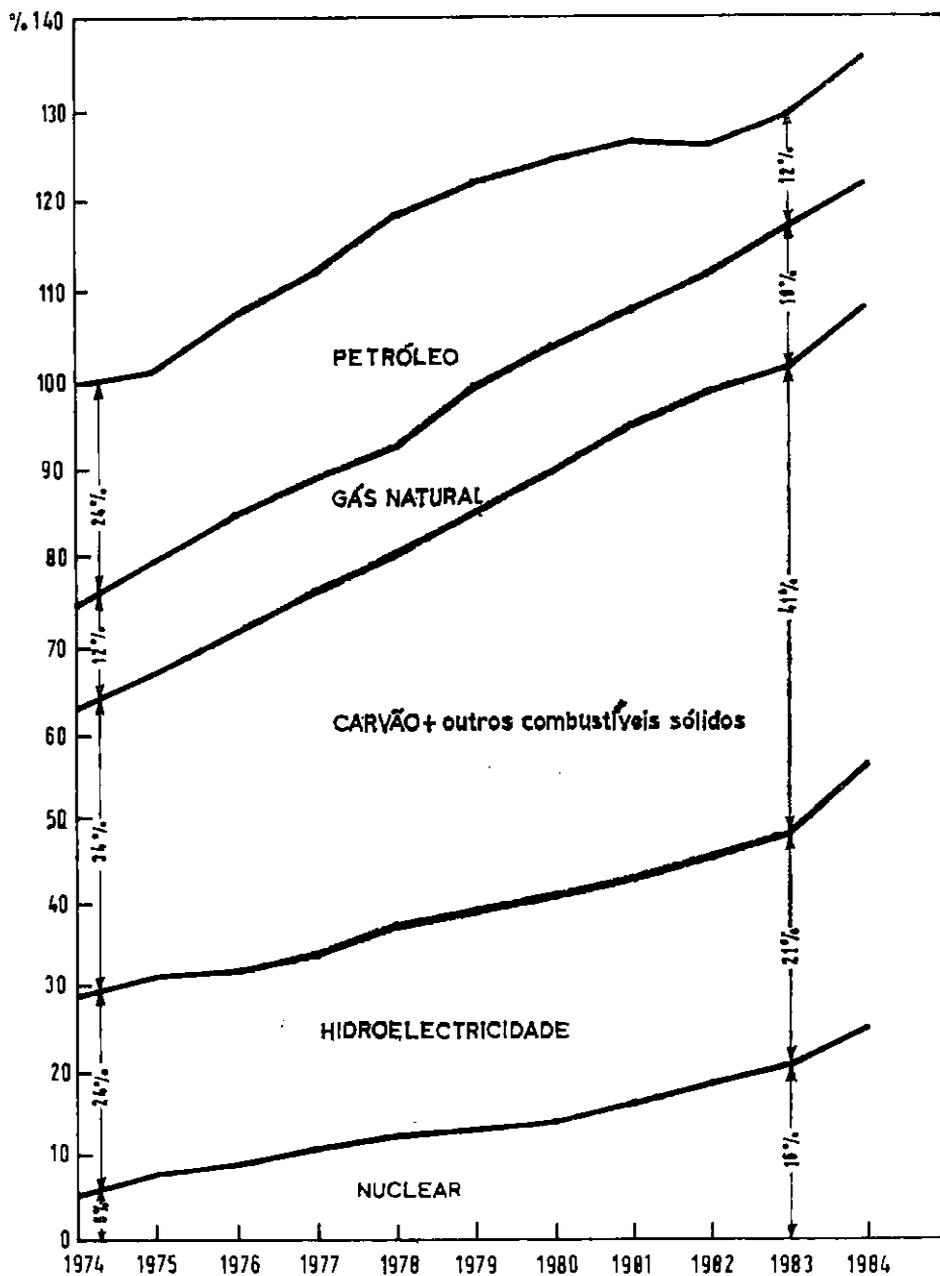


Fig. 1 — PRODUÇÃO BRUTA DE ELECTRICIDADE NA ZONA DA OCDE

infra-estruturas até ao impacto sobre o meio ambiente. A substituição do petróleo supõe um maior uso do gás natural, a gaseificação e liquefacção do carvão e a utilização dos xistos betuminosos e das areias asfálticas. A inibição não reside na ausência das tecnologias que facilitem estas utilizações mas sim nos seus custos.

Quanto às energias renováveis, assiste-se ao aumento significativo do uso da energia solar de baixa temperatura. No que concerne à energia solar de alta temperatura há ainda longo caminho a percorrer quanto à I, D&D e aos custos das aplicações. As energias eólica e da biomassa terão papel modesto no contexto mundial. Nos países tropicais, a biomassa, pelo uso das lenhas, continuará a ter papel relevante na economia das populações. A geotermia terá desenvolvimentos locais relevantes, função das condições geotectónicas

No mundo industrializado a conservação da energia dará contributo importante para o problema energético, podendo equiparar-se a uma fonte suplementar de energia.

Nos capítulos seguintes passaremos em revista, ainda que brevemente, os principais problemas ligados às potencialidades mundiais em fontes primárias de energia.

A ÁGUA NO MUNDO

Não é possível admitir a existência da vida sobre o nosso planeta sem a presença da água. O homem requer 2,5 a 3 litros de água por dia, incluindo a que está contida nos alimentos. A água, para além de imprescindível à vida, é essencial ao desenvolvimento agrícola e industrial. Com efeito a produção de 1 tonelada de gasolina necessita de 20 toneladas de água, 1 tonelada de aço precisa de 200 toneladas de água e a produção de 1 tonelada de trigo, nas regiões tropicais, supõe a utilização de 8000 toneladas de água.

Sucedee que a água tem a característica de ser um recurso natural renovável, em circulação constante, se bem que acompanhada por transições de fase, entre a terra, os oceanos e a atmosfera. Assim se tem o ciclo hidrológico, fundamentalmente, com um ramo aéreo a que está associada a precipitação e um ramo terrestre onde temos o escoamento. O estudo do ciclo hidrológico nos mais variados locais do Globo revelou que se corre o perigo do desequilíbrio entre a água necessária e a água disponível.

A água actualmente existente pode considerar-se distribuída por três reservatórios principais que, pela ordem de importância, são: os oceanos, os continentes e a atmosfera.

Cerca de 97,3 por cento de toda a água da hidrosfera existe nos oceanos. Dos restantes 2,7 por cento, 2,05 por cento existem nos glaciares e calotes geladas polares do Ártico e Antártico, e os restantes 0,65 por cento nos lagos, rios, mares interiores e na atmosfera. Em princípio, só esta última fracção constitui a reserva dos recursos hídricos disponíveis para o homem.

Em termos de volume, a quantidade total de água existente na hidrosfera é de $1440 \times 10^6 \text{ Km}^3$, sendo nos oceanos cerca de $1350 \times 10^6 \text{ Km}^3$. A quantidade total de água armazenada na atmosfera, que se mantém praticamente constante, é da ordem de $0,013 \times 10^6 \text{ Km}^3$, ou seja 100 000 vezes inferior à quantidade de água dos oceanos.

A água depositada nos continentes está distribuída por vários reservatórios, designadamente glaciares ($29 \times 10^6 \text{ Km}^3$), água subterrânea ($18,4 \times 10^6 \text{ Km}^3$), lagos e rios ($0,2 \times 10^6 \text{ Km}^3$) e matéria viva na biosfera ($0,0006 \times 10^6 \text{ Km}^3$). A quantidade de água retida nos gelos polares é impressionante, totalizando cerca de 1,8 por cento da água total da hidrosfera. Das águas subterrâneas, as águas vadasas (águas presentes nos solos) perfazem apenas $0,066 \times 10^6 \text{ Km}^3$. O restante encontra-se distribuído, de forma quase uniforme, por reservatórios a profundidades abaixo de 800 metros.

Se nos cingirmos à consideração da força hídrica como fonte de energia primária, ela é, hoje, fundamentalmente transformada em energia eléctrica. O potencial hidráulico bruto, tecnicamente explorável, depende, em parte, da maneira como os cursos de água são aproveitados e explorados. Admite-se que no globo terrestre se poderão explorar técnica e economicamente cerca de 70 EJ ($70 \times 10^{18} \text{ J}$) por ano, com a discriminação constante no Quadro I.

Tenhamos contudo em atenção que, nas regiões mais desenvolvidas, os recursos hídricos de mais fácil aproveitamento e de maior rendibilidade potencial já estão explorados. Todavia há um enorme esforço a fazer, embora se saiba que a viabilidade económica das explorações pode levar a ler os números apresentados com certo cuidado. De qualquer modo são valores que merecem adequada atenção.

De acordo com elementos da Comissão de Previsão da Conferência Mundial de Energia, os 17.2 EJ de 1980 serão 26.4 a 28.0 EJ no ano 2000 e passarão a 44 a 57 EJ no ano 2020. Estes valores continuarão a ser 6 a 7 por cento da energia total gasta no mundo nessas épocas.

Em linhas gerais a energia hídrica não levanta grandes problemas quanto às análises prospectivas: conhecem-se bem os locais em que poderão ser construídas as grandes barragens e sabem-se as quantidades de electricidade que elas poderão produzir.

QUADRO I
ENERGIA HÍDRICA — POTENCIAL E PRODUÇÃO (1980)

<i>Região do Mundo</i>	<i>Potencial Global (EJ)</i>	<i>Produção (¹) (EJ)</i>
América do Norte	12	5.6
América Latina	11	2.0
Europa Ocidental	7	4.3
Europa Oriental	12	2.4
África	10	0.5
Médio Oriente	0	0
Extremo Oriente	18	2.4
TOTAL	70	17.2

(¹) Tenha-se em atenção o que se disse quanto a perdas, pelo que a produção de electricidade é inferior a estes valores.

Estima-se que no ano 2000 a electricidade de origem hídrica representará 20 por cento da produção mundial de electricidade e, como vimos, cerca de 6 por cento da produção de energia primária.

A situação por país é muito diferenciada. Os países industrializados não conhecerão grande evolução na produção de hidroelectricidade já que têm em exploração os aproveitamentos mais adequados. Sem dúvida que em certos países como o Canadá, Espanha, Noruega, Turquia e mesmo Portugal há aproveitamentos a realizar, mas não são muito relevantes para o conjunto em exploração.

Em contrapartida, nos países em vias de desenvolvimento, a produção de energia hidroeléctrica deverá triplicar daqui até ao ano 2000. Todavia há que ter em atenção que muitos locais interessantes na América do Sul e na África são menos interessantes do ponto de vista económico, já que estão muito afastados das zonas de consumo.

Globalmente a electricidade primária hídrica deverá conhecer um desenvolvimento importante, quer nos países em vias de desenvolvimento quer

nos países de economia planificada, em especial na China. Neste último país prevê-se que triplique a produção de energia hídrica entre 1980 e 2000.

O NUCLEAR

Para produzir electricidade de origem nuclear há que possuir combustível adequado — urânio — e centrais capazes de o utilizar.

O combustível nuclear é à base de urânio, que é uma matéria-prima relativamente abundante.

Estima-se que as reservas actuais de urânio com custos de exploração inferiores a 80 US dólares por kg são da ordem de $1,4 \times 10^6$ ton. Se considerarmos que o preço de exploração do urânio é maior do que 130 US dólares por kg, as reservas mundiais elevam-se a 3 milhões de toneladas.

Sucede ainda que os jazigos uraníferos economicamente exploráveis se repartem por várias regiões do Globo, pelo que há grande número de países com explorações mineiras de urânio e outros que as podem vir a ter.

O que acaba de se expor quanto ao combustível nuclear revela duas vantagens desta fonte de energia em relação a outras: abundância de jazigos de urânio e diversidade de fontes de abastecimento.

Acresce ainda que o preço do urânio, como combustível de uma central nuclear, apenas representa cerca de 10 por cento do custo do kWh produzido.

Deve ter-se em atenção que, para alguns países, o urânio de que necessitam terá de ser importado. É o caso da França, país com o programa nuclear mais desenvolvido, não só a nível europeu como mundial. Daqui resulta que pode haver tensões sobre o aprovisionamento por razões quer técnicas, quer económicas, quer políticas.

Actualmente a produção mundial de urânio está em período de baixa visto que os preços estão deprimidos, bastante inferiores a 80 US dólares/kg.

A Europa é o mais importante consumidor de urânio, seguida dos Estados Unidos da América e do Japão.

Cada país tem a sua política de segurança quanto ao abastecimento em urânio. De acordo com a Agência Internacional de Energia Atómica, a política de aprovisionamento mais indicada seria: armazenamento para dois anos com uma dezena de contratos de longo prazo (uma dezena de anos) e uma participação nas explorações mineiras no estrangeiro. Os Estados Unidos possuem armazenamento de combustível urânio para muito mais de 2 anos e a França pode fazer face a um embargo do exterior durante 5 anos.

Como se sabe o urânio usado em uma central nuclear sofre uma série de operações, fundamentalmente para enriquecer o urânio no seu isótopo U-235 e para fabricar os chamados elementos de combustível.

As operações de enriquecimento do urânio são efectuadas ou nos Estados Unidos da América ou na União Soviética, ou então por dois consórcios internacionais: a Eurodif, com sede em França, e a Urenco, com instalações na Holanda e no Reino Unido.

Entretanto tudo indica que a partir do ano 2000 aparecerão os reactores reprodutores (*breeders*) à escala industrial. Como efeito no combustível irradiado das centrais nucleares térmicas temos plutónio que é um bom combustível que se prevê venha a ser usado nos reactores reprodutores ou rápidos. Estes reactores nucleares são praticamente a garantia de se ter um aprovisionamento em material cindível completamente independente do exterior. Na realidade é necessário, à partida, dispor de um parque de centrais que produzam plutónio para os primeiros reactores rápidos. Em seguida, estes produzem eles próprios mais combustível do que aquele que consomem. Estes reactores reprodutores permitem utilizar as potencialidades de produção de energia contidas no urânio 60 vezes mais do que nos actuais reactores térmicos, isto a partir da mesma quantidade de urânio.

O parque electronuclear mundial é o do Quadro II.

Quanto aos recursos, capacidades teóricas de produção e necessidades em urânio natural dos países de economia de mercado, temos os valores dos Quadros III, IV e V.

Os países industrializados com economia de mercado detêm a maioria do parque, enquanto que os países em vias de desenvolvimento dispõem de fraca capacidade instalada. Os países de economia planificada têm programas estáveis (URSS e Europa Oriental). A China tem projectado um programa nuclear de 10 GWe.

Para os países em vias de desenvolvimento, uma central nuclear é um investimento extremamente pesado que põe desde logo o problema do financiamento. Isto é um travão ao desenvolvimento da energia electronuclear, mesmo que esta energia tenha preços unitários mais baratos do que qualquer outra.

A construção de uma central nuclear necessita de uma vontade forte e contínua do Poder nos países interessados. Deste modo é uma decisão que deve ser tomada após longo amadurecimento.

QUADRO II

CENTRAIS NUCLEARES EM FUNCIONAMENTO E EM CONSTRUÇÃO (Fins de 1984)

País	Em funcionamento		Em construção		Electricidade produzida por centrais nucleares em 1984	
	Unidades	Capacidade total Mw (e)	Unidades	Capacidade total Mw (e)	TWh	Percentagem do total
Argentina	2	935	1	692	4.2	10
Bélgica	6	3 474	2	2 012	26.4	58.8
Brasil	1	626	1	1 245	1.5	1
Bulgária	4	1 632	2	1 906	12.7	28.6
Canadá	16	9 521	7	5 630	49.3	11.6
China			1	300		
Cuba			1	408		
Checoslováquia	3	1 194	10	4 394	6.7	8.5
Finlândia	4	2 310			17.8	41.1
França	41	32 993	23	28 355	181.8	58.7
Rep. Dem. da Alemanha	5	1 694	6	3 432	11	11
Rep. Fed. Alemã	19	16 133	7	6 881	86	23.2
Hungria	2	820	2	820	3.5	13.5
Índia	5	1 020	5	1 100	3.6	2.6
Itália	3	1 273	3	1 999	6.6	3.8
Japão	31	21 751	10	9 182	126.1	22.9
Rep. da Coreia	3	1 790	6	5 622	11.0	20
México			2	1 308		
Holanda	2	508			3.5	5.8
Paquistão	1	125			0.3	1.6
Filipinas			1	620		
Polónia			2	880		
Roménia			3	1 980		
África do Sul	1	921	1	921	3.9	3
Espanha	7	4 690	3	2 807	22.1	19.3
Suécia	10	7 355	2	2 100	48.6	40.6
Suíça	5	2 882			17.4	36.5
Reino Unido	37	9 564	5	3 130	45.7	17.3
EUA	85	68 867	34	38 242	325.2	13.5
URSS	46	22 997	39	36 575	131	9
Jugoslávia	1	632			4.2	7.0
TOTAL DO MUNDO	345	219 718	180	136 448	1 175	13

QUADRO III

RECURSOS EM URÂNIO NO MEM (Mundo de Economia de Mercado)

(Milhares de toneladas de urânio)

Zona	Recursos razoavelmente assegurados		Recursos suplementares estimados		Recursos totais em urânio
	< \$80/Kg U (Reservas)	\$80-130/Kg U	< \$80/Kg U	\$80-130/Kg U	
OCDE Europa	87.3	91.3	40.9	74.2	293.7
OCDE América	307.3	284.9	211.4	100.2	903.8
OCDE Pacífico	481.7	64	235	128	908.7
Total OCDE	876.3	440.2	487.3	302.4	2 106.2
Resto do MEM	761.7	177	523.7	108.4	1 570.8
Total MEM	1 638	617	1 011	411	3 677

QUADRO IV

CAPACIDADES TEÓRICAS DE PRODUÇÃO DE URÂNIO NATURAL NO MEM NO ANO 2000

(Em toneladas)

PAÍS	1983 (valores reais)	1984 (valores reais)	1985	1990	1995	2000
Alemanha	40	40	40	40	—	—
Austrália	3 211	4 390	4 700	3 400	3 400	3 400
Bélgica	40	40	40	40	—	—
Canadá	7 140	11 200	12 000	12 000	12 000	10 000
Espanha	205	225	250	250	n. a.	n. a.
Estados Unidos	8 150	7 200	6 300	7 700	9 200	9 500
França	3 271	3 200	3 900	3 900	3 900	3 900
Japão	7	9	9	9	—	—
Portugal	104	115	119	170	170	170
Total da OCDE	22 200	26 400	27 400	27 500	28 700	27 000
Resto do MEM	14 600	16 500	17 600	18 600	19 700	11 800
Total do MEM	36 800	42 900	45 000	46 100	48 400	38 800

QUADRO V

NECESSIDADES ANUAIS EM URÂNIO NATURAL
NOS PAÍSES DA OCDE NO ANO 2000

(Em toneladas)

PAIS	1983	1984	1985	1990	1995	2000
Alemanha	2 200	2 500	2 600	4 000	4 000	4 100
Bélgica	1 360	990	990	990	990	990
Canadá	1 390	1 300	960	2 080	2 140	2 140
Espanha	370	255	1 067	1 430	1 230	1 400
Estados Unidos	10 500	11 100	11 400	14 400	17 300	20 500
Finlândia	350	350	350	350	480	480
França	6 000	6 000	6 000	7 100	8 500	10 400
Itália	185	185	185	391	1 227	1 980
Japão	4 300	5 400	5 800	6 200	10 100	12 000
Holanda	100	100	100	100	300	485
Reino Unido	2 100	2 150	2 150	1 950	2 330	2 700
Suécia	1 600	1 400	1 400	1 400	1 400	1 400
Suíça	350	570	570	570	570	700
Turquia	0	0	0	513	217	217
Total OCDE	30 800	32 300	33 600	41 500	50 800	59 500

No fim de 1984 havia 345 reactores de potência em serviço em 26 países, os quais asseguravam 13 por cento da produção mundial de electricidade. Em cinco países, a quota-parte do nuclear na produção de electricidade ultrapassou os 35 por cento e a França e a Bélgica produzem mais de 50 por cento da sua electricidade pela via nuclear (Quadros VI e VII).

O PETRÓLEO

Actualmente o petróleo cobre a maior parte das necessidades mundiais em energia. Por enquanto o petróleo usado é extraído de poços furados em formações convenientes. As reservas certas, ou seja, provadas e exploráveis, ascendem a 3655 EJ (\approx 83 Gtep) (figura 2). Recentemente começou-se a exploração dos jazigos de petróleo contidos nas areias asfálticas e nos xistos betuminosos. As reservas certas destes tipos de jazigos ascendem a cerca de 2000 EJ (\approx 45 Gtep) (figura 3).

Segundo a Comissão de Previsão da Conferência Mundial de Energia, estima-se que as reservas de petróleo possíveis e tecnicamente extraíveis

QUADRO VI

PAÍSES COM A MAIOR PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE DE ORIGEM NUCLEAR EM 1984

PAIS	Participação Nuclear %
França	58,7
Bélgica	50,8
Finlândia	41,1
Suécia	40,6
Suíça	36,5
Bulgária	28,6
República Federal da Alemanha	23,2
Japão	22,9
Hungria	22,2
República da Coreia	20
Espanha	19,3
Inglaterra	17,3
Estados Unidos	13,5
Canadá	11,6
República Democrática Alemã	11
Argentina	10

QUADRO VII

CENTRAIS NUCLEARES EXISTENTES (1984) E PREVISTAS (1990)

PAIS	1984 (actual)		1990 (estimado)	
	Número de unidades	Capacidade (MW (e))	Número de unidades	Capacidade (MW (e))
Total mundial	345	219 718	509	371 688
Países industrializados	318	206 933	450	359 717
PVD* (total)	27	12 785	59	31 971
PEP**	9	3 646	23	10 858
Outras	18	9 139	36	21 113

* PVD — Países em vias de desenvolvimento.

** PEP — Países de economia planificada.

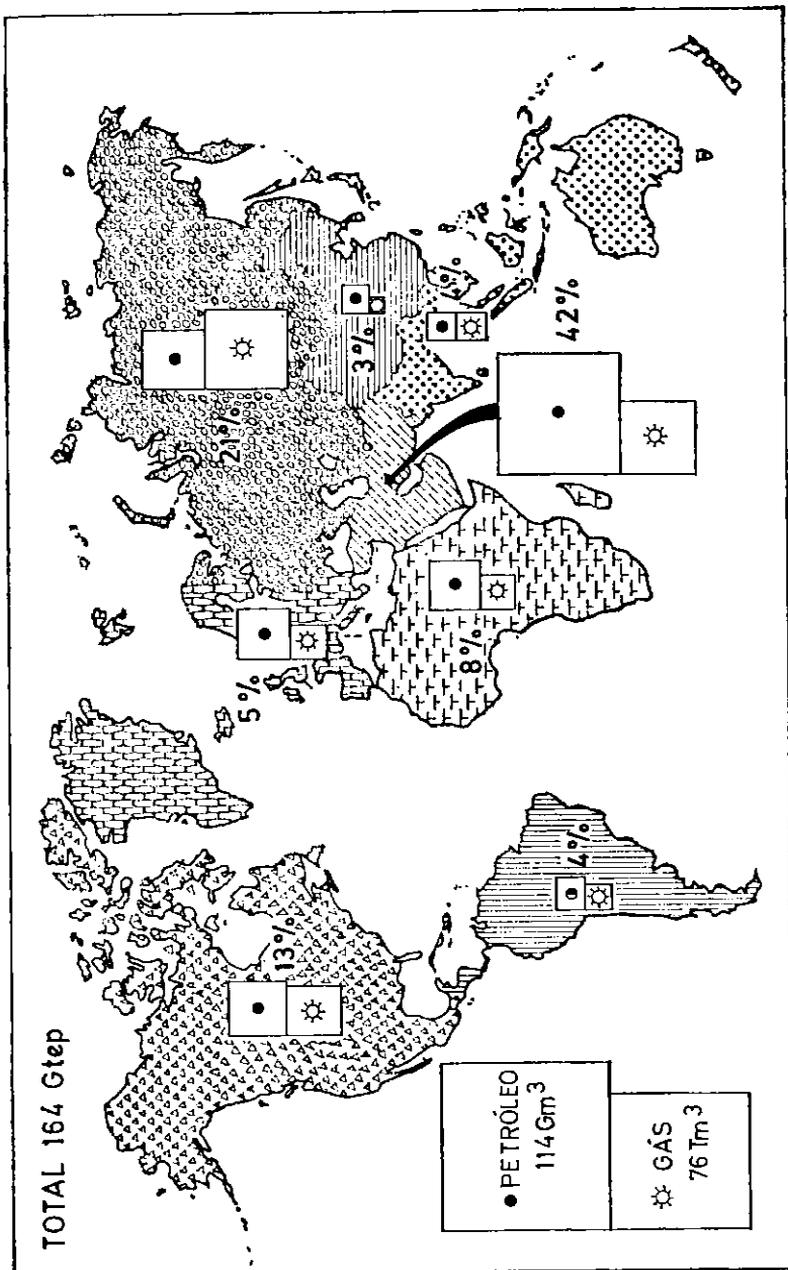


Fig. 2 — RESERVAS RECUPERÁVEIS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

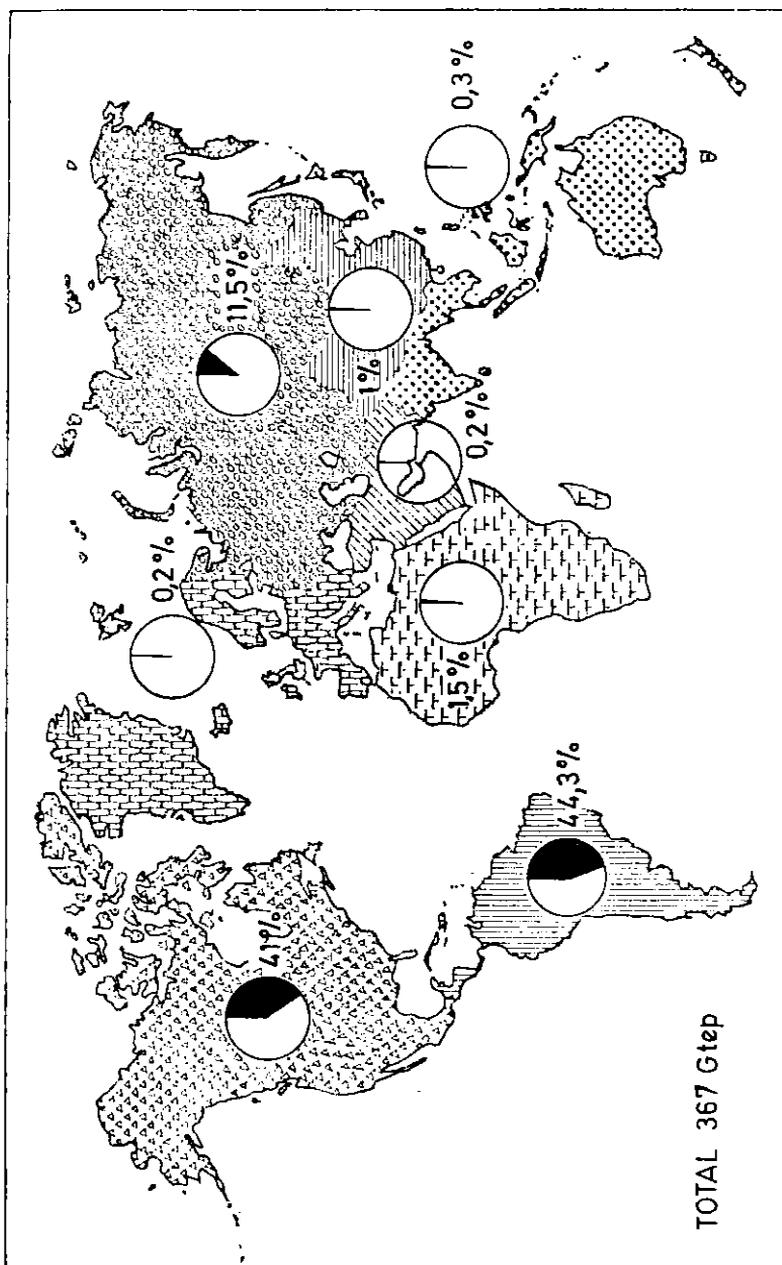


Fig. 3 — RESERVAS CERTAS DE AREIAS E XISTOS BETUMINOSOS

atinjam os 10 866 EJ (\approx 246 Gtep). É, ainda, admissível que até ao fim do século se confirmem novas reservas, talvez cerca de 2000 EJ (\approx 45 Gtep).

Todos os estudos prevêem que até ao fim do presente século deve haver um ligeiro crescimento do consumo do petróleo. O ritmo desse crescimento deve ser da ordem de 1 por cento ao ano.

Todavia, na Europa, devido à mais eficaz utilização do petróleo e à sua substituição por outras formas de energia (o carvão e o nuclear), admite-se que não haja aumento do consumo de petróleo, mas, inclusivamente, diminuição. Ao nível da CEE pensa-se que haverá estabilização no consumo do petróleo já que a substituição pelo carvão e pelo nuclear tem sido mais lenta do que o previsto.

No entanto o petróleo está longe de se considerar destronado. No fim do século deve cobrir 40 por cento das necessidades energéticas dos nossos países (56 por cento se considerarmos o gás natural). É bem certo que em 1973 os valores correspondentes eram de 62 e 74 por cento. De qualquer modo os hidrocarbonetos são e continuarão a ser, durante muito tempo, as formas de energia dominantes do mercado de energia.

A esta posição, digamos maximalista, apresentada pelas próprias companhias petrolíferas, contrapõe-se a previsão da Conferência Mundial de Energia que prevê que a quota-parte do petróleo no aprovisionamento mundial, no ano 2000, será de cerca de 30 por cento, baixando para 20 por cento no ano 2020.

No Quadro VIII apresenta-se uma estimativa das reservas provadas do petróleo por área e país (1979).

Apresentam-se, ainda, no Quadro IX, estimativas dos recursos recuperáveis de petróleo (1979).

Mesmo que o consumo de petróleo se mantenha estabilizado, é certo que a maioria dos jazigos produtivos já está em produção. O petróleo de amanhã será encontrado em jazigos de mais fraca capacidade, de difícil acesso e onerosos. Tudo isto aguça o engenho do homem que terá de melhorar o conhecimento das estruturas geológicas profundas, a afinação de técnicas de exploração e de produção no mar profundo, sondagens profundas, desenvolvimento do comando à distância, etc.

Quanto aos países da CEE, para reduzir a sua dependência em relação ao petróleo, deverão recorrer ao aumento do consumo de gás, mediante a

duplicação das importações. O mesmo se deverá passar quanto ao aprovisionamento em carvão. Concomitantemente desenvolver-se-ão as energias renováveis cuja utilização efectiva aumentará lentamente. A utilização da energia nuclear aumentará substancialmente. Admite-se que a contribuição da energia nuclear na produção de electricidade atinja, em 1990, os 40 por cento.

QUADRO VIII
ESTIMATIVA DAS RESERVAS DE PETRÓLEO

AREA	PAIS	PETRÓLEO (10 ⁹ barril)
AMÉRICA DO NORTE	Estados Unidos	28,5
	Canadá	6
	México	16
	Outros	0,516
AMÉRICA DO SUL	Venezuela	18
	Argentina	2,4
	Outros	4,33
ÁFRICA	Argélia	6,3
	Egipto	3,2
	Líbia	24,3
	Nigéria	18,2
	Tunísia	2,3
	Outros	3,59
EUROPA	Reino Unido	16
	Noruega	5,9
	Outros	5,1
MÉDIO ORIENTE	Arábia Saudita	165
	Kuwait	66
	Irão	59
	Iraque	32
	Abu Dabi	30
	Outros	17
ÁSIA	China	20
	Índia	2,9
	Malásia	2,8
	Outros	0,217
PACÍFICO	Indonésia	10
	Austrália	2,1
	Outros	1,69
URSS		71
TOTAL MUNDIAL		642

Na figura 4 mostram-se as principais «rotas do petróleo», ou seja, as principais correntes de aprovisionamento em 1984, referindo-se, inclusivamente, os valores das exportações totais das zonas produtoras.

QUADRO IX

ESTIMATIVAS DOS RECURSOS RECUPERÁVEIS
DE PETRÓLEO (1979)

AREA	PETRÓLEO (10 ⁶ barril)
América do Norte	280 — 380
América do Sul	120 — 160
Europa *	50 — 70
África	120 — 170
Médio Oriente	860 — 1 140
Pacífico	105 — 155
Ásia	?
URSS **	165 — 225
TOTAL	1 700 — 2 300

* Apenas Europa Ocidental.

** Inclui a Europa Oriental.

O GÁS NATURAL

A utilização do gás natural tem vindo gradualmente a impor-se. Acontece que a própria prospecção para o petróleo, ou mesmo a sua exploração, tem revelado a presença de depósitos de gás natural. Presume-se que as reservas mundiais de gás natural ascendam a 5971 EJ (\approx 135 Gtep).

Tenha-se em atenção que estamos perante um combustível volátil mais difícil de transportar e de manipular do que o petróleo. O transporte por *pipeline* é a via mais indicada e usada. Todavia nem sempre é possível, pelo que também se usa a sua refrigeração que é acompanhada de redução de volume. Com efeito arrefece-se o gás natural até menos 161.º C, o que provoca a sua

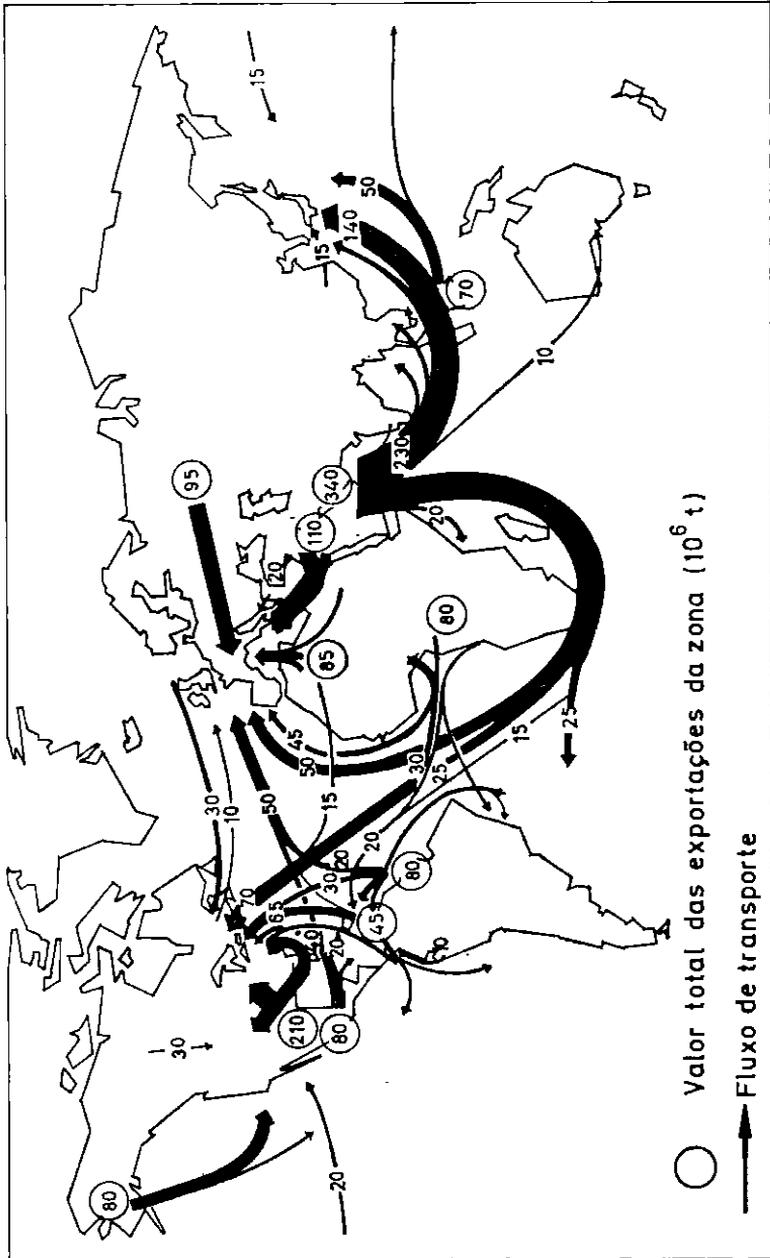


Fig. 4 — AS PRINCIPAIS «ROTAS DO PETRÓLEO»

liquefacção e redução do volume de 1/600 em relação ao volume que o gás ocupa a 20° C. Tenha-se em consideração que o processo de liquefacção, a refrigeração durante o transporte e o retorno ao estado gasoso consomem cerca de uma quarto da energia contida na quantidade de gás transportada. Para efeitos de comparação deve saber-se que a energia contida em 1 litro de petróleo exige um volume de gás natural de 975 litros.

Pode considerar-se que a vulgarização do gás natural se processou nos Estados Unidos da América, onde a existência de enormes depósitos de gás associados ao petróleo e a existência de vastos mercados concentrados criou as condições propícias ao desenvolvimento rápido de uma indústria do gás natural.

Na década de 50 deu-se grande expansão ao uso do gás natural nos EUA, provocada pela conjugação dos seguintes três factores:

- 1 — Desenvolvimento da exploração petrolífera que tornou disponíveis grandes volumes de gás natural. Este rapidamente excedeu as necessidades locais, motivando a procura de mercados longínquos.
- 2 — Desenvolvimento da tecnologia do transporte a longa distância por *pipeline* que permite ligar o local de produção com os locais de consumo, possibilitando abastecer os mercados de gás da costa Leste dos EUA.
- 3 — Facilidade de mobilizar financiamentos a longo prazo, indo até 20 anos, permitindo às companhias de transporte e distribuição de gás os meios monetários necessários para a construção de uma infra-estrutura dispendiosa.

A conjugação destes factores permitiu forte crescimento da indústria norte-americana do gás natural. Assim, em 1965 o gás natural fornecia 1/3 do aprovisionamento em energia primária dos EUA. Este valor estabilizou depois em torno dos 25-26 por cento.

O exemplo norte-americano rapidamente foi seguido pela Europa e pela URSS. Hoje em dia o gás natural é uma das mais importantes fontes de energia primária do mundo. Em 1984 a sua quota-parte no consumo energético mundial foi de cerca de 18 por cento. Há contudo fortes assimetrias nos níveis de consumo dos vários países. Enquanto nos EUA o gás natural corresponde a 25 por cento do consumo da energia primária, nos países euro-

peus esse valor é de 15 por cento e, em média, é de 10 por cento nos países em vias de desenvolvimento (não incluindo a China).

No que concerne às reservas provadas, no fim de 1984, os valores eram de 96 000 Gm³, ou sejam 85 Gtep. Este valor corresponde a cerca de 95 por cento das reservas de petróleo conhecidas. As reservas de gás natural, comparadas às de petróleo, têm vindo a aumentar: na realidade correspondiam a 39 por cento das do petróleo em 1960, passaram a 75 por cento em 1980 e em 1985 correspondem a 95 por cento das reservas de petróleo. A confirmar-se esta tendência, e tudo indica que sim, as descobertas de gás em relação às do petróleo devem continuar a crescer.

Verifica-se que as reservas de gás natural e o seu consumo estão desigualmente distribuídos do ponto de vista geográfico. Assim, de entre os países em vias de desenvolvimento, os países não importadores de petróleo possuem cerca de 1,7 por cento do total mundial das reservas de gás natural e o seu consumo é de 2,5 por cento do total mundial.

Os países em vias de desenvolvimento exportadores de petróleo detêm cerca de 40 por cento das reservas provadas de gás e representam apenas 9 por cento do consumo mundial. Os EUA e a URSS são os dois grandes produtores e consumidores de gás natural. A URSS possui amplas reservas provadas de gás natural.

A Europa Ocidental é o terceiro consumidor de gás natural com 14 por cento (figura 5) do consumo mundial em 1984. O Japão consome cerca de 2,2 por cento. A Europa de Leste detém cerca de 40 por cento das reservas

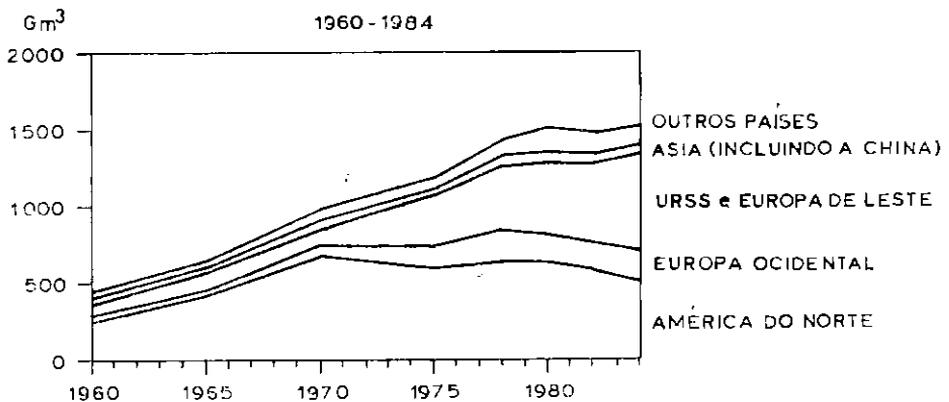


Fig. 5 — CONSUMO MUNDIAL DE GAS NATURAL

provas mundiais, mas a quase totalidade deste gás natural está situado na URSS (98 por cento).

Facto digno de menção está em que a parte da produção bruta comercializada atinge 54 por cento para os PVD, contra 85 por cento nos países desenvolvidos e 97 por cento na Europa de Leste. Sucede que nos PVD exportadores de petróleo, mais de metade do gás natural produzido é queimado à saída dos poços. Registe-se que, em 1984, o Irão queimava 33 por cento da sua produção gaseira, a Arábia Saudita 60 por cento, a Nigéria 82 por cento, o Iraque 84 por cento e o Gabão 92 por cento.

Quanto às principais correntes de aprovisionamento em gás natural (figura 6), verifica-se que o seu transporte se faz por:

1 — Gasoduto

- Da URSS e da Argélia para a Europa;
- Do Canadá e México para os EUA;
- Da Bolívia para a Argentina.

2 — Metaneiros para o gás natural liquefeito (GNL)

- Da Argélia para a Europa e os EUA;
 - Da Indonésia
 - Da Malásia
 - Do Médio Oriente
 - Do Alasca
- } para o Japão.

O comércio internacional atingiu o volume de cerca de 214 Gm³ em 1984, o que significa que aumentou de 9,7 por cento em relação a 1983 (veja-se o Quadro X).

Pelos valores do Quadro X se verifica que, a despeito do rápido crescimento do GNL, 78 por cento do comércio internacional de gás faz-se por *pipeline*. Verifica-se também que, apesar do grande incremento no uso do gás natural, o comércio internacional desta fonte energética primária apenas representa 12,5 por cento da produção mundial de gás natural comercializado, ou seja quatro vezes menos do que os valores correspondentes para

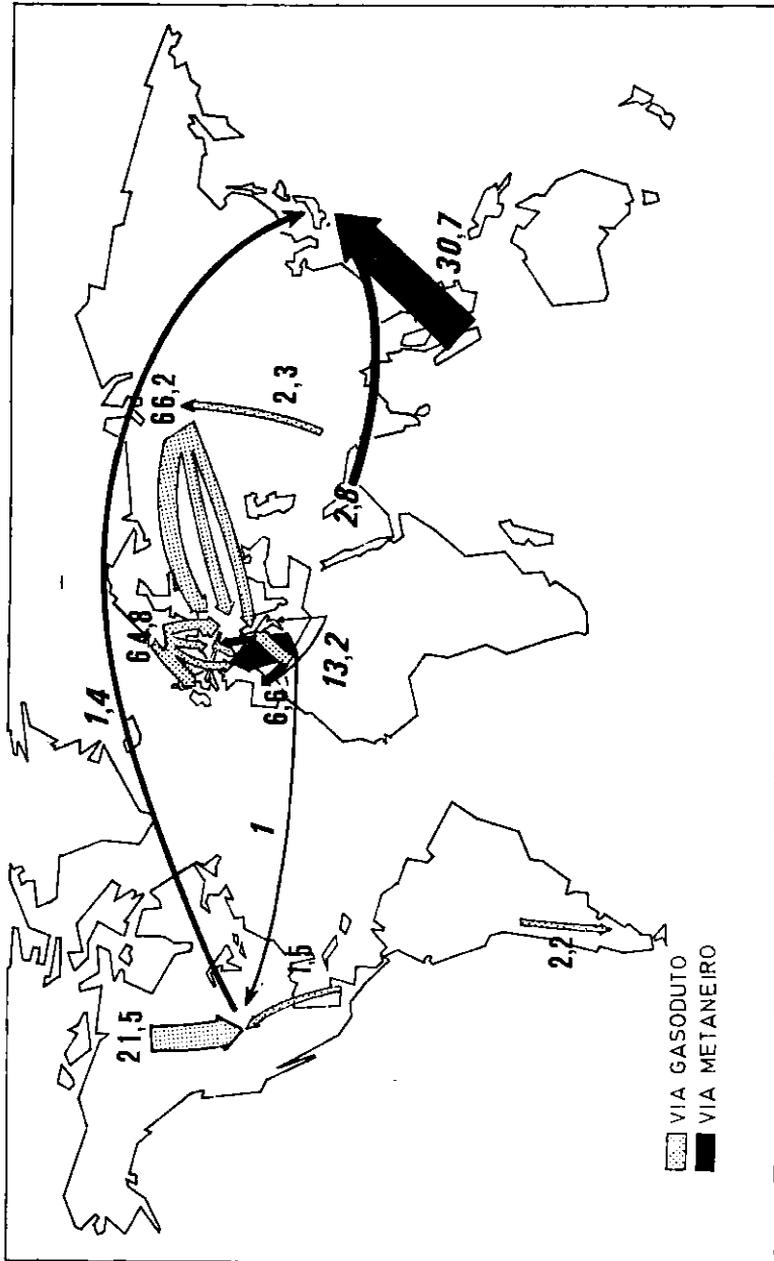


Fig. 6 — PRINCIPAIS CORRENTES DE ABASTECIMENTO EM GAS NATURAL EM 1984 (em Gt)

o petróleo. Esta diferença deve-se, em larga medida, a maior proximidade geográfica das áreas produtoras e consumidoras de gás natural.

Em 1983, de um total de 66 países produtores de gás natural e de 70 por cento de países consumidores, apenas 16 eram exportadores de gás natural (sendo 7 de GNL) e 25 importadores (sendo 6 de GNL).

Para além da proximidade geográfica entre os produtores e consumidores de gás natural deve também mencionar-se que o comércio internacio-

QUADRO X
EVOLUÇÃO DO COMERCIO INTERNACIONAL DE GAS NATURAL

ANO	Total — Mundo		Total — Mundo Gazoduto		Total — Mundo GNL	
	Gm ³	% da produção (1)	Gm ³	% da produção (1)	Gm ³	% da produção (1)
1970	45,21	4,3	42,45	4,1	2,76	0,2
1975	121,20	9,6	107,63	8,5	13,57	1,1
1980	190,73	12,6	159,45	10,5	31,28	2,1
1983	194,83	12,5	153,23	9,8	41,60	2,7
1984	213,76	12,7	165,64	9,8	48,12	2,9

(1) Parte do comércio internacional em relação à produção mundial de gás natural comercializado.

nal por *pipeline* tem alta rigidez, pois que os fornecimentos devem estar assegurados por um período dilatado, antes da construção do gasoduto, de modo a permitir a recuperação dos investimentos feitos. O mesmo se pode dizer quanto ao armazenamento e transporte do GNL.

Algumas previsões têm sido avançadas quanto ao futuro da exploração e consumo do gás natural no mundo no alvor do século XXI. Assim:

EUROPA. Deve desenvolver-se uma densa infra-estrutura de transporte e distribuição baseada nos importantes recursos internos (Holanda e

Noruega), bem como sobre os enormes recursos da URSS que permitirão alimentar a Europa por gasoduto. As importações de GNL aumentarão lentamente e permanecerão uma fonte marginal de aprovisionamento proveniente da África do Norte.

EUA. Os EUA entrarão no século XXI com um sistema de distribuição de gás natural sofisticado e competitivo, centrado sobre os recursos norte-americanos, canadianos e mexicanos. O papel a desempenhar pelo GNL será menor, embora em valor absoluto o aprovisionamento dos EUA aumente.

MÉDIO ORIENTE. O Médio Oriente vai tornar-se o maior mercado mundial para produtos derivados dos hidrocarbonetos. Os principais projectos sauditas estarão operacionais e desempenharão papel relevante nos domínios-base das petroquímicas. Os projectos de exportação das enormes reservas de gás natural do Irão e Qatar estarão em curso.

EXTREMO ORIENTE. O Japão será sempre o maior importador de GNL (importou, em 1984, 67 por cento das importações mundiais). A Indonésia, a Malásia, o Brunei e ainda o Abou Dabi, e, fora da região, o Alaska, o Canadá e ainda a Austrália, farão parte dos fornecedores dos nipónicos. A Coreia deve seguir-se ao Japão como o grande segundo consumidor de gás natural no Extremo Oriente.

PVD. A maior parte dos PVD possuem recursos de gás natural. A parte do gás natural no consumo de energia dos PVD deverá passar de 7 por cento em 1980 para mais de 12 por cento em 1995, com uma taxa média de crescimento anual de 8,5 por cento. Estima-se que, pelo ano 2000, o uso maciço do gás natural nos PVD em sectores como a produção de electricidade, a indústria, os adubos, etc, terá efeitos muito relevantes no desenvolvimento.

O CARVÃO

Entre as fontes tradicionais de energia, o carvão é de longe a mais abundante já que os jazigos carboníferos são quatro vezes superiores aos depósitos petrolíferos provados. As reservas certas e exploráveis de carvão, a nível mundial, montam a 626 Gtep.

Verifica-se que a parte mais importante dos recursos e reservas carboníferas se concentra no Hemisfério Norte. Com efeito, 85 por cento dos recursos geológicos de carvão, definidos como a quantidade de carvão que poderá apresentar um dia interesse económico para a humanidade, localizam-se na URSS, nos Estados Unidos da América e na China. O mesmo se pode dizer em relação à lignite cujos recursos geológicos destes três países montam a 94 por cento (figura 7).

Quanto às reservas economicamente exploráveis, ao carvão e à lignite correspondem, para estes três países, as percentagens respectivas de 60 e 64 por cento.

No Quadro XI mostra-se a posição dos principais 10 países que possuem posição relevante quanto à riqueza em carvão e lignite.

Os recursos geológicos referidos no quadro precedente, segundo a idade geológica a que pertencem, têm a repartição mundial do Quadro XII.

No Hemisfério Sul, o volume das reservas globais conhecidas é nitidamente mais fraco. Apenas dois países, a Austrália e a RAS, possuem depósitos de carvão e de lignite importantes.

A repartição geográfica dos recursos e das reservas carboníferas, por continente e por qualidade, apresenta-se como segue (Quadro XIII):

- i) 3/4 dos recursos e das reservas mundiais são atribuíveis ao carvão e 1/4 à lignite;
- ii) Apenas dois continentes, a Ásia e a América, possuem 88 por cento dos recursos e 70 por cento das reservas mundiais de carvão, enquanto que os valores correspondentes para a lignite são de 96 e 70 por cento.

Prevê-se que a produção carbonífera mundial conheça importante aumento até ao fim do século e nas primeiras décadas do século XXI. Todavia o aumento significativo da produção carbonífera só pode ser obtido em numerosos países pela deslocação importante dos centros de produção para regiões menos desenvolvidas industrialmente.

Assim, nos EUA assiste-se ao deslocamento de Leste para os jazigos importantes do Centro-Oeste e do Oeste. Na URSS o movimento congénere está a dar-se para as regiões situadas a Oriente dos Urais.

Verificou-se que a contribuição do carvão como fonte de energia primária sofreu uma redução percentual acentuada entre 1960 e 1978, tendo

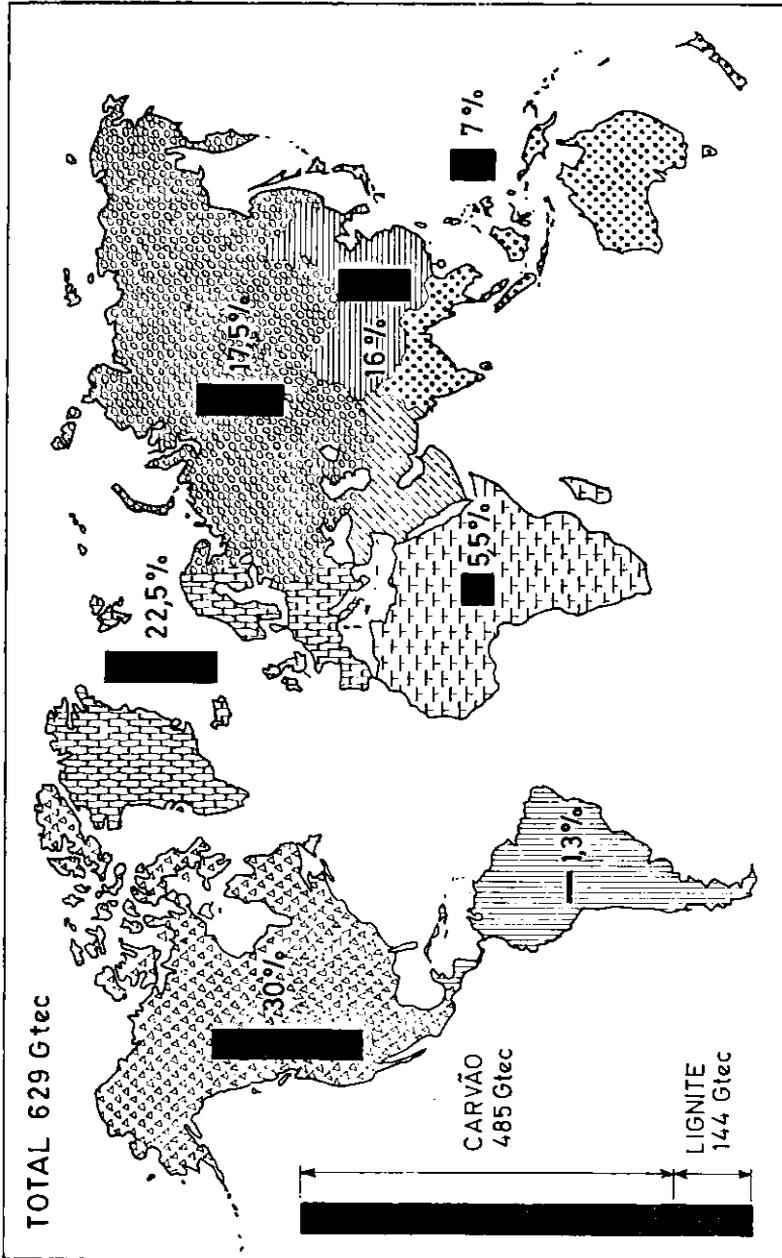


Fig. 7 — RESERVAS EXPLORÁVEIS DE CARVÃO E LIGNITE

QUADRO XI

RECURSOS E RESERVAS GEOLÓGICAS EM CARVÃO
DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES

PAÍS	Recursos Geológicos %	Reservas Exploráveis %
URSS	48	17,3
USA	25	27,9
Rep. Pop. da China	14	15,5
RFA	2,4	5,4
Austrália	2,6	4,3
Reino Unido	1,6	7,1
Polónia	1,2	3,4
Canadá	1,1	1,5
RAS	0,65	4,2
Índia	0,56	5,3

passado de 36 para 25 por cento do balanço energético mundial. Isto a despeito de, em valores absolutos àquelas percentagens, corresponderem, respectivamente, 1,2 e 1,7 Gtep.

Este facto tem tendência a inverter-se e o carvão deverá reconquistar os 28 por cento do balanço energético mundial no ano 2000 (2,8 a 3,2 Gtep) e mesmo 32 por cento no ano 2020 (4,4 a 5,7 Gtep). Sendo assim, o carvão no início do próximo século tomará a dianteira como fonte de energia primária.

A nível dos países da CEE está previsto para 1990 que o consumo de petróleo deverá ser reduzido para cerca de 40 por cento do consumo bruto de energia primária, e os combustíveis sólidos (carvão, lignite e turfa) e a energia nuclear deverão assegurar 70 a 75 por cento da produção de electricidade.

QUADRO XII
RECURSOS GEOLÓGICOS DE CARVÃO, SUA IDADE GEOLÓGICA E SITUAÇÃO GEOLÓGICA

PAIS	PRIMARIO					SECUNDARIO				TERCIA- RIO %	TOTAL
	Devónico %	Carbónico %	Pérmico %	Trias %	Jurássico %	Cretácico %					
URSS	0,1	7,70	22,50	0,05	12,56	4,08				1,11	48,00
EUA	—	6,90	—	0,20	—	8,00				10,29	25,39
Rep. Pop. da China	—	3,80	6,70	—	3,50	—				0,20	14,20
RFA	—	2,20	—	—	0,02	—				0,22	2,44
Austrália	—	0,18	1,69	0,15	0,09	—				0,48	2,59
Reino Unido	—	1,62	—	—	—	—				—	1,62
Polónia	—	1,02	—	—	—	—				0,22	1,24
Canadá	—	—	—	—	0,05	0,93				0,16	1,14
India	—	0,34	0,11	—	0,08	0,01				0,02	0,56
Outros países	—	0,34	0,70	—	0,50	0,28				0,80	2,82
Total Gtec	—	2460	3210	40	1701	1347				1367	10 125
Total %	0,1	24,3	31,7	0,4	16,8	13,3				13,5	100

QUADRO XIII
REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DOS RECURSOS E RESERVAS CARBONIFERAS

<i>Continentes</i>	<i>CARVÃO</i>		<i>LIGNITE</i>	
	<i>Recursos Geológicos %</i>	<i>Reservas Exploráveis %</i>	<i>Recursos Geológicos %</i>	<i>Reservas Exploráveis %</i>
<i>Asia</i>	71	44	37	21
<i>América</i>	17	26	59	49
<i>Europa</i>	7	19	2	23
<i>Africa</i>	3	7	—	—
<i>Austrália</i>	2	4	2	7

AS ENERGIAS RENOVÁVEIS

As energias renováveis têm como origem directa ou indirecta o Sol. A energia geotérmica tem posição peculiar.

A avaliação dos recursos energéticos renováveis deve ser realizada tendo sempre presente que uma coisa são as potencialidades teóricas, e outra bem diversa a potência efectivamente utilizável.

Como ponto de partida sabemos que a potencialidade máxima teórica da energia radiada pelo Sol é de 75 000 Gtep/ano. Isto corresponde a 12 000 vezes a energia actualmente consumida no Mundo. É evidente que apenas pequeníssima parte deste potencial é utilizável pelo Homem, hoje, e nos anos mais próximos.

A utilização mais significativa da energia solar faz-se, por via indirecta, pela hydroelectricidade e pela biomassa (lenha).

No Quadro XIV apresenta-se uma avaliação sobre o potencial mundial das energias renováveis com interesse meramente indicativo. Deve atentar-se na percentagem de realização possível.

Quanto à energia solar apresenta-se uma estimativa (Quadro XV), tendo bem em mente a dificuldade em ser realista quer devido à variação da grandeza da radiação solar total, quer quanto à dificuldade em avaliar a área disponível para a sua captação.

QUADRO XIV
 POTENCIAL MUNDIAL DAS ENERGIAS RENOVAVEIS

<i>Fonte de energia</i>	<i>Potencial teórico Gtep</i>	<i>Potencial realizável Gtep</i>
Biomassa	5,25	1,75
Hídrica	2,00	1,05
Solar	1,70	0,70
Eólica	2,00	0,70
Geotérmica	0,30	0,20
Energia térmica dos oceanos, ondas e marés	0,75	0,15

QUADRO XV
 VALORES DA RADIAÇÃO SOLAR A NIVEL DO SOLO
 (superfícies horizontais)

<i>Regiões</i>	<i>Radiação solar KWh/m² dia</i>	<i>Média anual W/m²</i>
Regiões tropicais e desertos	5 a 6	210 a 250
Zonas temperadas	3 a 5	130 a 210
Regiões com menor insolação	2 a 3	80 a 130

Luis Aires-Barros

Prof. Catedrático do IST
 Director do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares
 do LNETI

BIBLIOGRAFIA

- BESTOUGEFF, M. A. (1980), *Summary of mondial coal resources and reserves. Geographic and geologic repartition.* Colloque C2. pp. 353-366. 26 Congrès Géologique International. Paris.
- BUROLLET, P. F. (1980), *Pétrole et gaz naturel.* Colloque C2. pp. 191-198. 26 Congrès Géologique International. Paris.
- ENZ, R. (1981), *Le diktat de l'énergie.* Union de Banques Suisses. Publ. n.º 73. Zurique.
- ERDMAN, J. G. & PETTY, D. G. (1980), *The future of petroleum as an energy resource.* Colloque C2. pp. 199-214. 26 Congrès Géologique International. Paris.
- FRISCH, J. R. (1983), *Energy 2000-2020.* 12 th Congress of the World Energy Conference. Nova Dflí.
- RENON, G. (1985), *L'Offre en électricité primaire.* Notes d'information n.º 9 CEA. Paris.
- CCE (1985), *Energie en Europe.* Comission des Communautés européennes. D. G. E. n.º 2. Luxemburgo.
- IAEA (1985), *Nuclear Power: status and trends.* 1985 Edition. Viena.
- OCDE (1983), *Uranium. Ressources, production et demande.* OCDE. Paris.
- OCDE (1985), *Summary of nuclear power and fuel cycle data in OECD member countries.* OCDE. Paris.

A INDÚSTRIA DE DEFESA E A MODERNIZAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

António Jorge de Figueiredo Lopes

A INDÚSTRIA DE DEFESA E A MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS (*)

1. A modernização das Forças Armadas e a Indústria

Ao tratar neste Curso de Defesa Nacional da problemática das Indústrias de Defesa, é meu propósito pôr em destaque os factores que considero fundamentais para a definição de uma política de apoio e de incentivo à indústria nacional de defesa, como elemento integrante do próprio conceito de defesa nacional e como factor importante do reforço da capacidade de defesa autónoma tal como se encontra estabelecida nos conceitos e nas leis vigentes.

Com efeito, a constituição em Portugal de uma base industrial que possibilite a satisfação, ainda que parcial, das necessidades das Forças Armadas em armamento e material tem de constituir um objectivo prioritário, quer no plano político-militar quer no plano do desenvolvimento económico e tecnológico.

Sob o ponto de vista político-militar é indiscutível que a organização, o equipamento, a gestão e a melhoria da capacidade operacional das Forças Armadas constitui especial preocupação dos responsáveis políticos e militares, embora reconheça que, quando em Portugal se promove como primeira prioridade nacional a abertura do nosso país ao exterior e a sua integração em organizações supranacionais e se incentiva a cooperação política, económica e cultural com todos os povos, mas em particular com aqueles a quem nos ligam laços históricos, geográficos e culturais, quer na Europa quer nos Continentes Africano e Americano, quando tudo isto se desenvolve e bem, seria de esperar que se atribuísse um lugar mais destacado na política nacional à defesa e à segurança, bem como a todos os elementos e factores integrantes do conceito estratégico de

(*) Palestra efectuada em 4 de Abril de 1986 no IDN ao Curso de Defesa Nacional/86.

defesa nacional, oportunamente discutido e aprovado pelos competentes órgãos de soberania.

A partir deste conceito, onde se abrangem os aspectos fundamentais de estratégia global do Estado para a consecução dos objectivos de defesa nacional, está criado o quadro geral de referências indispensáveis para a definição dos restantes parâmetros que determinarão, por seu lado, as grandes linhas de actuação e as tarefas fundamentais para se promover a actualização e a modernização das Forças Armadas colocando-as ao nível operacional que devem ter face às importantes missões que lhes estão confiadas.

Do mesmo modo, desta definição de conceitos resultará o estabelecimento de directrizes não só para a programação dos sistemas de armas necessárias para a nossa defesa militar e dos meios indispensáveis para a satisfação dos objectivos preconizados, mas também daí resultará o estabelecimento de orientações para a logística em geral e para as indústrias de defesa em particular.

2. A cooperação internacional no domínio das indústrias de defesa

Se é certo que as indústrias nacionais de defesa devem ser prioritariamente contempladas na política de modernização das Forças Armadas Portuguesas, não há dúvida de que a cooperação internacional neste domínio impõe-se não só porque a indústria nacional, só por si, carece de capacidade para satisfazer todas as necessidades e, por outro lado, estas não justificariam em termos de custo-benefício a criação e o reforço da capacidade de produção nacional se não estivesse em mira o mercado de exportação, mas também porque, neste domínio, Portugal deve beneficiar das vantagens resultantes da sua qualidade de membro da Aliança Atlântica.

Na OTAN tem sido reconhecido que a intensificação da cooperação no domínio da investigação, do desenvolvimento e da produção e da aquisição de equipamentos militares e de armamento constitui um contributo importante para o fortalecimento da nossa defesa colectiva.

Em ambos os lados do Atlântico existem estudos e iniciativas encorajadoras que visam, ao fim e ao cabo, atingir o objectivo global que é o de uma Aliança forte e coesa com capacidade de defesa efectiva.

Em particular, no âmbito europeu, houve ultimamente alguns avanços.

Foram assinalados projectos concretos de cooperação, foram acordados procedimentos comuns em ordem a atingir a harmonização e a realizar desenvolvimentos e/ou encomendas comuns de equipamento.

No campo da Investigação e do Desenvolvimento (R e D) iniciou-se nos finais do ano passado a identificação de Projectos de Cooperação Tecnológica (os CTP — Cooperative Technology Projects).

A experiência até agora demonstra que a cooperação a longo prazo só pode ter êxito se começar desde as raízes do projecto.

É muito difícil, se não mesmo impossível, pôr em comum projectos nacionais quando já foram gastas consideráveis quantias de dinheiro na investigação e quando os requisitos operacionais se encontram já definidos.

Os diversos objectivos de cooperação em matéria de armamento não estão em regra harmonizados, o que origina dificuldades muito grandes e por vezes intransponíveis.

Conscientes destes problemas, os Aliados tomaram, no decurso dos últimos dez anos, diversas iniciativas visando promover a cooperação. Dentre estas iniciativas, podem mencionar-se:

- 1 — A assinatura de protocolos (MOU — Memorandum of Understanding) bilaterais tendo em vista o levantamento recíproco de restrições nacionais impostas aos programas e aquisições de equipamento e armamento;
- 2 — A produção geminada de sistemas de armas;
- 3 — E o conceito de «família de armas» em virtude do qual se acorda uma divisão de trabalho em domínios específicos a fim de evitar o duplo emprego no sector da investigação e do desenvolvimento e para favorecer ao máximo a standardização dos materiais.

Poucas destas iniciativas deram, contudo, resultados concretos, tendo em conta que cada Governo tem, naturalmente, tendência para impor o seu próprio quadro de referências e a sua própria política de cooperação.

Sabe-se bem que a investigação, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de armamento não constituem operações regidas livremente pelas leis de mercado. São os Governos, e não a indústria, que definem as prioridades e financiam os programas.

Se a cooperação industrial é, sem dúvida um elemento indispensável para se chegar a uma cooperação eficaz e sensata em matéria de arma-

mento, o papel dos Governos, responsáveis pela criação de um quadro propício à colaboração e à cooperação, torna-se por seu lado essencial.

Há, a este respeito, diversos pontos de fricção:

- Medidas restritivas decididas unilateralmente;
- A necessidade de criar «compensações» para os desequilíbrios da balança de pagamentos provocados por compras de grande vulto;
- Restrições de vendas a «terceiros países» de sistemas produzidos em colaboração;
- Controlo das transferências para Leste das tecnologias ocidentais feito de tal modo que acaba por prejudicar a repartição e a transferência dessas tecnologias entre países aliados.

Apesar de tudo, os Estados europeus enfrentam cada vez maiores dificuldades para produzirem sistemas de armas mais evoluídos numa base exclusivamente nacional. Por isso é essencial que Governos e indústrias de defesa da Europa cooperem mais estreitamente.

Face às dificuldades orçamentais com que se confronta a defesa nacional de qualquer dos aliados europeus, torna-se difícil, senão impossível, preservar, à escala nacional, uma estrutura de investigação e de desenvolvimento equilibradas.

Nestas condições dever-se-ia tentar dar maior realce à harmonização dos requisitos operacionais.

No domínio político, deveria ser dado maior impacto à articulação de conceitos e planos de defesa.

Deste modo se poderia criar uma forte relação entre os planos operacionais, por um lado, e a política de cooperação pelo outro.

O estabelecimento de uma directiva comum relativamente a conceitos e requisitos operacionais tornará mais fácil o desenvolvimento de uma política industrial de defesa, racional e contrabalançada.

É indispensável, para se chegar a esta cooperação a longo prazo, criar condições para que os países europeus respondam ao desafio tecnológico com todos os meios ao seu dispor.

A indústria europeia de defesa sente cada vez mais a necessidade de colaborar na realização de projectos de grande envergadura, na medida em que nenhum aliado europeu dispõe de recursos nem de mercados suficientes para desenvolver e produzir um grande sistema, numa base exclusivamente nacional.

Cada vez mais as economias de escala estimulam os europeus a cooperar em grandes projectos, sejam civis ou militares.

Um mercado de equipamento de defesa Atlântico verdadeiramente aberto requer, como se assinalava em recente declaração comum do grupo de 13 países europeus que integram o IEPG, a intensificação da cooperação europeia e o reforço da concorrência da indústria de defesa da Europa com a dos Estados Norte-Americanos. Requer ainda a remoção mútua e equilibrada de impedimentos existentes ao comércio transatlântico de equipamento. Uma atitude proteccionista não é compatível com o reforço da cooperação.

Por isso foi muito saudada em Bruxelas, na reunião de 15 de Novembro de 1985 do Conselho do Atlântico Norte, pelos vários aliados europeus, a deliberação do Congresso dos EUA autorizando a Administração americana a ultrapassar as leis de aprovisionamento actualmente existentes, facilitando o caminho para a participação dos EUA em projectos de cooperação OTAN. Ao mesmo tempo foi atribuída uma verba de 200 milhões de dólares destinados a programas de cooperação no domínio da investigação, do desenvolvimento e da produção de equipamento.

Diversos projectos poderão ser abrangidos, tais como:

- As munições de 155 mm com guiamento de precisão;
- Os sistemas de vigilância e aquisição de alvos;
- Veículo com pilotagem remota;
- Míssil anti-radiação de curto alcance;
- Sistema de identificação NATO.

Mais recentemente falou-se de uma proposta francesa para a constituição de um grupo europeu de estudos e programação no domínio da aeronáutica, proposta que está a ser analisada pelos vários países interessados, entre os quais Portugal.

3. Participação da indústria portuguesa em projectos de cooperação internacional

Portugal tem vindo a seguir activamente todas estas iniciativas sem esquecer, naturalmente, a necessidade de acautelar os interesses nacionais. Por isso, não só se manifestou favorável às propostas de cooperação mas

introduziu nas reuniões em que participámos a problemática específica dos países com indústrias e economias de reduzida capacidade, tendo em vista facilitar a sua participação em projectos comuns.

O sucesso da cooperação, neste domínio, depende de várias condições, entre as quais se assinalam:

- A compatibilização das necessidades operacionais;
- A coordenação dos calendários de execução das diversas fases da investigação e da produção;
- O acordo relativamente aos mercados de exportação para terceiros países;
- O financiamento adequado;
- A vontade de colaboração das próprias indústrias.

Se estes factores constituem, sem dúvida, condições indispensáveis para o êxito dos projectos, o que é fundamental, porém, é que os Governos dêem provas de empenhamento e de determinação política para fazer funcionar a cooperação.

Portugal dispõe de importantes capacidades no domínio das indústrias de defesa. Particularmente, é conhecida a nossa capacidade industrial para produzir uma larga gama de munições e de armas de pequeno calibre que são utilizadas pelas forças da OTAN. Estas capacidades precisam contudo de ser relançadas e modernizadas, pois, até meados dos anos 70, a produção da indústria de defesa esteve exclusivamente orientada para a satisfação das necessidades das Forças Armadas Portuguesas empenhadas em conflitos armados nos territórios do ultramar.

Depois da descolonização, e com o fim da guerra, a indústria de defesa defronta-se com uma crise estrutural, tornando-se urgente a sua reorientação; se se quer manter de pé esta indústria é preciso urgentemente assegurar mercados estabilizados para os produtos militares portugueses, visto que as necessidades das Forças Armadas Portuguesas são limitadas. Esses mercados têm de ser encontrados preferentemente no interior da Aliança Atlântica. A renovação tecnológica da indústria de defesa portuguesa poderia resultar duma política de compras aplicada à escala da Aliança Atlântica, a qual teria em vista tirar o melhor partido das vantagens que este País oferece no plano estratégico e logístico.

Existe um precedente: a criação em Portugal nos anos 50 da indústria de defesa remonta a uma época em que a República Federal da Alemanha

e os Estados Unidos da América colocaram importantes encomendas de munições em Portugal.

O volume destas encomendas e o seu escalonamento no tempo permitiram ao nosso país constituir uma base industrial, comprar as máquinas indispensáveis e formar o pessoal. Graças a esta política surgiu em Portugal uma indústria moderna de produção de munições e armas ligeiras.

Para se transpor o fosso tecnológico que entretanto se cavou entre a capacidade actual de produção das indústrias portuguesas de armamento e as necessidades das forças aliadas, conviria encarar a adopção de uma política análoga.

As empresas portuguesas dispõem de instalações e de capacidade de produção necessária, e o seu pessoal é qualificado e está bem treinado.

Por isso, beneficiando de uma ajuda tecnológica a indústria nacional de defesa seria capaz de responder às necessidades e às especificações dos Aliados, os quais forneceriam a Portugal o «Know-How» e as máquinas necessárias para a produção de certos tipos de equipamento, sendo, por seu lado, reembolsados dos investimentos.

Resulta daqui claramente que a ajuda económica industrial ligada à defesa poderia revestir diversas formas, mas teria sempre o mesmo efeito: o de substituir ou colmatar a brecha existente entre a ajuda militar pura e simples pelo fornecimento de equipamentos acabados, e a ajuda económica e financeira cujos efeitos se produziam no desenvolvimento industrial.

Em resumo, é de frisar que um esforço para estimular a indústria de defesa em Portugal seria benéfico para a economia portuguesa no seu conjunto e contribuirá para atenuar a situação precária actualmente existente. Além disso, este esforço seria vantajoso para a resolução de certos problemas logísticos da OTAN e teriam um impacto psicológico favorável no reforço da solidariedade e da cooperação entre os aliados.

4. Elemento para a constituição de uma base industrial de defesa

A resolução dos problemas das indústrias de defesa em Portugal encontra-se intimamente ligada com as acções de reorganização e de modernização das Forças Armadas Portuguesas, as quais tardam a ser levadas a cabo.

Torna-se urgente desenvolver um esforço de organização e de planeamento que conduza a uma optimização da capacidade militar e a uma optimização de recursos que a Nação se disponha a colocar ao serviço deste importante objectivo.

As chefias militares compete um decisivo papel neste domínio. Compete-lhes essencialmente propor a clarificação das missões das Forças Armadas, os sistemas de forças necessárias para o cumprimento dessas missões, e, em seguida, organizar, preparar e utilizar de forma racional e eficaz o meios postos à sua disposição.

Não devem os militares envolver-se na chamada logística de produção e terão toda a vantagem em encontrar soluções optimizadas no que respeita à gestão integrada de meios comuns aos três ramos, e de aquisições de grande vulto.

Sendo da responsabilidade e competência dos chefes militares elaborar os projectos de proposta da Lei de Programação Militar e especificamente elaborar os programas gerais de armamento e equipamento do respectivo ramo e submetê-los ao Conselho de Chefes de Estado-Maior, não é menos certo que compete ao Ministro da Defesa Nacional orientar a elaboração dessas leis, bem como a orientação e fiscalização da sua execução e, especialmente, compete-lhe elaborar e dirigir a execução da política nacional de armamento e de equipamento.

As matérias relativas à indústria de defesa são tradicionalmente atribuídas, nos países da NATO, a um Director Nacional de Armamento, o qual no caso português, e nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, depende directamente do Ministro da Defesa Nacional.

Enquanto a Direcção Nacional de Armamento, bem como os demais órgãos e serviços que devem constituir a orgânica do Ministério da Defesa Nacional, não foram definidos através da respectiva lei orgânica (cujo projecto se encontra há muito tempo a aguardar oportunidade política de aprovação), as questões relativas à área industrial de defesa carecem de suporte orgânico e funcional para o seu adequado tratamento.

Não se pode continuar a falar no apoio às indústrias de defesa sem que se encontrem previamente definidas as directrizes que irão permitir-lhes a informação, com a devida antecedência, acerca das perspectivas que a modernização das forças Armadas irá proporcionar a essa mesma indústria.

Três critérios poderiam resumidamente ser apontados para a prossecução de uma correcta política neste domínio:

- 1.º As aquisições dos três Ramos das Forças Armadas devem ser, na medida do possível, analisadas e decididas de modo unificado e coordenado para se conseguirem resultados mais favoráveis através de uma gestão integrada. Isto é particularmente importante quando se trata de aquisições feitas no estrangeiro, caso em que é normal o Governo exigir contrapartidas tecnológicas, económicas e industriais, as quais devem ser negociadas por um único interlocutor e que não pode deixar de ser o Ministro da Defesa Nacional.
- 2.º Um segundo critério é o da exigência de participação do máximo possível de produção nos programas de reequipamento, garantindo maior independência estratégica e servindo de impulso para a indústria nacional.
- 3.º O terceiro critério é o da co-produção com outros países de sistemas de armas complexos, aumentando, deste modo, o nível tecnológico e os benefícios económicos para a nossa indústria.

É necessário, em todas as circunstâncias, ter uma perspectiva económica de largo alcance, fazer orçamentos por programas e estabelecer compromissos financeiros a médio e longo prazos, de que resultarão, sem dúvida, oportunidades e vantagens para a actividade económica e industrial portuguesa.

Uma vez definidos os parâmetros fundamentais da estratégia militar, é a Lei da Programação Militar o instrumento mais adequado para estabelecer os recursos financeiros indispensáveis para as aquisições de novos sistemas de armas, para a renovação do equipamento e para a actualização dos meios logísticos e das infra-estruturas.

As perspectivas para a indústria nacional de defesa ficarão, assim, determinadas em função dos programas plurianuais aprovados, das disponibilidades financeiras atribuídas e, como resultante não menos importante, das possibilidades de absorção e do desenvolvimento tecnológico dessa indústria.

Finalmente, a indústria nacional é também beneficiária directa da política de compensações que deve ser seguida sempre que haja compras no estrangeiro, tendo em vista obter, a partir dos respectivos contratos, vantagens específicas de ordem económica, financeira, industrial e tecnológica.

Os pontos mais salientes na execução dessa política são os seguintes:

- A responsabilidade pela definição das contrapartidas e pelo cumprimento dos contratos deve caber ao Ministério da Defesa Nacional; em certos casos, pela sua importância, volume e complexidade, requer-se a criação de um grupo ou equipa directora específica.
- A definição das contrapartidas que se pretendem negociar, as quais devem ser estruturadas por categorias de bens e serviços agrupados deste modo:
 - Produtos e serviços a realizar em Portugal no âmbito dos próprios sistemas adquiridos no estrangeiro, incluindo fabrico de subsistemas e peças, serviços de montagem e de manutenção, etc.
 - Produtos e serviços para exportação oriundos da área das indústrias de defesa.
 - Transferências de tecnologias e investimentos estrangeiros em Portugal.
 - Outras exportações de bens e serviços.

A soma destes quatro grupos deve corresponder ao total das compensações oferecidas, as quais, por seu lado, devem ser iguais ao valor total das compras.

Nalguns casos podem usar-se coeficientes que valorizem algum dos grupos que se deseja incentivar.

As transferências de tecnologia devem ser articuladas com os organismos coordenadores da investigação científica e tecnológica; as restantes compensações devem ser articuladas com os organismos de apoio à indústria.

Em todos os casos a direcção das negociações deve caber sempre ao Ministro da Defesa Nacional, tendo em conta os objectivos fundamentais

que se pretendem atingir com a política das contrapartidas e que são a criação de apoios e estímulos à indústria nacional, gerando actividade económica adicional e criando mais emprego.

António Jorge de Figueiredo Lopes

Acessor do IDN

A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL

UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

João Carlos de Azevedo de Araújo Galdes

A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL

UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA (1)

SUMÁRIO

A tipologia do Mundo actual aponta para uma dificuldade crescente na preservação das condições imprescindíveis à realização das aspirações fundamentais das comunidades humanas, politicamente organizadas, de que o Estado — actor responsabilizador e responsabilizante — constitui, ainda hoje, o paradigma.

Este facto sublinha a importância crescente, também, das diversas «componentes» internas e externas da Segurança Nacional e de toda a gama de medidas, inerentes à Política e à Estratégia de Defesa Nacional, medidas estas que actuam sobre a vasta e diversificada gama de «causas» (ou «vectores») endógenas e exógenas que influenciam, negativamente, aquelas «componentes», ameaçando, portanto, a Segurança Nacional.

Num clima típico de «crise internacional», a Estratégia Militar Nacional dos Pequenos Estados emerge, então, no interior da Estratégia de Defesa Nacional, não porque constitua um fim em si mesma, mas porque permanece como um vector sensível da capacidade negocial imprescindível à afirmação do Estado e à salvaguarda dos interesses vitais da Nação.

(1) A exploração deste tema surge no prolongamento de uma série de artigos sobre a problemática da Segurança e da Defesa, publicados na revista «Nação e Defesa».

O seu conteúdo reflecte, pois, implicitamente, aspectos dos sucessivos contributos acumulados nas diversas ópticas de análise, apresentadas pelos vários autores entre os quais cito: Rocha Simões, François Martins, Cabral Couto, Sá Seixas, Leonel Cardoso, Marques Guedes, Rocha Trindade, Luís Cupertino, Virgílio de Carvalho e Mota Pinto.

Na sua natural relação com o âmbito do planeamento estratégico, o artigo reflecte ainda uma fundamental referência: o livro «Incursões no Domínio da Estratégica», de Loureiro dos Santos.

1. INTRODUÇÃO

a. O Sistema de Relações Internacionais

As Relações Internacionais respeitam ao convívio entre os povos. Este convívio engloba uma grande diversidade de contactos, como a troca de bens, a movimentação e permuta de ideias, de técnicas e de serviços, contactos estes que são desenvolvidos por um vasto leque de intervenientes de diferentes tipos. As actividades respeitantes àqueles contactos (que pressupõem a consecução de interesses próprios dos intervenientes) podem ser desenvolvidas em ambiente pacífico, no qual predomina o «fazer prevalecer intenções», ou, em ambiente de litígio, no qual emerge, em graus diferentes, uma dinâmica de «imposição de vontades» — aqui, as potenciais situações de conflito podem assumir ou não uma feição militar.

Dentre os vários intervenientes no Sistema de Relações Internacionais avultam os que são, normalmente, designados por «actores» do Sistema, os quais podem, genericamente, ser classificados em quatro grandes grupos:

- os Estados-Nação em todas as suas variantes;
- os Movimentos de Libertação;
- as Organizações Internacionais ou intergovernamentais (OIG), quer de carácter universal quer regional;
- as Organizações Transnacionais ou não governamentais (ONG), de naturezas e significados muito diferentes.

Pese embora esta diversificação de «actores» e do intenso e muito variado relacionamento por eles gerado, muitos analistas da fenomenologia das Relações Internacionais pronunciam-se pela prevalência do convívio entre os Estados, como fundamento da dinâmica do relacionamento internacional, uma vez que estes constituem o paradigma das formas de estruturação política. Nesta perspectiva, o estudo das Relações Internacionais é fundamentalmente orientado

para a «análise e explicação das interacções entre comunidades políticas organizadas no âmbito do seu território, a saber os Estados» (2). De qualquer forma, «seja ou não acertado fazer gravitar o estudo das Relações Internacionais em torno do comportamento dos Estados, a verdade é que o dilatado campo que lhes corresponde abarca toda a actuação externa da sociedade política e se contrapõe ao da sua vida interna, de que constitui complemento natural e indissociável. Digo indissociável, porque nenhum grupo humano pode pretender abstrair-se do facto de se encontrar, neste Mundo, rodeado por outros grupos» (3).

Daqui a importância de desenvolver, sob diversos ângulos, aproximações aos mecanismos das relações internacionais, consideradas como parcela de um todo, no qual importa conhecer a interacção entre os campos que o compõem.

Olhemos, então, numa perspectiva estratégica, as características gerais do actual Sistema de Relações Internacionais.

A dinâmica de estabilização da «equivalência nuclear» entre as duas Superpotências impôs ao Mundo um sistema global de relações, caracterizadamente bipolar, que se mantém, apesar de, a partir da década de 60, poderem ser assinalados alguns indícios da sua possível flexibilização. Pode, pois, dizer-se que, tendo embora em consideração o desenvolvimento do diálogo Norte-Sul, a sociedade tecnológica se organiza e actua, predominantemente, em função de uma direcção de interacção que é de confronto — a direcção Este-Oeste.

É, assim, que o «poder nuclear» se impõe como um limiar político-estratégico omnipresente e determinante do ambiente sistémico que caracteriza um específico comportamento dos «actores», com profundos reflexos na dinâmica do poder.

De facto a «dissuasão» surge-nos, hoje, directa ou indirectamente, como um pano de fundo das atitudes que presidem ou que de qualquer forma afectam a dinâmica de relacionamento no actual Sistema de Relações Internacionais.

(2) Citação de P. Renouvin e J. B. Duroselle, por Marques Guedes, em O Estatuto Científico das Relações Internacionais — Revista «Nação e Defesa» N.º 28, pág. 23.

(3) Marques Guedes, Id., pág. 24.

Uma tal especificidade de atitudes e comportamentos decorre da necessidade de manter o Sistema em equilíbrio, num quadro limitado de acções e reacções que evite o apocalipse nuclear. Uma vez que, no momento actual, o equilíbrio possível é:

- instável, porque resulta de uma concepção assente numa dinâmica de correlação de forças;
- dominado pela escassez que se reflecte em todos os domínios (nomeadamente nas características físicas e humanas do ambiente e no significado estratégico do tempo), influenciando, portanto, o sentido geopolítico e geoestratégico do «espaço» que, por enquanto, se mantém finito;
- fortemente influenciado, ainda, por ideologias universalistas antagónicas (de carácter político, económico ou religioso), como tal multiplicadoras da competitividade fundamental;
- vincadamente dependente do ritmo da evolução tecnológica aspecto que reforça a já acentuada diversidade do «espaço» e a tendência para uma progressivamente maior desadaptação do Homem ao ambiente;

o clima global resultante é o específico de uma situação «nem de Paz, nem de Guerra», ou, como refere Beaufre, da «situação de Paz-Guerra em que vivemos». Daqui a síndrome da «Crise Internacional» que, ao conter elementos da Paz e da Guerra, comporta, em si, um potencial de transição da Paz para a Guerra. Vejamos porquê:

A Guerra, na sua expressão extrema, é a última forma de coacção — o choque físico, violento, entre organizações militares — num contexto onde a prossecução de objectivos em conflito é francamente predominante em relação ao alcançar de interesses comuns (trata-se de um confronto para a imposição de uma vontade). A «acomodação» somente ocorre na sua fase terminal, aquando da negociação dos termos de cedência ou de rendição. Por outro lado, a diplomacia de tempo de Paz (e de «não crise») tem, em geral, um carácter acomodativo; aqui, no «fazer prevalecer intenções», a procura de alcançar interesses comuns predomina sobre o uso da coacção. Ainda nesta situação, o relacionamento entre adversários potenciais, assume a coloração de uma

espécie de conflito de interesses, porém o comportamento de conflito (se assim se pode chamar) assume formas relativamente mitigadas ou passivas, como são as atitudes de mútua dissuasão, disputas menores, etc.

Na «crise internacional», estes contrastantes tipos de comportamento tendem a convergir numa complexa mistura de coacção e acomodação; a diplomacia torna-se mais activamente coerciva e o clima emocional escorrega para uma vincada hostilidade e medo; a finalidade centra-se, aqui, mais em ganhar do que em realizar interesses comuns, embora o ganho possa corresponder, somente, a um não perder. Quando a «acomodação» ocorre, não é em correspondência a um «acordo amigável», mas sim a um «recuo» ou a um penoso «compromisso», a que o risco da iminência de guerra obrigou; assim, a pressão é, aqui, exercida, não pela «força-bruta» (como na Guerra), mas sim pela manipulação racionalizada do risco de guerra e do medo da escalada; o final é determinado, portanto, não por uma relatividade em dimensão física e moral, mas sim por uma dimensão psicológica, traduzível esta na capacidade relativa das partes em suportar riscos.

Esta situação de «crise internacional», tal como foi caracterizada, desenvolve-se, no tempo, em continuidade, uma vez que pressupõe a ocorrência de um dos seguintes dois fenómenos:

- o seu desequilíbrio (acidental ou voluntário), de qualquer forma o confronto nuclear;
- a manutenção de uma correlação de forças que mantenha a situação de tensão numa oscilação controlada referenciada ao limiar da crise.

Compreende-se, assim, que a dinâmica impressa nesta experiência de crise, reaberta em permanência, reforce, em retorno, o conteúdo e a intensidade das características, já sublinhadas, do actual Sistema de Relações Internacionais: em síntese, um elevado grau de interdependência, competitividade e insegurança vivido num clima de potencial ou efectiva violência.

Este o quadro geral da «Paz Nuclear», em cuja preservação a Política e a Estratégia se interpenetram quer na conduta da «dissuasão» quer no controlo de conflitos menores, quer ainda na orientação da «revolução tecnológica», esta como uma iniciativa possível para a ultrapassagem do actual impasse.

b. O Estado-Nação

Segundo Stoessinger, pode ser definido como:

- uma unidade política soberana;
- uma população que, reflectindo uma dada identidade colectiva (construída através de uma solidariedade gerada na imagem do passado e na perspectiva de futuro), comunga de um maior ou menor grau de nacionalismo.

População esta que habita um território definido, reconhece um governo comum e que usualmente (embora nem sempre) exhibe padrões linguísticos e culturais comuns.

Neste conceito são reconhecíveis os elementos fundamentais do Estado:

- a capacidade de exercer «soberania», ou seja, o não reconhecimento de qualquer autoridade externa, igual ou superior à sua, no interior do seu território;
- a população, onde emerge a importância da «identidade colectiva» e da opinião pública interna, o que releva a importância da «solidariedade» e do «nacionalismo»;
- o governo comum, capaz de afirmar a «soberania» na ordem interna e de, na ordem externa, estabelecer, em plano de compatível igualdade, relações com outros estados, o que sublinha o peso da imagem impressa na «opinião pública externa»;
- o território, a base física do exercício da «soberania» e da construção do «poder», e, a referência do «nacionalismo».

Esta forma de associação política teve sempre em vista, por pressuposto, a satisfação de duas «aspirações» fundamentais:

- a sua sobrevivência;
- a sua prosperidade em termos de progresso, justiça e bem-estar.

Como condição indispensável à realização destas «aspirações» emerge a «segurança», considerada ela própria, por muitos autores, como «aspiração» fundamental.

Desde já ressalta que os aspectos realistas e utópicos, implícitos naquilo que o Estado deseja, ou seja, nas suas «aspirações», assume, naturalmente, um sentido e um significado diversos no espaço-tempo de referência; sublinha-se, portanto, a perspectiva histórica do seu carácter cultural e civilizacional.

Os factos novos que, particularmente após a II Grande Guerra, vieram influir nesta temática, ampliando-a, foram a proliferação dos Estados, a acentuação dos internacionalismos e dos transnacionalismos, o salto tecnológico, as economias de escala, a escassez e a resultante político-estratégia do nuclear. A ressonância destes factos veio projectar-se em fenómenos de globalização, de interdependência, de radicalização, de clientela e de diversidade, com impacte, não só ao nível dos «actores», como também ao do próprio Sistema de Relações Internacionais, onde aqueles se movimentam. Para melhor realçar a diversificação actual das «aspirações nacionais», bastará olhar a heterogeneidade dos Estados:

- os que já foram potências e que continuam a ser importantes, embora com uma relativa perda de poder;
- os que ascenderam à nova classe das superpotências;
- os que são pátrias de civilizações antigas e que poderão vir a tornar-se poderosos, se desencadeadas as virtualidades que encerram;
- os que se consideram como espaços do futuro;
- os que viveram, já, uma experiência de hegemonia e falharam;
- os que lutam contra a decadência;
- os de porte médio, uns em processo de expansão pacífica, outros agressivos;
- os que reflectem a realidade político-estratégica de espaço tampão;
- os que se assumem como integralmente neutros;
- os clientes de diferentes tipos e graus diversos;
- os desestabilizadores permanentes e circunstanciais;
- os que, em sentido geoistórico, constituem criações únicas ou casos excêntricos;

— e, um sem-número de muitos outros, sobre os quais pouco mais há a dizer para além de que existem.

Por outro lado, o actual ambiente que caracteriza a comunidade internacional, olhado na perspectiva do Estado-Nação, parece apontar para um duplo fenómeno: por um lado a forte perturbação da vida interna do Estado-Nação e, por outro, a tendência para a reafirmação da sua viabilidade como actor preponderante da cena internacional.

O primeiro fenómeno decorre:

- da dificuldade sentida em garantir a «segurança e a prosperidade» dentro das suas fronteiras;
- dos reflexos interiores das desigualdades de padrões de vida entre os Estados;
- da sobrevivência de sentimentos nacionalistas e religiosos exacerbados, vigorosamente sustentados, particularmente em povos que demoraram a tornar-se nações;
- dos reflexos internos do antagonismo entre dois sistemas políticos, cada qual liderado por uma superpotência com diferentes tradições históricas, representando, ambos, formas antagónicas de organização social, económica e de governo.

Para o segundo fenómeno, referido, concorre:

- a «Paz Nuclear» que, ao impor um limite superior aos conflitos entre Estados, trouxe consigo um reforço da possibilidade de entre Estados, trouxe consigo um reforço da possibilidade de exercício da soberania;
- a resistência às formas imperialistas que contribui para o reforço do nacionalismo dos Estados na sua actual territorialidade;
- o abrandamento da bipolarização que faculta a possibilidade de uma maior liberdade de acção dos Estados mais fracos;
- a necessidade sentida pelos principais «actores» de mobilizar apoios, organizar alianças, estabelecer coligações e de cortejar as neutralidades, o que concorre para a conservação dos «status» no seio da Organização Internacional.

O conjunto destes fenómenos parece apontar, portanto, para uma realidade, onde o Estado-Nação, envolto numa atmosfera de hostilidade, de crescente rearmamento e de novas tipologias de conflito,

desenvolve esforços para resolver o principal problema que se lhe põe e que consiste no anular das origens de conflito no seu interior. Este mitigar de tensões interiores (por adequada resposta aos «anseios fundamentais»), tornou-se crítico para a «Segurança» do Estado-Nação, uma vez que, ao constituir uma condição cada vez mais necessária à coesão da comunidade e à eficiência e eficácia da sua prática política no plano interno, avulta, desde logo, também, como vector reforçador da sua afirmação político-estratégica no plano externo (entre outras razões, pela imagem de coerência e de vontade que transmite). Estes aspectos são particularmente relevantes, se atendermos à tipologia do actual ambiente de confronto em que, no plano político-estratégico de nível global, imperam a dissuasão e a acção indirecta.

É por força da interacção da dinâmica interior com a complexidade da inserção, geopolítica e geoestratégica do Estado, no todo internacional, que surgem as fundamentais noções de «objectivos» e de «interesses» nacionais.

Os «objectivos nacionais», em correspondência com aquilo que o Estado programa, realisticamente, atingir (desejavelmente, portanto, em compatibilidade com as «aspirações» fundamentais que lhe são específicas). Os «interesses nacionais», sintetizáveis naquilo que o Estado pretende salvaguardar, admitindo embora uma escala de graus de empenhamento.

Assim, para a defesa dos «interesses nacionais» concorrerão, naturalmente, vários, dentre os «objectivos nacionais» definidos. Entre estes últimos contam-se os «objectivos estratégicos nacionais» (para cuja pressecução, no limite, se pressupõe a possibilidade de recurso ao confronto violento armado e organizado), os quais respondem a imperativos decorrentes de «interesses primários ou vitais».

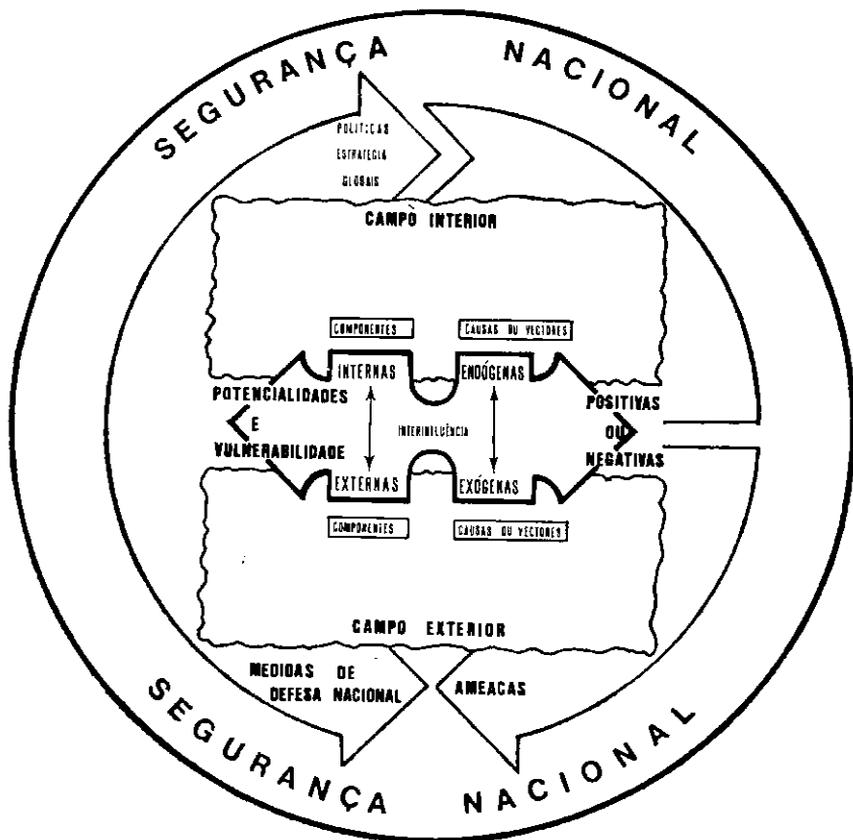
c. A Segurança e a Defesa Nacional

É neste enquadramento geral que se desenvolve a fenomenologia da Segurança e da Defesa.

Os aspectos conceptuais que serão abordados incidem sobre a perspectiva nacional da Segurança e da Defesa, a qual não deve, no entanto, ser desligada dos mais vastos contextos de Segurança Regional e da

Segurança Colectiva, quer isto dizer, dos outros níveis de responsabilidade perante a Comunidade Internacional. Segurança Nacional é, vimos já, uma condição indispensável ao Estado-Nação, para que este possa satisfazer às «aspirações fundamentais» de sobrevivência e prosperidade (progresso, justiça e bem-estar) — constituindo, assim, uma premissa fundamental de todo e qualquer processo de realização, em paz e liberdade, das comunidades humanas organizadas no âmbito do seu território.

Embora a cada Estado corresponda, conforme é deduzível da sua diversidade, significados e conteúdos diferentes em matéria de «segurança», pode, no entanto, detectar-se um conjunto de «componentes» que de uma forma ou outra estarão, sempre, na sua génese.



Antes, porém, é oportuno salientar que, por força da indissociabilidade da vida interna e da vida externa da sociedade política, aquelas «componentes» podem ser referidas a duas ordens de valores que, embora interdependentes, são distintos: os de ordem interna ou «fundamental» e os de ordem externa ou «circunstancial».

As primeiras componentes — referidas a valores de ordem interna — resultam do facto da «segurança» dizer respeito, primariamente a uma perspectiva do interior, segundo a qual o Estado assume uma responsabilidade em correspondência com o pulsar da comunidade, com o significado das bases da sua organização política, social e económica, e, com a particularidade da base física de que dispõe — o território.

As segundas componentes — referidas a valores de ordem externa — resultam, fundamentalmente, do facto do Estado sem um sujeito responsabilizante e responsabilizador no seio da Organização Internacional e, enquanto tal, ter que se assumir, jurídica e eticamente, perante essa outra comunidade.

Para caracterizar as «componentes» da Segurança Nacional — como condição indispensável à concretização de prosperidade da comunidade e à preservação da sua forma de organização política — podem admitir-se três «vertentes» fundamentais:

- a unidade, reflexo do sentido de coesão no plano interno e condição implícita à actuação integrada no plano externo;
- a soberania, expressão política do assumir como «sujeito» responsável, tanto no plano interno como no plano externo; é-lhe inerente a autonomia de decisão e conduta em plano de igualdade com os restantes componentes da sociedade internacional, ou seja, a independência;
- a capacidade de afirmação da unidade e da soberania, quer interna quer externamente. Esta capacidade expressa-se pela salvaguarda (individual e colectiva) dos valores materiais e morais da comunidade (nomeadamente o assegurar da integridade do território e a preservação da identidade na plenitude do direito à diferença), pela garantia da liberdade de acção política no plano interno e no plano externo e pelo cumprimento dos compromissos internacionalmente assumidos.

A tipologia das «componentes» enunciadas aponta para que a estrutura do Sistema de Relações Internacionais, a essência do Estado-Nação e o seu relacionamento no contexto do Sistema tenham, no tempo, uma vincada influência no significado da Segurança Nacional. A mesma tipologia aponta, paralelamente, para que a natureza, a inserção geopolítica e o conteúdo geoestratégico, específicos a cada Estado-Nação, tornem a problemática da Segurança Nacional, em cada momento, extremamente complexa e diversificada. Numa perspectiva centrada no Estado-Nação, podem retirar-se, então, três ilações fundamentais acerca das «componentes» internas e externas da Segurança:

- a variabilidade (para cada caso no tempo e, em cada momento, de caso para caso) do referencial de valores sociais, morais, culturais e materiais, inerente à diferença de percepções sobre uma experiência ética da responsabilidade;
- a existência (em cada momento e para cada caso) de vulnerabilidades e potencialidades nacionais com um carácter mais ou menos persistente, um desenvolvimento mais ou menos acelerado e uma resultante (num processo de anulação, de agravamento e de reforço ou esvaziamento de significados e conteúdos) mais ou menos favorável;
- a permanência de influências diversificadas, negativantes ou positivantes (de sinal contrário ou não) que resultam da acção de diversas «causas ou vectores» (com maior ou menor permanência no tempo e incidência no espaço), tanto de natureza endógena como exógena.

No âmbito da Segurança Nacional compete, então, em geral, à Política, a actividade permanente de:

- definir ou redefinir os valores críticos implícitos nas «componentes» da Segurança;
- levantar e delimitar as vulnerabilidades e as potencialidades, os respectivos mecanismos de evolução, bem como as dinâmicas da sua interacção;
- determinar as «causas ou vectores» de influência, as suas origens e o valor e natureza das repercussões do seu impacte.

Desta actividade decorre, neste âmbito, o estabelecimento ou reestabelecimento de objectivos a prosseguir (através de políticas e de estratégias) e o cometimento das responsabilidades (com a atribuição dos correspondentes recursos) inerentes à sua consecução.

Quer isto dizer, objectivos que visam o reforço da Segurança (diminuição das vulnerabilidades e aumento das potencialidades), os quais, em termos políticos, se inscrevem na vasta gama dos «objectivos políticos concretos» (tanto longínquos como actuais), a alcançar através da conjugação da acção política interna e externa.

Neste quadro geral emerge, no entanto, um particular. Diz ele respeito às «causas ou vectores» endógenos e exógenos que afectam, negativamente, as componentes internas e externas da Segurança — logo, que aumentam as vulnerabilidades e que diminuem ou põem em risco as potencialidades. Estes «vectores», dada a natureza do seu impacte, terão de ser, naturalmente, considerados «ameaças» (potenciais ou reais) à Segurança Nacional, portanto, à condição base de realização das «aspirações» fundamentais da sociedade política.

O desenvolvimento desta tipologia de ameaças é permanente e envolve a noção de risco crítico para o Estado-Nação — daqui ressalta a imprescindibilidade de uma específica prática política, através da qual se contraponham às ameaças conjuntos de medidas adequadas à preservação da comunidade ameaçada.

Surge aqui, portanto, a noção de Defesa Nacional, a qual, quer em sentido amplo quer em sentido integrado, corresponde a uma postura interdisciplinar da actividade da Política que se objectiva na implementação de um sistema de medidas de natureza política e estratégica, com vista a enfrentar as ameaças que, directa ou indirectamente, impendam sobre a Segurança Nacional.

Daqui decorrem três conclusões fundamentais acerca da actividade de Defesa Nacional:

- a primeira é que constitui uma responsabilidade individual e colectiva que abrange, dentro e fora do território, o todo da comunidade nacional;
- a segunda é que para ela concorre a acção conjugada de todos os sectores da actividade política (ensino, jurisprudência, econo-

mia e finanças, comércio, indústria e tecnologia, transportes, diplomacia, administração pública, saúde, forças armadas, forças de segurança, etc);

- a terceira é que as medidas que lhe correspondem são tomadas, em complementaridade, nos âmbitos das «componentes» internas e externas da Segurança Nacional.

No que respeita a esta última conclusão importa salientar ainda que as medidas de Defesa Nacional se consubstanciam:

- no âmbito das «componentes» internas, numa actuação sobre os factores psicológicos, morais e materiais da Nação organizada em Estado, tendo em vista reforçar as condições de resistência e de cobertura de riscos em relação a específicas ameaças, correspondentes a «causas ou vectores», tanto de natureza endógena, como exógena;

no âmbito das «componentes» externas, numa actuação dirigida, directa ou indirectamente, a outros «actores» do Sistema de Relações Internacionais, tendo em vista não só limitar ou anular ameaças e reduzir riscos, correspondentes a «causas» exógenas, como também alcançar condições mais favoráveis ao reforço da resistência interna a ameaças resultantes de «causas» endógenas.

Em síntese, a Defesa Nacional que, conforme foi já sublinhado, constitui uma responsabilidade individual e colectiva, engloba um sistema de medidas que comporta, em si, atitudes e comportamentos de natureza passiva e activa. Passiva, quando se procura a prevenção da comunidade política em relação a ameaças potenciais e a evoluções prováveis de ameaças reais. Activa, sempre que se actua por persuasão, dissuasão ou luta (mais ou menos violenta, mas que no extremo pode pressupor o confronto armado) em relação a acções concretas que ponham em causa a Segurança.

Em termos de realização, estas medidas de Defesa Nacional (que, conforme também foi sublinhado, respeitam e abrangem todos os sectores de actividade de uma comunidade política) situam-se, naturalmente, nos âmbitos da Política e da Estratégia. Esta circunstância obriga a que a definição da política e da estratégia de Defesa Nacional seja uma competência dos mais elevados órgãos políticos do Estado.

Daqui decorre uma natural vocação funcional para o organismo que, nos níveis superiores da estrutura do Estado, detenha o pelouro da Defesa: o assumir, no quadro da sua responsabilidade política, a função integradora da repartição do trabalho estratégico, considerado, aqui, no plano da «Estratégia Total».

Como, no âmbito da «Estratégia Total», a Estratégia Militar representa, somente, uma dentro do leque das Estratégias Gerais, fica perfeitamente claro que o contexto da Defesa Nacional transcende, em muito, o aspecto sectorial da componente militar da Defesa.

Esta perspectiva mantém a sua validade, particularmente porque responde aos imperativos decorrentes da actual dinâmica do Estado-Nação e da sua envolvente — o Sistema de Relações Internacionais. De facto, nos nossos dias, salvo em situações limite — que, de qualquer forma, nunca deverão ser perdidas de vista —, a Estratégia Militar nos Pequenos Estados constitui, fundamentalmente, uma parcela da capacidade política externa em matéria de Segurança e o garante da credibilidade de toda e qualquer Estratégia de Defesa.

IDN, 7 de Novembro de 1985.

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldès

Coronel Engenheiro

ALGUNS ASPECTOS DA MARINHA EM QUE SÃO
DESTACADOS OS CONCEITOS ESTRATÉGICOS
DE DEFESA NACIONAL

Vasco Viegas

ALGUNS ASPECTOS DA MARINHA EM QUE SÃO DESTACADOS OS CONCEITOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA NACIONAL

A apresentação dos conceitos estratégicos de defesa nacional, assumidos na nossa trajectória histórica, não é facilmente entendida se estes forem desligados dos aspectos de natureza naval e marítima: por isso, entendemos mais apropriado uma breve crónica sobre a Marinha como pano de fundo, donde saem destacados e mais compreensíveis aqueles conceitos.

A descrição pretende ser o mais sintética possível, referindo-se apenas o essencial para assegurar um encadeamento lógico.

A ampliação e descrição mais alargada de cada um dos períodos considerados não é difícil fazer-se, mas num contexto diferente.

Também a análise da validade dos conceitos no momento actual, e numa perspectiva futura, só deverá ser abordada, de forma separada, noutro texto.

1. Os mais antigos meios navais de que há notícia no Ocidente da Península Ibérica parece terem sido as galés que o arcebispo Gelmires de Compostela mandou construir na Galiza por artifices construtores navais vindos de Génova, ao tempo de D. Urraca e D. Teresa. Representam, muito provavelmente, o início da tradição da construção de navios de guerra a remos do tipo mediterrânico.

O motivo desta iniciativa estava nas razias que os mouros dos portos a sul do Mondego, todos os anos no Verão, fazem na costa norte. Esta ameaça foi prontamente eliminada e as frotas de galés tornaram-se uma afirmação de poder naval durante toda a Reconquista.

É verosímil que D. Afonso Henriques tivesse enviado as suas galés à conquista de Lisboa, que, comandadas pelo alcaide de Porto de Mós, D. Fuas Roupinho, tivessem derrotado os mouros no cabo Espichel e que estivessem ainda presentes na primeira tentativa da conquista de Alcácer do Sal. Este porto, e não Lisboa, era a base naval mais importante da costa ocidental da Península: por isso a tenaz resistência que era oferecida à sua tomada e a dificuldade em progredir para Sul sem eliminar este ponto estratégico que assegurava aos mouros o domínio do mar e con-

sequentemente a capacidade de transportar rapidamente grandes efectivos para reforço.

As frotas dos cruzados oriundos dos países do Norte da Europa deram o seu valioso contributo para a conquista das várias cidades ribeirinhas. Estas acções eram fortemente apoiadas pelo Papa, pois, sendo as terras portuguesas as últimas onde se apoiavam antes de atravessarem vastas zonas dominadas pelos mouros, quanto mais longe fosse o apoio, melhor; a passagem livre entre o Atlântico e o Mediterrâneo era, só por si, um objectivo estratégico da Cristandade.

Durante a primeira dinastia as forças navais foram sempre conservadas em boas condições operacionais e por vezes melhoradas, como quando D. Dinis contratou marinheiros genoveses, os melhores da época.

Esteve sempre activa a frota de galés contra os mouros e, por vezes, contra os castelhanos, nos incidentes que surgiram entre os dois reinos.

Assinalável foi a contribuição decisiva que, em 1344, a frota das galés enviada por D. Afonso IV deu, para a conquista de Algeciras por Afonso XI, onde destruiu a frota moura no rio do Mel e bloqueou a vinda de reforços. A conquista desta base teve uma importância estratégica fundamental, pois assegurou o domínio do mar aos cristãos no estreito de Gibraltar, interrompendo assim definitivamente a projecção do poder militar dos mouros sobre a Península, o que vinha acontecendo desde os almorávidas e tinha acontecido ainda poucos anos antes, o que conduziu à Batalha do Salado; a sorte desta batalha, não fora o reforço rápido de D. Afonso IV, poderia ter posto em risco todos os reinos cristãos da Península.

A eliminação desta ameaça vinda de África iniciou uma nova fase de relacionamento entre os reinos cristãos, que ficaram mais disponíveis para acções de hegemonização, numa via para a reunificação da Península.

Esta foi a causa real das três guerras de D. Fernando e da Guerra da Independência: de resto, estas guerras, tendo sido iniciadas numa situação de nítido domínio do mar pelas nossas forças navais, por erros e desleixo se veio a perdê-lo, o que conduziu aos altos riscos dos cercos de Lisboa e ainda de Aljubarrota. De facto pode dizer-se que a Marinha teve sempre a missão de criar as condições estratégicas propícias a que as forças terrestres resolvessem as situações de crise: quando aquela missão falha, surgem situações insuportáveis que nem sempre as forças terrestres são capazes de ultrapassar.

No entanto não foram apenas as forças navais que tiveram importância: neste período inicial também as marinhas de transporte e de pesca se desenvolveram muito.

Na sua política de alianças com o Norte da Europa aconteceu que uma filha de D. Afonso Henriques casou com o Conde da Flandres. Alguns personagens que a acompanharam, fixadas em Bruges, iniciaram um intercâmbio comercial com a exportação de produtos nacionais como o sal e o vinho.

Este comércio marítimo a longa distância inseria-se no surto do comércio europeu e veio a alargar-se a várias regiões do Norte da Europa, desde a Bretanha, à Inglaterra, ao mar do Norte, e originou um grande desenvolvimento da marinha de transporte. Esta dinâmica veio mais tarde a alargar-se ao Mediterrâneo, para onde se exportava principalmente peixe salgado, além de ter vindo a ter uma grande expressão nos serviços de cabotagem neste mar.

Por outro lado a pesca desenvolveu-se de forma muito rápida desde D. Sancho I, sendo ocupado todo o litoral e projectando-se mesmo em pescas longínquas para a Galiza e costas inglesas.

Toda esta actividade marítima, apoiada por todos os reis da primeira dinastia, contribuiu para um grande aumento da riqueza nacional: os cofres nacionais estavam cheios quando D. Fernando iniciou o seu reinado.

A conquista do Algarve e a definição da fronteira a Leste, numa linha aonde era possível ocorrer prontamente à defesa, vieram cedo dar ao País uma dimensão crítica e uma viabilidade defensiva; a projecção para o mar veio estabelecer a diferença e dar-lhe um modo de vida próprio que o habilitou a autonomizar-se na Península.

2. As tréguas de 1411, que interromperam um estado de guerra que obrigara a nação durante 25 anos a uma vigilância armada permanente, criaram as condições de disponibilidade e libertaram energias que vieram a resultar na empresa de Ceuta. Esta conquista representa o início duma expansão num espaço estratégico marítimo que visava equilibrar a pressão do confinamento peninsular e, actuando por antecipação, evitar a ocupação por Castela desse espaço.

Significava também que os reinos cristãos dominavam o mar e que existia um poder marítimo forte capaz de levar a efeito uma operação

muito complexa de projecção do poder militar, que exige muitos e diversificados meios navais, militares e de apoio logístico. Este tipo de operação consiste em conquistar e manter, apoiado no mar, posições fortificadas, e vai servir de modelo a outras acções não só em África, como também mais tarde no Oriente: está na origem das clássicas operações anfíbias.

O poder marítimo (somatório do poder naval ou militar, das marinhas mercante e de pesca, das infra-estruturas que os apoiam e ainda de um espírito virado para o mar) de que se dispunha, tinha vindo a acumular-se durante toda a primeira dinastia, resultante duma actividade marítima muito intensa, em que o País se tinha empenhado.

Outro movimento de expansão no espaço estratégico marítimo do Atlântico, em complementaridade e em alternativa ao Norte de África, foram os descobrimentos henriquinos: inicialmente para Sudoeste e Ocidente e depois de 1434 para Sul, ao longo da costa africana, este movimento veio a ter repercussões importantes: por um lado proporcionou o início de uma experiência colonizadora que vai servir de modelo para o futuro; por outro lado desencadeou a exploração geográfica e o conhecimento do Atlântico (ventos, correntes, terras ou sua ausência); e por outro ainda provocou os primeiros passos para a resolução do problema fundamental da posição do navio no mar, pela determinação da latitude, inicialmente pela Polar e mais tarde pelo Sol, que possibilitaram a navegação fácil, segura e livre, pela primeira vez, num oceano.

Os Açores foram a forte motivação deste desenvolvimento e a volta da Mina a sua consequência.

As tréguas de 1411 marcam ainda uma alteração no teatro da luta para a reunificação da Península: este passa da guerra, para a confrontação entre facções das elites políticas que se projectavam aliadas, pelos três reinos Cristãos

Esta luta que se desenvolve ao longo do Séc. XV, através de várias vicissitudes, vem a culminar na Batalha de Toro, donde saem politicamente vencedores Isabel e Fernando, ou seja, a união de Castela com Aragão.

Na guerra de quatro anos que se lhe seguiu a Marinha assegurou o domínio do mar, desde o Continente ao golfo da Guiné, que foi alvo de repetidas incursões, tendo assim contribuído para que as forças terrestres, embora com grandes dificuldades e enormes carências, pudessem

defender a fronteira, facilitando assim o acordo de paz do Tratado das Alcáçovas, onde o nosso posicionamento marítimo e ultramarino sai muito reforçado, e, por isso, com fecundas consequências no futuro.

3. Esta guerra tão contingente em que tudo esteve em perigo, desencadeou uma forte reacção perante a ameaça duma nova e quase inevitável, a prazo, confrontação com a Espanha: era urgente fortalecer o poder nacional. A recente «nacionalização» pela coroa das empresas do Infante, facilitou a escolha da solução que se perfilava no horizonte: a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Foi este o projecto delineado por D. João II, a cujo planeamento meticuloso tudo sacrificou e que mais tarde, num sentido mais lato, veio a ser assumido como um conceito estratégico de defesa nacional — o da expansão ultramarina.

O primeiro resultado alcançado, pouco tempo depois, na execução deste plano, foi a comunicação entre os dois oceanos, Atlântico e Índico, estabelecida por Bartolomeu Dias na sua viagem em 1488: veio tornar fisicamente possível a realização do projecto. Na sequência desta viagem executou-se uma vasta tarefa de exploração oceânica que tornou viável o estabelecimento da Carreira da Índia com navios redondos (velas) e de grande porte (naus), capazes de trazer a carga das especiarias e de assegurar uma ligação oceânica permanente a grande distância. Decorrente da crise provocada pela viagem de Colombo, celebrou-se o Tratado de Tordesilhas que, confirmando em novos moldes a paz das Alcáçovas, assegurou a não interferência dos Reis Católicos neste projecto.

Posteriormente dominou-se o Índico, estabeleceram-se bases em pontos chaves (os modernos «choke points») e vieram a vencer-se todas as ameaças que penderam sobre os territórios de além-mar, fossem de Turcos, no Índico e no Mediterrâneo, fossem de Holandeses, no Brasil e em África.

Para toda esta acção desenvolvida pela Marinha e pelas forças terrestres teve importância, além do tipo de operações iniciado no Norte de África, a criação de dois novos tipos de navios de guerra, a caravela redonda e o galeão (português), que, tendo sido iniciada na segunda década do séc. XVI, em breve se tornaram os protótipos dos navios de guerra à vela com capacidade artilheira antinavio.

O impacto das peças grossas de bronze na arte da arquitectura naval teve a sua fase de «investigação e de desenvolvimento» em caravelas latinas devido a iniciativas pessoais de D. João II e D. Manuel.

Só a partir do séc. XVII a pressão das nações europeias foi suficientemente forte para provocar a perda de vastas zonas de influência no Oriente e na costa africana. Mas foram mantidos outros sectores da Costa de África e do Brasil. Foi o desenvolvimento do Brasil, iniciado por D. João III, que, como alternativa ao Oriente e através do desenvolvimento da cultura da cana do açúcar, forneceu a base económica sem a qual a prolongada guerra da Restauração dificilmente teria sido levada a bom termo. Mais uma vez as forças navais foram responsáveis pela defesa e comboiamento das frotas do açúcar durante todo este período com um êxito total: o plano de D. João II funcionou perfeitamente não apenas na confrontação peninsular, pois, para além disso, o conceito ultramarino continuou a contribuir para a viabilização do País.

4. Num contexto mundial, a comunicação entre os dois oceanos, Atlântico e Índico, por Bartolomeu Dias, em 1488, marca o início da navegação por todos os mares do Globo.

Também à escala mundial, a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, vem viabilizar, pela primeira vez, o exercício do domínio do mar a duas potências ligadas por tratado: domínio «bicéfalo» que foi preservado durante mais de um século. Mas não tardou que o dinamismo, o desenvolvimento, a diferenciação religiosa e a ambição de partilhar as riquezas dos novos mundos viessem a provocar, da parte dos povos do Norte da Europa, a contestação deste domínio: de início apenas em acções de pirataria, corso, e de companhias privadas, mas posteriormente, depois do surto de criação das Marinhas Nacionais da Holanda, da Inglaterra e a da França, nas décadas centrais do séc. XVII, em acções navais regulares de disputa do domínio do mar. A emergência da potência marítima nos povos do Norte da Europa foi muito lenta e pode considerar-se que só nos finais do séc. XVIII o domínio do mar, à escala mundial, foi inteiramente assumido pela Inglaterra.

Esta assunção lenta não foi contínua, pois passou por vários patamares intermédios: o domínio do mar do Norte e do canal da Mancha pela Inglaterra aliada à Holanda, ao alargar-se para os mares da Penín-

sula Ibérica, Mediterrâneo e Atlântico Norte, no início do séc. XVIII, quando da Guerra da Sucessão de Espanha, necessitava do apoio da base de Lisboa e, conseqüentemente, da aliança com Portugal. É esta aliança de nações marítimas, Inglaterra, Holanda e Portugal, com garantias de auxílio mútuo nos territórios e para além da própria guerra que se travava, que constitui o primeiro Tratado de Methuen, celebrado em 16 de Maio de 1703, em Lisboa (que não tem nada a ver com o terceiro tratado de Methuen, o de comércio, celebrado em Dezembro desse ano).

Este tipo de tratado de aliança de nações marítimas foi o primeiro do género e serviu de modelo para o futuro, sendo fundamentalmente do mesmo tipo o actual Tratado do Atlântico Norte que celebraram os países da Aliança.

Em termos nacionais, esta aliança à potência marítima mundial, tendo em vista a importância que veio a ter a Inglaterra, veio a ser assumido como um conceito estratégico de defesa nacional — a aliança com a potência marítima, válido até à actualidade, embora tenha mudado a potência marítima: NATO num âmbito regional, Estados Unidos num âmbito mundial.

A aliança com a potência marítima tem pois início apenas nos princípios do séc. XVIII e não tem nada a ver com os vários tratados celebrados no séc. XVII com a Inglaterra, nem com o mais longínquo tratado de Windsor: este é sim uma aliança entre Estados que culmina uma série de apoios militares e dinásticos e que se opõe à aliança França - Castela no âmbito mais vasto da Guerra dos Cem Anos; aqueles são contrapartidas comerciais, embora pesadas, que tivemos de dar ao único Estado que nos apoiava diplomaticamente perante o isolamento europeu a que fomos votados durante a Restauração: no primeiro caso, se se acordou apoio naval foi de Portugal a Inglaterra e não o contrário; no segundo, a Inglaterra estava muito longe de ser a potência marítima.

A aliança com a potência marítima tem a ver com as bases do Continente e das Ilhas, Açores em especial depois do aparecimento da arma aérea, que são insubstituíveis para esta; e tem a ver com uma relação privilegiada e de apoio na Península, como desde o início do séc. XVIII.

No entanto, em termos comuns, o Tratado de Windsor, por mais antigo, veio a absorver o conteúdo do Tratado de Methuen.

5. Durante todo o séc. XVIII, XIX e metade do XX, o País usufruiu em pleno a segurança que os dois conceitos de defesa lhe garantiram.

A criação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar por D. João V, a par da da Guerra e Negócios Estrangeiros e da do Reino, é a consagração da ligação íntima da Marinha com o Ultramar. Naquele departamento de Estado eram também incluídas as forças militares territoriais cujo contributo foi ímpar na missão de ocupação e alargamento do território, desenvolvimento e enquadramento, e que foi decisivo no Brasil e mais tarde em África até 1936.

Mas além deste empenhamento no Ultramar, no teatro europeu a Marinha, dispondo de unidades modernas, bem equipadas, guarnecidas e comandadas, com efectivos proporcionados à nossa dimensão, deu sempre a sua contribuição valiosa em apoio das lutas em que a potência marítima se viu envolvida com a potência terrestre; em contrapartida aquela honrou sempre os seus compromissos de defesa do nosso território, quando esta o ameaçou.

A separação do Brasil veio provocar uma grande fractura no Conceito ultramarino, tanto mais que ainda não havia na altura uma alternativa, ou seja, condições internas e externas para a transferência de empenhamento para a África; só na segunda metade do séc. XIX apareceram internacionalmente as condições de mercados e de investimentos, propiciados pela revolução mecânica nos transportes, que, além de terem desencadeado uma corrida à África com os inevitáveis atritos, possibilitaram o início do desenvolvimento dos territórios africanos, que veio a alcançar o seu máximo nas vésperas da sua independência.

Entretanto, quanto à Marinha, as mudanças tecnológicas, que tiveram lugar nos finais do séc. XIX, vieram colocá-la numa situação de inferioridade tecnológica da qual ainda se não recompôs.

6. Na II Guerra Mundial deu-se a substituição da potência marítima mundial: a Inglaterra pelos Estados Unidos; como consequência,

no que nos diz respeito, substitui-se um tratado de aliança por acordos bilaterais de cedência de bases militares.

A confrontação Leste-Oeste cedo provocou a assinatura, em 1949, do Tratado do Atlântico Norte, em que nos integrámos: este é um tratado de auxílio mútuo de defesa que veio instituir uma potência marítima regional.

Assim, o quadro do nosso relacionamento com a potência marítima ficou quase equivalente ao anterior, mas não igual. Esta diferença está a acentuar-se actualmente, não em relação à NATO, potência regional cuja validade se mantém, mas em relação à potência marítima mundial, que pode tentar-se por relações especiais com a Espanha no âmbito peninsular e Atlântico. De facto a Espanha tem potencialidades para nos substituir, excepto no que respeita aos Açores.

Na sequência da II Guerra Mundial a atitude da comunidade internacional em relação aos territórios não autónomos mudou radicalmente, posição que se afirmou no âmbito das Nações Unidas e mais tarde nos não-alinhados, a partir de Bandung.

Mas o mais fundamental foi que os dois conceitos de defesa em que nos tínhamos apoiado entraram em contradição entre si: até aqui a potência marítima era também colonialista; a nova potência marítima é anticolonialista. A contradição era insanável como mostra a situação na África Austral.

Embora as Forças Armadas tenham proporcionado o espaço e o tempo para uma evolução diferente do problema, a descolonização veio a fazer-se nas circunstâncias que se conhecem.

É certo que até ao presente se acalentaram expectativas de que alguns laços especiais de relacionamento se mantivessem; a perspectiva da situação actual não aponta nesse sentido.

A integração na Comunidade Europeia não apresenta uma coisa nova, pois vai retomar caminhos já percorridos desde a primeira dinastia e nunca abandonados, a não ser no grau de relacionamento e na presença da Espanha como parceiro. De resto, todas as acções de Portugal, fora da Europa, foram sempre efectuadas com o seu espírito e em seu benefício e nunca contra ela; por isso, se se considerar conceito de defesa, sempre com ele vivemos.

Portanto o grande problema que se coloca neste momento é se os dois conceitos são total ou apenas parcialmente válidos ou se há sinais claros que se esgotaram, no todo ou em parte. E, se este é o caso, que novos conceitos é possível assumir. Mas isso já é outro assunto.

Vasco Viegas

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIA
NAVAL PORTUGUESA

António C. Fuzeta da Ponte

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIA NAVAL PORTUGUESA

1. *A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA*

Factores histórico, geográfico e económico.

2. *FACTORES DE TRANSIÇÃO RECENTES*

3. *CONDICIONAMENTOS AO CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL*

Lei de defesa nacional, conceito estratégico de defesa nacional e conceito estratégico militar.

4. *CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL*

Princípios estratégicos gerais.

Princípios de aplicação militar-naval

5. *MISSÃO E TAREFAS DA MARINHA*

6. *MEIOS NAVAIS*

7. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

1. *A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA*

Antes de se abordar o conceito estratégico naval no momento actual, julga-se de interesse definir alguns factores que se nos afiguram ajudar a caracterizar a situação estratégica de Portugal e a identificar a evolução dessa situação num passado recente.

a. A primeira consideração que nos ocorre é de ordem histórica.

A nação portuguesa caracterizou-se, sempre, por uma vincada natureza marítima. Foi essa condição marítima e atlântica que ajudou, logo desde o início da nacionalidade, a que Portugal se começasse a distinguir do resto da Península Ibérica e que determinou, aliás, a assimetria do litoral em relação ao interior, que ainda hoje perdura. Foi também na sequência lógica desse desenvolvimento litoral que Portugal completou a sua expansão, primeiro na reconquista do território peninsular aos mouros, mais tarde no alargamento do seu

território às ilhas do Atântico Norte, o que lhe trouxe condições de viabilidade face ao seu poderoso vizinho espanhol.

Ao acrescentar a Madeira e os Açores ao território Continental, Portugal adicionou inequivocamente uma componente atlântica à sua inicial condição europeia. Estruturou-se assim o País numa base euro-atlântica que, daí em diante, o projectou como potência marítima nas quatro partidas do mundo e lhe conferiu uma identidade própria, *sine qua non* da independência do seu povo.

De facto, não podemos esquecer que Portugal tem fronteiras terrestres somente com a Espanha, que é cinco a seis vezes superior em área, recursos, população, potencial económico e financeiro. Não foi na Europa continental que os portugueses conseguiram ir buscar o apoio necessário ao equilíbrio da formidável atracção centrípeta deste seu único vizinho. Esse apoio — dantes como agora — tiveram que ir buscá-lo ao mar oceano, ao Atlântico; ao «mar decisivo», na eloquente expressão do professor Borges de Macedo.

Enquanto Portugal se conseguiu afirmar como forte potência marítima — a partir da época dos Descobrimentos e nomeadamente nos reinados de D. João II e D. Manuel I — conseguiu prosseguir livremente a sua própria política, sem qualquer dependência ou subordinação a outras nações. Foi neste período que, por exemplo, Portugal negociou com a Espanha o famoso Tratado de Tordesilhas, pelo qual as duas grandes Nações marítimas de então estabeleceram, pacificamente, as suas esferas de acção mundiais. Foi também neste período que Portugal transferiu o centro de gravidade do mundo do Mediterrâneo para o Atlântico.

Quando, a partir dos fins do século XVI, se perdeu a capacidade de continuar a manter o poder marítimo próprio, necessário ao domínio do mar, Portugal passou a ter que se apoiar em nações cujo poder lhe assegurasse a liberdade dos mares, com vista à defesa dos seus interesses vitais. Passou a recorrer-se assim ao apoio da potência marítima predominante e a formas de aliança bilateral, acordo regional e/ou associação colectiva com nações detentoras desse domínio. Ilustram bem esta asserção a célebre aliança bilateral com o Reino Unido, hoje a aliança mais antiga que ainda perdura no mundo e, a nível multilateral, a entrada de Portugal na NATO, logo no início desta aliança, como membro fundador, em que se

integrou de imediato no SACLANT (Supreme Allied Command Atlantic), comando essencialmente marítimo e atlântico e não no SACEUR (Supreme Allied Command Europe), este de características predominantemente continentais

b. O segundo factor que passarei a abordar é de ordem geográfica.

Geograficamente, Portugal apresenta semelhanças com um arquipélago, formado pelos Açores, Madeira e Continente, este separado da Europa por uma faixa de rarefacção de populações e actividades económicas ao longo da fronteira com a Espanha.

Não é demais evidenciar a importância geoestratégica do já chamado «Triângulo Português», embora a sua divulgação seja, hoje em dia, bastante ampla. O primeiro ponto a assinalar e sublinhar é que, do ponto de vista nacional, é a configuração geográfica desse triângulo, disperso pelo Atlântico, que permite a defesa em profundidade do nosso território. Na realidade, qualquer das suas três parcelas é, *só de per si*, bastante vulnerável e sem capacidade de defesa avançada. É o mar que vem acrescentar essa indispensável dimensão, unindo esses três territórios dispersos e que vem atribuir ao conjunto atlântico dos três uma força superior ao mero somatório das três parcelas terrestres tomadas separadamente.

Quer isto dizer que todo esse vasto triângulo atlântico dispõe de um espaço que só será submetido quando forem vencidos e dominados os três vértices, todos os três vértices, do mesmo triângulo. Assim, dispomos hoje, como dispunhamos no passado, de espaço amplo para defesa em profundidade e para capacidade de manobra. Isto é, Portugal, se o quiser, não estará derrotado somente porque um agressor vindo por terra chega à linha de costa ou porque um agressor vindo do mar chega à fronteira de terra peninsular.

Aliás, os arquipélagos do Atlântico Norte já permitiram, no passado, a organização da defesa do País por forma escalonada, a partir de cada um deles, possibilitando a intercepção e aniquilamento das forças adversas, o que ressalta bem dos seguintes factos históricos:

— O baluarte de resistência que constituiu a ilha Terceira, durante cerca de 3 anos, aos espanhóis e à ocupação dos Açores pelos ingleses.

- Durante as lutas liberais, a Terceira foi novamente o bastião de defesa contra os assaltos das forças navais miguelistas e inglesas e utilizada como ponto de partida para a acção no Continente, concretizada com o desembarque no Mindelo.
- Base estratégica, na Madeira e Porto Santo, para as esquadras de protecção à navegação comercial de interesse nacional.

Finalmente, é o próprio mar que permite alargar, para além das fronteiras territoriais de cada uma das parcelas do território nacional, a defesa em profundidade e escalonada de cada uma e de todas elas. O segundo ponto que interessa realçar, do ponto de vista geográfico, é que, na área marítima do triângulo português, confluem cerca de 400 navios por dia, transportando aproximadamente 2/3 do petróleo e outra importante tonelagem de matérias-primas que se destinam à Europa, provenientes do golfo Pérsio, África, Pacífico e América do Sul.

Esta área, para além de importante encruzilhada atlântica, como vimos, é também zona de aproximação e de controlo do estreito de Gibraltar, para acesso ao Mediterrâneo, onde cruzará praticamente toda a navegação de reforço e reabastecimento do flanco Sul da Europa em caso de tensão ou de guerra. Esta dupla condição marítima de Portugal situado, a um tempo, no mar aberto atlântico e no mar de acesso ao Mediterrâneo, confere posição privilegiada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira para vigilância e controlo aeronaval da área, bem como para condução de operações navais e aéreas de protecção à densa navegação que percorre as linhas de comunicação marítimas que aqui confluem, indispensáveis ao abastecimento do Ocidente e, em particular, ao reforço e reabastecimento da Europa vindó dos EUA através do Atlântico Norte.

As ilhas da Madeira e Porto Santo, frente à costa Noroeste de África, constituem, além disso — e como atrás se acentuou —, uma posição excepcional, dado dominarem a entrada do Mediterrâneo e constituírem a primeira linha de contenção de qualquer ameaça proveniente de Sul.

Enfim, Portugal continental, no extremo Oeste da Europa, está na primeira linha por onde se poderá processar o envolvimento do Conti-

nente. Acresce ainda que o porto de Lisboa, pelas suas dimensões, apetrechamento portuário e estaleiros navais, representa um excelente ponto de apoio naval, sendo também importante para *staging area* e para o *sea-lift* no âmbito do reforço da Europa.

O terceiro ponto a realçar é que, para além do que atrás já foi dito sobre a geografia, a posição dos arquipélagos portugueses, em especial o dos Açores, constituem posições geográficas que diria indispensáveis nos conceitos de defesa avançada e de projecção de poder dos EUA. É de resto bem conhecida, devido a factos ocorridos ainda não há muito tempo, a importância dos Açores num cenário de conflito verificado fora da área NATO, nomeadamente no Médio Oriente.

A neutralização ou ocupação da Madeira ou dos Açores, que são extremamente valiosos tanto para a NATO como para os EUA, como bases para reforço aéreo da Europa, para acções *out-of-area* e para operações anti-submarinas no Atlântico, significariam a perda dessa capacidade e, portanto, um alvo apetecido das forças inimigas, que merece a maior consideração na elaboração da estratégia defensiva do mundo ocidental.

Terminarei esta breve análise da contribuição do factor geográfico na valorização da situação estratégica portuguesa, lembrando as palavras do Prof. Adriano Moreira, embora não concorde totalmente com elas, como adiante referirei:

«... o único poder que aparentemente está ainda nas nossas mãos, em relação com o sistema de competição mundial, é o que temos chamado «poder funcional», que tem expressão principal na posição geográfica das regiões autónomas e que [...] é atlântico pela geografia, pelos interesses económicos dos territórios, pela longa mão das migrações tradicionais.

A admissão feita pela NATO, de que existem questões fora da zona do tratado que envolvem o interesse de todos os aliados, revaloriza esse poder funcional e revigora a vocação atlântica (1)».

(1) *Diário da Assembleia da República*, I Série, n.º 27, de 12 de Dezembro de 1984, p. 1049.

c. O terceiro factor que vamos abordar é de ordem económica.

Como é bem conhecido, Portugal possui uma estrutura económica muito desajustada, comparativamente aos países europeus mais industrializados, agora nossos parceiros na CEE.

Sem pretender entrar numa análise exaustiva deste problema, que aqui não cabe, importa realçar, contudo, a íntima ligação entre o mar e a economia portuguesa.

Começarei, em primeiro lugar, por acentuar que do ponto de vista económico se pode dizer que a quase totalidade do comércio externo português se efectua pelo mar e, praticamente, todo o comércio nacional interno, entre continente e ilhas, utiliza a via marítima como meio de circulação dos seus produtos. Tal circunstância pode ser resumidamente exemplificada mediante apreciação dos seguintes valores

<i>Importações</i>		<i>Exportações</i>	
Via marítima	94 %	Via marítima	82 %
Via terrestre	6 %	Via terrestre	14 %
Via aérea	0 %	Via aérea	4 %

Resumidamente, poderemos afirmar que, no seu comércio externo, Portugal precisa manter abertas linhas de comunicação marítimas para todos os continentes, a partir do Atlântico Norte, e utilizar praticamente todos os tipos de carga comercial, já que:

- (1) Os produtos energéticos e os recursos alimentares são dois sectores vitais para o abastecimento do País, dada a nossa quase total dependência em relação ao exterior no que se refere aos combustíveis e cereais;
- (2) Os produtos da importação são oriundos da América do Norte e do Sul, do Médio Oriente, da África e da Europa, sobressaindo nestes produtos os granéis sólidos e líquidos;
- (3) As exportações se destinam aos países da CEE e à África, sendo a carga geral o tipo de carga mais movimentada;

- (4) O comércio externo das regiões autónomas da Madeira e dos Açores é feito fundamentalmente por via marítima com o Continente.

Note-se contudo que, apesar da importância da via marítima, a marinha mercante portuguesa tem vindo a degradar-se, sendo actualmente a percentagem de carga transportada por armadores nacionais da ordem dos 30 por cento para os carbonetos e dos 15 por cento para a restante carga. Se atendermos ainda a que as transportadoras nacionais utilizam no tráfego marítimo navios afretados, maior se torna a nossa dependência em relação ao exterior. Consideramos, aliás, esta como uma das maiores vulnerabilidades portuguesas, a qual, conjugada com a modéstia do nosso poder naval, tem graves incidências na execução de qualquer estratégia de defesa nacional que se possa planear.

Em segundo lugar, e ainda no campo da economia, não é de surpreender que a atenção de Portugal se vire para o desenvolvimento das fontes internas, na tentativa de recuperação económica indispensável ao crescimento do País. Dentro dessas fontes internas sobressai a nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), cuja área atinge cerca de 490 000 milhas quadradas, é a maior dos países da CEE e 18 vezes superior à área terrestre de Portugal. Assim, a vastidão e a riqueza da ZEE portuguesa, pela qual a localização das ilhas atlânticas é grande responsável, pode constituir uma base de desenvolvimento do potencial estratégico nacional e, conseqüentemente, um instrumento político de grande valor para acções ou negociações externas. Esta vastidão, porém, só poderá ser bem aproveitada se houver meios, designadamente navais, que, fiscalizando e exercendo a soberania portuguesa no mar interterritorial, garantam igualmente a ligação entre as parcelas do território, isto é, ajudem a preservar a coesão interterritorial.

Finalizarei a análise deste factor económico da situação portuguesa concluindo que Portugal está intimamente ligado ao mar, quer como grande via de comunicação para transporte dos seus produtos, quer como fonte de riqueza, cuja exploração o País necessita levar a limites que ainda não conseguiu alcançar e, portanto, que o mar

continua a ser um factor de identidade e de união de todos os portugueses.

2. FACTORES DE TRANSIÇÃO RECENTES

Analisados brevemente os factores de situação com incidência na elaboração de uma estratégia naval nacional, julgamos de interesse reflectir sobre o impacto que sobre o assunto poderão ter tido as recentes alterações ocorridas em Portugal após o 25 de Abril. Sem entrar em excesso de detalhe, direi que esse movimento veio trazer ao País um regime político democrático de cariz europeu ocidental, o fim da guerra colonial e o consequente fenómeno de descolonização e, ainda, uma alteração profunda no modo de vida da sociedade portuguesa, organizada, nas últimas décadas, em moldes fechados e antiquados em termos europeus.

Daqui resultou uma nova dimensão para o problema da elaboração dum conceito estratégico de defesa que, entre outros, engloba os seguintes componentes:

- Dimensão política interna — Na condução democrática do País, o poder civil passou a controlar as forças militares e, portanto, a ditar-lhes os interesses e objectivos nacionais de defesa que condicionam, à partida, todo e qualquer conceito estratégico que se pretenda elaborar;
- Dimensão geográfica — O desaparecimento de responsabilidades de defesa nas antigas colónias africanas reduziu a área de actuação nacional ao «triângulo português», confinada agora ao Atlântico Norte. Mantém-se contudo o compromisso assumido, em 1949, de colaboração na defesa colectiva do mundo livre, na área geográfica da NATO que excede, como sabemos, a área nacional atrás referida.
- Dimensão política externa — Verificou-se uma aproximação à Europa, muito superior àquela que normalmente existia anteriormente, particularmente após a entrada na CEE.

Do exposto se conclui ter Portugal evoluído, após 1974, no sentido de corrigir a sua dimensão estratégica em favor do aperfeiçoamento do

modelo euro-atlântico, como resultado das opções atrás descritas. A aproximação ao modelo continental europeu não veio atrofiar — bem antes pelo contrário — veio aconselhar a que Portugal, pequena nação europeia instalada no extremo Oeste da Europa, mantenha a opção atlântica que o tem caracterizado e identificado historicamente, entre pares, na arena internacional. O equilíbrio da opção euro-atlântica agora assumida vem, portanto, aconselhar a manutenção da ligação cultural, económica e política de cooperação com todos os países africanos de expressão portuguesa e, ainda do outro lado do Atlântico, com o Brasil e com os Estados Unidos da América.

3. *CONDICIONAMENTOS AO CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL*

A elaboração do conceito estratégico naval português está condicionada, como atrás vimos, às decisões políticas fundamentais que estipulam previamente os interesses e os objectivos nacionais a proteger. Segundo o documento fundamental que rege esta matéria, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDN) ⁽²⁾, deve respeitar-se, resumidamente, a seguinte hierarquia de conceitos:

- 1.º Estabelecimento dos objectivos permanentes de defesa.
- 2.º Adopção de um conceito estratégico de defesa nacional.
- 3.º Aprovação de um conceito estratégico militar.

Passemos em revista, muito brevemente, cada um desses conceitos fundamentais, tal como estão estabelecidos neste momento:

a. Objectivos permanentes da política de defesa

A LDN, no seu art.º 5.º, considera que a política de defesa, perante qualquer agressão ou ameaça externas, decorre de seis objectivos permanentes de defesa dos quais, pela sua importância, se destacam os dois primeiros:

- Garantir a independência nacional;
- Assegurar a integridade do território.

(2) Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro.

Estes objectivos tornam imperativo o recurso a diversas formas de coacção, entre as quais se conta a acção militar contra forças externas que, na prossecução dos seus próprios interesses, pretendam opor-se ou ameaçar aqueles valores. Lembremos, contudo, que a política de defesa tem natureza global, abrangendo, para além da componente militar para atender às acções de coacção atrás descritas, várias componentes não militares, integradas em diferentes sectores da vida civil portuguesa.

b. Conceito estratégico de defesa nacional

Para além da LDN foi já aprovado, após discussão na Assembleia da República, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (3). Trata-se de um documento muito vasto e genérico em conceitos doutrinários, do qual extrairéi somente as principais linhas de acção que interessam ao desenvolvimento do presente trabalho, isto é, ao estabelecimento de um conceito estratégico naval, a saber:

- (1) Adopta para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional, no espaço euro-atlântico que nos é próprio, especial realce à vertente atlântica.
- (2) Estabelece que a política de defesa deverá ter sempre em consideração especial o carácter descontinuo e a importância estratégica essencial das fronteiras e áreas marítimas e do espaço interterritorial.
 - No plano militar interno, reconhece a necessidade de assegurar uma capacidade militar própria, dissuasora, que desencoraje a agressão inimiga e permita a defesa conjugada do território nacional, em face da dispersão geográfica e falta de profundidade do território continental. Obriga ainda ao exercício da presença e vigilância marítima e aérea no espaço interterritorial e à garantia duma capacidade de reforço e de intervenção rápida em qualquer parcela do território nacional.

(3) Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, de 20 de Fevereiro, *Diário da República*, I Série, n.º 42.

- (3) Estabelece que a participação portuguesa na NATO deverá reforçar a sua capacidade de defesa autónoma e ser compatível com esta, utilizando os mesmos meios e capacidades para a realização desse duplo objectivo.

Portugal assume prioritariamente obrigações no seu espaço próprio e nos espaços confinantes, em apoio duma estratégia de defesa avançada adequada ao interesse nacional.

c. Conceito estratégico militar

O Conceito Estratégico Militar (CEM) (4) é um documento que, derivando das linhas de acção adoptadas no CEDN, vem impor novos condicionamentos e directivas à elaboração de conceitos situados a jusante, entre os quais se situa, naturalmente, o conceito estratégico naval.

Em resumo, o CEM vem ditar linhas de acção, integradas no seu «conceito militar de acção», tendo como objectivo estabelecer as normas e orientações a observar na actuação das Forças Armadas, a saber:

- (1) Reconhece a descontinuidade do território, estabelecendo o «Triângulo Estratégico Português» como unidade estratégica nacional.
- (2) Dada a nossa forte dependência do exterior, mesmo em áreas críticas tais como a alimentação, energia e minerais, reconhece a necessidade de Portugal procurar manter alianças com a potência marítima dominante, aliás na continuação do que já tem vindo a ser feito há séculos na nossa história.
- (3) Valoriza o espaço interterritorial, para equilibrar a falta de profundidade do território continental e para permitir o interapoio militar recíproco entre as diversas parcelas que formam o todo nacional.

(4) Aprovado em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 18 de Dezembro de 1985.

O uso intensivo dos nossos espaços interterritoriais é também considerado indispensável no quadro do nosso envolvimento directo na estratégia de dissuasão da NATO, que tem como factor fundamental a viabilidade da execução do reforço rápido da Europa.

- (4) Reconhece a necessidade de, no respeito das características euro-atlânticas do posicionamento de Portugal, assegurar no plano militar uma capacidade de dissuasão autónoma que lhe confira, simultaneamente, uma protecção específica no quadro regional geral, uma participação efectiva na NATO e em acções fora da área NATO, em que possamos vir a ser envolvidos.

Tal necessidade de forças próprias torna-se ainda indispensável para, a nível regional, não deixar ocorrer no lado português um vazio total de poder militar que possa impelir e fundamentar uma acção de Espanha no sentido de procurar colmatar esse vácuo com forças próprias, como forma de suprir a vulnerabilidade da sua defesa específica decorrente de uma excessiva fragilidade militar portuguesa.

- (5) Estabelece a necessidade de adoptar um planeamento nacional de defesa com forte e permanente referencial ao planeamento NATO. Em conformidade, deve evitar-se qualquer dicotomia com base em «defesa militar nacional» em contraposição à satisfação de «necessidades NATO». A harmonização entre ambos os requisitos tem de ser complementada, levando à formação de um vector único de defesa militar nacional que responda às exigências fundamentais decorrentes da nossa situação específica

- (6) No que respeita à estrutura de forças nacionais, determina a observância dos seguintes princípios:

— Elevada flexibilidade de emprego operacional, de forma a facilitar a redução de efectivos e de forças de simples aplicação específica.

- Mobilidade apreciável, que permita a utilização da profundidade interterritorial e uma intervenção rápida em qualquer parcela do território. Isto exige meios de transporte navais e aéreos suficientes para o efeito.
 - Recurso ao posicionamento de forças, sobretudo nas ilhas, como factor logisticamente desejável em termos de sustentação de combate.
- (7) Estabelece a necessidade de existência de um elevado estado de prontidão, incluindo a possibilidade de mobilização imediata, sem qualquer preparação técnica prévia.
- (8) Consagra o princípio da integração operacional dos vários sectores da defesa militar, de tal forma que não existam três defesas militares, mas apenas uma, em que todos participam de forma lógica e tecnicamente correcta, tendo em vista alcançar a melhor relação custo-eficácia na defesa nacional.

4. CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL

Tendo em linha de conta o que atrás foi dito, em especial as principais linhas de acção ditadas pelos CEDN e CEM, condicionantes e orientadores do conceito estratégico naval, julgo poder reduzir este conceito ao enunciado de quatro princípios doutrinários gerais, que condensam as linhas de acção atrás mencionadas e as projectam num âmbito que transcende a mera aplicação militar, adicionado de mais dois princípios, estes de aplicação especificamente militar-naval.

a. Princípios estratégicos gerais

(1) *Princípio defensivo*

Sendo Portugal uma nação pacífica, que não tem quaisquer reivindicações territoriais, mas que é ciosa da sua soberania, a sua estratégia é essencialmente defensiva e adequada a um território nacional disperso pelo oceano Atlântico.

Esta atitude não exclui todavia o direito de legítima defesa — individual ou colectivo — consignado no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, que Portugal reivindica se for alvo de agressão armada do exterior.

(2) *Princípio da unidade nacional*

O princípio da unidade nacional vem consagrar e definir o «Triângulo estratégico nacional» como unidade estratégica nacional, de harmonia com o estabelecido no CEM, afirmando-se o espaço nacional português com características euro-atlânticas, de origem histórica, geográfica e cultural, que é mandatório preservar.

Este princípio aponta para a valorização do espaço marítimo interterritorial para equilibrar a falta de profundidade do território continental e para permitir o interapoio militar recíproco entre as diversas parcelas que formam o todo nacional, caracterizado pela sua descontinuidade arquipelágica, dispersa pelo Atlântico Norte. Esta estratégia consagra assim a necessidade de manter permanentemente a ligação e o contacto entre as diferentes parcelas do território nacional. Obriga ainda a que seja impensável que qualquer ataque a uma delas não seja considerado como um ataque a todo o País, desencadeando as acções de defesa julgadas mais convenientes.

Torna-se assim claramente evidente a inconveniência que resulta para Portugal a separação de parcelas do território por áreas de comandos militares diferentes no quadro da NATO, como é o caso dos Açores em relação ao Continente e à Madeira.

(3) *Princípio da defesa autónoma*

Nenhum país é verdadeiramente independente e soberano se não dispuser de uma capacidade autónoma de defesa que lhe permita dissuadir eventuais agressores, criando-lhes riscos potenciais de retaliação que os levem a evitar empreender acções ofensivas do interesse nacional.

Assim, Portugal deverá dispor de uma capacidade militar naval autónoma de conteúdo dissuasor credível no contexto euro-atlântico em que está implantado. Só se dispuser dessa capacidade autónoma o País poderá decidir por si próprio, se falhar a dissuasão, defender e repelir ataques à sua soberania e integridade nacional em circunstâncias que não seja possível contar a curto prazo, ou mesmo de todo, com o apoio dos aliados.

Tal facto é tanto mais importante se nos lembrarmos que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores dependem das suas linhas de comunicação marítima com o Continente em 99 por cento da totalidade das suas mercadorias, o que constitui cerca de 75 por cento das suas importações e exportações vitais.

Finalmente, só a existência de capacidade de defesa própria pode evitar o perigo de Portugal vir a dispor somente do «poder funcional» que lhe advém exclusivamente da sua geografia, de características atlânticas. A inexistência de forças navais portuguesas minimamente credíveis no âmbito da NATO levará facilmente a que qualquer outro dos nossos aliados, a Espanha por exemplo, ocupe as áreas de responsabilidade nacional, subalternizando-se assim o interesse nacional e ficando gravemente feridos os altos objectivos de defesa estipulados na LDN, nomeadamente uma verdadeira independência e integridade nacionais.

O princípio da defesa autónoma, *sine qua non* do estatuto de uma nação capaz de prosseguir uma política própria, em defesa dos superiores interesses nacionais, contempla uma outra atitude estratégica, que diria corolário daquela. Trata-se do exercício da « projecção externa », que deve ter em justa conta o prestígio internacional e a liberdade de manobra externa, que só se consegue com um poder militar minimamente credível. No caso português, a concretização desta estratégia tem muito a ver com a Marinha, a quem caberá, entre outras acções, manter contactos com países de expressão portuguesa, com comunidades lusíadas no estrangeiro e com países amigos a que nos ligam importantíssimos interesses económicos e culturais. Enfim, pelo menos, deveremos ter a capacidade de fazer aquilo que é conhecido em língua inglesa por *show the flag*.

(4) *Princípio de alianças*

É evidente que sendo Portugal uma nação de fraco potencial e de escassos recursos económicos, muito tem a ganhar em prosseguir uma política de alianças. Nomeadamente, a aliança com a potência marítima dominante, tendo em vista a defesa dos interesses comuns e o fortalecimento da componente atlântica no quadro da nossa situação euro-atlântica, tem sido uma constante histórica que deve continuar.

Esta estratégia deve contudo ser interpretada como um reforço da nossa capacidade de defesa autónoma e não a sua substituição, como por vezes se ouve em certos sectores menos avisados. Nestas circunstâncias, deve procurar-se um caminho convergente, defesa nacional — defesa NATO, evitando desnecessárias dicotomias entre as necessidades nacionais e as da NATO. Todas as razões, entre as quais se encontram as de ordem económica, apontam nesse sentido.

Desde 1949 que a Marinha tem meios atribuídos à NATO, com grande proveito técnico e operacional para o seu treino e prontidão. É evidente porém que todos os meios empregados em tarefas especificamente nacionais — tais como a fiscalização e vigilância da ZEE — terão que constituir um encargo essencialmente nacional, ao lado da Aliança.

Finalmente, e como atrás já foi mencionado, além da aliança a nível multilateral que Portugal mantém com a NATO (potência marítima preponderante a nível mundial, de carácter colectivo), Portugal mantém ainda acordos bilaterais com os EUA (potência marítima preponderante mundial, a nível individual) dos quais tem resultado um intercâmbio de esforços e uma estratégia marítima de interesse comum. Nela coexistem as necessidades de defesa avançada do continente norte-americano com as necessidades de defesa em profundidade do espaço português e com a utilização dos espaços marítimos confinantes, para intervenção em qualquer parcela do território nacional a partir dos restantes. A protecção dos arquipélagos e a defesa das linhas de comunicação marítimas são dois bons exemplos dos

lucros que os portugueses visam obter, quer com a NATO quer com os EUA, nos seus acordos de defesa mútua.

b. Princípios estratégicos de aplicação militar-naval

(1) Dispersão de forças e interdependência de acções de defesa

É quase um corolário do princípio da unidade nacional.

O dimensionamento da componente militar de defesa deverá considerar sempre a redução da vulnerabilidade decorrente da descontinuidade territorial e até, antes pelo contrário, tirar o partido possível dessa descontinuidade, repartindo o poder militar pelas três parcelas e dotando-o da adequada flexibilidade e mobilidade, por forma a tornar viável a defesa escalonada do território nacional e a concentração do esforço, sempre que necessário.

Assim, a interdependência de acções de defesa do Continente, Açores e Madeira, é um factor decisivo neste conceito, o que torna indispensável a ligação permanente entre essas parcelas do território nacional, que só será conseguida com capacidade naval oceânica (submarina, aérea e de superfície) e com uma estrutura militar que integre organicamente os comandos navais dessas três parcelas. Cada um desses comandos deve constituir uma alternativa dos restantes, permitindo a dispersão das unidades navais, o exercício conjugado de acções de comando e as inerentes facilidades de C3I.

E se a nível nacional assim se deve passar, as condições de defesa global dos territórios nacionais não se devem afastar das condições de defesa NATO. Repete-se assim, a necessidade imperiosa de inclusão dos Açores na área do IBERLANT, sob o comando de um almirante da Armada portuguesa e à semelhança do que acontece para a Madeira e para o Continente; e não o isolamento desse arquipélago sob o comando do WESTLANT, com sede em Norfolk, USA.

(2) *Constituição de núcleos de forças*

É necessário conjugar as capacidades militares nacionais com as da NATO, por forma a que, com a maior economia possível, se consiga obter um conjunto de forças navais com alto nível de prontidão, flexibilidade e baixo número de efectivos, tendo em linha de conta a possibilidade de uma mobilização rápida e eficaz.

Tal *desideratum* aponta para a constituição de núcleos de forças, obedecendo aos seguintes requisitos:

- Poder militar, minimamente credível, que possibilite a execução da estratégia de dissuasão. A cada ameaça externa que impende sobre Portugal deve corresponder um conjunto de forças (núcleo), observando o mínimo de credibilidade atrás referido;
- Capacidade de defesa, para que, em caso de falha de dissuasão, se negue ao agressor o facto consumado e se dê tempo a uma acção aliada;
- Capacidade de expansão, logo que necessário, para níveis superiores de meios, conservando a sua coerência.

5. *MISSÃO E TAREFAS DA MARINHA*

Ao tratar o tema «estratégia naval portuguesa», não poderei deixar de abordar os dois elementos fundamentais que são parte integrante de qualquer estratégia: — Primeiro, os meios disponíveis para a condução dessa estratégia; segundo, o conjunto de acções que é necessário levar a cabo, com esses meios, tendo em vista a realização dos objectivos que se pretendem alcançar.

Assim sendo, e após o enunciado do conceito que deve orientar a estratégia naval portuguesa, passarei agora a definir quais os objectivos a alcançar, que são as tarefas que devem caber à Marinha na lógica desse conceito e, depois, os meios ao dispor para a sua concretização, isto é, os meios navais.

Resumidamente, a missão da Marinha Portuguesa concretiza-se na execução das seguintes tarefas:

1. Proteger as linhas de comunicação marítimas (LCM) nacionais.
2. Satisfazer, no âmbito naval, os compromissos internacionais, em particular com a NATO.
3. Participar na defesa conjunta do território nacional.
4. Proteger os interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição nacional.

Sem descer a grande detalhe, acrescentarei ainda que:

A protecção das LCM nacionais — particularmente aquelas que se prendem com as ligações entre o Continente, os Açores e a Madeira — inclui a protecção da navegação oceânica em áreas de interesse nacional, em cooperação ou não com os nossos aliados, a protecção da navegação costeira e dos portos nacionais.

- A satisfação dos compromissos internacionais, em particular os assumidos com a NATO, obriga à participação em forças navais e anfíbias da NATO, tendo em vista a defesa dos interesses comuns, particularmente aqueles relacionados com as LCM e, ainda, a condução — em tempo de paz ou de guerra — de actividades de busca e salvamento de vidas humanas no mar (*search and rescue-SAR*).
- A participação na defesa do território nacional em cooperação com o Exército e a Força Aérea leva à concretização da defesa em profundidade do todo nacional, aproveitando e controlando o espaço marítimo interterritorial a nosso favor e permitindo a interajuda recíproca de defesa entre as diferentes parcelas do território nacional. De mencionar ainda, dada a sua importância neste capítulo, a protecção, reabastecimento e transporte marítimo de forças próprias e/ou aliadas.
- Finalmente, a protecção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição portuguesa é uma tarefa que obriga a Marinha ao exercício de funções nitidamente colocadas na área de serviço público nacional, as quais, tradicionalmente e por vocação,

vem realizando desde sempre e que incluem o exercício da fiscalização das nossas águas (nelas as 490 000 milhas quadradas da ZEE portuguesa), a protecção e inspecção das embarcações nacionais de pesca ou de comércio, o exercício da autoridade marítima na área que lhe é própria, o exercício de actividades hidrográficas e oceanográficas e de segurança marítima em geral, que incluem responsabilidade na área de faróis e radiofaróis marítimos, disciplina do tráfego marítimo nas zonas costeiras e interiores, etc.

6. MEIOS NAVAIS

— De tudo o exposto pode concluir-se que, resumidamente, a Marinha Portuguesa deve dispor dos seguintes tipos de meios navais:

1.º Oceânicos:

- Para protecção à navegação e defesa em profundidade do território, que incluem meios de superfície, submarinos e aéreos orgânicos.
- Para protecção dos interesses económicos nas áreas de jurisdição nacional.
- Para projecção da imagem no estrangeiro.

2.º Costeiros:

- Para defesa dos portos nacionais (guerra de minas) e respectivas águas de acesso.
- Para protecção e vigilância das águas costeiras e interiores e dos interesses económicos nacionais.

3.º Outros meios auxiliares:

- Para realização de tarefas de apoio, tais como reabastecimento no mar, balizagem, hidrografia/oceanografia e escola.

O Quadro I sintetiza, nas suas linhas gerais, os meios navais actualmente ao dispor da nossa Marinha, sobre os quais acrescentarei os esclarecimentos que se seguem.

QUADRO I — MEIOS NAVAIS DISPONÍVEIS (1986)

TIPO DE NAVIOS	CLASSE	N.º	MISSÕES ATRIBUÍDAS
OCEANICOS	FRAGATAS	3	— Protecção das linhas de comunicação marítimas. — Defesa em profundidade do território nacional. — Vigilância e patrulha das áreas marítimas. — Cooperação com a NATO. — Projecção da imagem no estrangeiro.
	CORVETAS	4	
	SUBMARINOS	4	
		3	
	CORVETAS	6	— Protecção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição nacional. — Busca e salvamento.
COSTEIROS	DRAGA-MINAS	4	— Defesa de portos e seus acessos.
	PATRULHAS	10	— Protecção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas costeiras e interiores, sob jurisdição nacional. — Busca e salvamento em áreas costeiras.
AUXILIARES		1	— Reabastecimento de combustível.
		1	— Balizador.
		1	— Hidrográfico/oceanográfico.
		1	— Escola (veleiro).
		6	— Lanchas de patrulha.
		3	— Lanchas de desembarque grandes.
	OUTROS	15	— Lanchas de desembarque médias e pequenas.

— Para cumprir as missões oceânicas de protecção das LCM e da defesa em profundidade do território nacional, Portugal dispõe actualmente de 11 navios de superfície (7 fragatas e 4 corvetas anti-submarinas) e de 3 submarinos. Calcula-se ser necessário para este efeito um núcleo mínimo constituído por 6 fragatas e 12 corvetas anti-submarinas e 4 submarinos. Existe assim um défice quantitativo de meios para a realização da tarefa. Além disto, as três fragatas da classe «Almirante Pereira da Silva», oriundas dos anos 60, estão inoperativas, não se prevendo a sua recuperação. Aguarda-se, entretanto, a aquisição de três novas fragatas para substituí-las.

As quatro fragatas da classe «Comandante João Belo», também oriundas da década de 60, têm a sua capacidade de combate já bastante reduzida. Espera-se, contudo, proceder a uma modernização parcial destes navios. As quatro corvetas anti-submarinas de classe «Baptista de Andrade», construídas nos anos 70, dispõem de alguma capacidade operacional, compatível com essa classe de navios.

Os três submarinos da classe «Albacora», construídos nos anos 60, têm ainda alguma operacionalidade; necessitam, no entanto, de uma modernização que lhes confira maior segurança e capacidade das suas armas e sensores.

— Para cumprimento das missões oceânicas de protecção dos interesses económicos nas áreas de jurisdição nacional dispõe-se somente de 6 corvetas da classe «João Coutinho», cujas características satisfazem razoavelmente as necessidades nacionais. O número de navios achado conveniente para uma eficaz fiscalização está porém calculado em 15 patrulhas-oceânicas, dotados de helicóptero embarcado, razão porque se utilizam nesta missão da Marinha as fragatas e corvetas anti-submarinas atrás referidas. O inconveniente de tal adopção reside porém em utilizar meios excessivamente dispendiosos para o tipo de tarefa exigida e de não se dispor de helicópteros embarcados, o que reduz a eficácia e aumenta os custos em combustível e desgaste do material.

— No que respeita às missões costeiras de defesa dos portos nacionais e águas de acesso (guerra de minas) calcula-se ser necessário esta-

belecer um núcleo mínimo de 6 draga/caça-minas e 3 lanchas de dragagem, com capacidade de rápida expansão para 12 draga-minas e 3 caça-minas, se se pretender a limpeza de um porto de primeira prioridade em cada uma das parcelas do território nacional em quatro ou cinco dias. Dispõe-se actualmente de quatro projectos draga-minas, oriundos dos anos 50, com capacidade operacional praticamente nula.

- A missão de protecção dos interesses económicos nas áreas costeiras e interiores é levada a cabo por 10 patrulhas da classe «Cacine», que têm alguma operacionalidade na fiscalização e protecção da pesca, quando o estado do mar não é muito alteroso. O núcleo mínimo calculdo como indispensável é de 12 unidades (com maior estabilidade de plataforma e melhor equipamento), razão porque se utilizam também nesta tarefa os quatro draga-minas atrás aludidos.
- Finalmente, os restante navios auxiliares realizam tarefas cujo enunciado, expresso no Quadro I, julgo ser suficientemente elucidativo para não mecerem maiores esclarecimentos para além de que se trata de navios todos eles muito antigos, carecendo de substituição ou modernização muito profunda.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal sempre foi e será uma nação de pendor marcadamente marítimo. A sua identidade, geografia, história e sobrevivência como nação europeia independente têm revelado a necessidade de manter as características atlânticas, dentro ou fora de qualquer aliança ou comunidade em que esteja inserido.

Dai que a estratégia naval portuguesa ocupe já, nos documentos legais existentes, uma posição de relevo.

Tal circunstância obriga porém a exercer um esforço permanente de defesa na área marítima que permita ao País levar a cabo, com um mínimo de independência, a sua política externa. Não são de exigir meios excepcionais, que a nossa economia não suporta. Contudo, há que fazer certos sacrifícios para que Portugal mantenha no mar uma presença activa e operacional, quer na Marinha Mercante quer na

Marinha de Guerra, sem a qual a nossa capacidade de manobra estará muito reduzida.

Se não dispendermos na defesa das nossas imensas águas poderemos ter que seguir a reboque de outros interesses que não os nossos.

Termino lembrando que uma Marinha pode tornar-se obsoleta muito depressa. Recuperá-la ou modernizá-la é tarefa que demora sempre muitos anos; tantos mais quanto mais se deixar envelhecer e degradar os seus navios.

Escola Naval, 3 de Abril de 1986.

António C. Fuzeta da Ponte

Contra-Almirante

ALGUMA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- J. CALVET DE MAGALHÃS, «Euro-atlantismo», *Estratégia* / «Revista de Estudos Internacionais», n.º 1 — Primavera de 1986.
- D. K. PALIT, «The essentials of military Knowledge», C. Hurst, London, 1967.
- F. DA PONTE, «Linhas de comunicação marítimas», *Estratégia* / «Revista de Estudos Internacionais», n.º 1, — Primavera de 1986.
- «THE MARITIME STRATEGY», *Proceeding/US Naval Institute*, Separata de Janeiro de 1986.
- «PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA», Estado-Maior da Armada, 1.ª Versão, 1981.
- VIRGÍLIO DE CARVALHO, «Contributo para a formação de um conceito estratégico de defesa militar», *Revista «Nação e Defesa»*, Dezembro de 1981.
- IDEM, «Ciclo de lições de estratégia», Instituto Superior Naval de Guerra, 1980.
- EDWARD M. EARL, «Makers of modern strategy», Princeton University Press, 1973.
- MICHAEL HOWARD, «The forgotten dimensions of strategy», *Naval War College Review*, 1979.

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«NAVAL FORCES» (RFA), n.º 11/1986

Tendo em atenção os objectivos da estratégia marítima dos EUA — controlo de crises, dissuasão da guerra, prossecução da guerra com êxito no caso de a dissuasão não resultar — a Administração americana pretende constituir uma Marinha de Guerra de 600 navios. Entre estes incluem-se 15 porta-aviões (para formar 15 grupos — Carrier Battle Group (CBG), 4 couraçados (para formar 4 grupos — Battleship Surface Action Group (BSAG), 100 submarinos de ataque de propulsão nuclear, um número não especificado de submarinos lança-mísseis balísticos, um trem de navios anfíbios para movimentar uns 48 000 homens e respectivo equipamento, 100 a 110 fragatas, 31 navios de contra-medidas de minas, etc. De momento faltam, entre outros, os seguintes navios para completar os totais previstos: 2 porta-aviões, 2 couraçados, 38 escoltadores oceânicos, 2 submarinos de ataque, 13 navios anfíbios, 28 navios de contramedidas de minas.

Além dos navios indicados, a Marinha dos EUA planeia construir eventualmente 25 navios para posicionamento de material militar em zonas distantes.

Quanto à distribuição dos grupos pelos teatros de operações ela parece poder ser a seguinte:

	<u>CBG</u>	<u>BSAG</u>
Mediterrâneo	3	1
Atlântico	4	1
Pacífico Ocidental	4	1
» Oriental	2	—
Índico	2	1

*

* *

O primeiro porta-aviões clássico da URSS, lançado à água em 10 de Dezembro de 1985 no estaleiro de Nicolayev, no mar Negro, parece ter rece-

bido prioridade no seu acabamento relativamente a outros grandes navios, por exemplo enquanto ao quarto porta-aeronaves (helicópteros e aviões «V/STOL») da classe Kiev, e a dois cruzadores da classe Slava.

Presumivelmente, a nova classe de porta-aviões convencionais soviéticos poderá operar mais de 60 aviões, incluindo clássicos de asa fixa de novo modelo, aviões «V/STOL» (descolagem e aterragem vertical e/ ou curta), e helicópteros.

«PROCEEDINGS» (EUA), de Março de 1986

A transformação dos 50 aviões «A-7 Corsair II» em A-7P» para a Força Aérea Portuguesa ficará completada na Primavera de 1986. A remanufactura das duas esquadras de aviões «A-7P» começou em 1981, tendo ficado os primeiros 20 prontos em 1982. O contrato relativo aos restantes 30 foi assinado em 1983 (incluindo 6 aviões bilugares) e as primeiras entregas começaram em Outubro de 1984.

A configuração dos «A-7P» é tão moderna quanto a tecnologia o permite, recebendo ainda os aviões o radar «APQ-126 multi-mode» e o soberbo sistema de navegação de inércia «ASN-90» que lhes confere grandes possibilidades de bombardeamento de precisão. Além do mais, os «A-7P» poderão instalar um arsenal diverso de armas, desde os famosos mísseis ar-ar «Sidewinder» e 1000 libras de bombas, aos mísseis modernos «Harm» autodirigidos para fontes de radiações, e aos mísseis ar-superfície «Bullpup». Os «A-7P» têm mais de 4 horas de autonomia, com a possibilidade de a aumentar para 5,5 com tanques extra de combustível, o que é particularmente útil para actuar no disperso território de Portugal, entre o Continente e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, para o que poderão vir a contar ainda com a assistência do radar «FLIR» (Forward Looking-Rex Radar) que lhes conferirá capacidade autêntica de voo nocturno a baixa altitude. Os «A-7P» dispõem também de equipamento de radar especial para navegação a alta velocidade e a baixa altitude (*terrain-following/terrain-avoidance*) que lhes permite passar sob a cobertura radar do território adversário.

«NAVY INTERNATIONAL» (INGLATERRA), de Março de 1986

A Vosper Thornycroft entregou já um sistema de mísseis antinavio baseado em terra para a defesa do estreito de Gibraltar, consistindo em dois reparos duplos lançadores de mísseis «EXOCET», a instalar em veículos atrelados.

Trata-se de um sistema totalmente aerotransportável num avião «C - 130 Hércules», e capaz de poder entrar rapidamente em acção.

«NAVAL FORCES» (RFA), n.º III/86

O porta-aeronaves espanhol «Príncipe das Astúrias» será entregue pelos estaleiros Bazan, no Ferrol, em Abril de 1987.

Entretanto subsistem dúvidas quanto ao posicionamento da Espanha perante a NATO, e a Marinha espanhola contenta-se por ora em ver se o programa naval, que visa o completamento do «Grupo de Combate» a constituir em redor do «Príncipe das Astúrias», e que comporta 4 fragatas, se concretiza. Quanto às fragatas, a primeira deveria ficar pronta em Maio de 86, outras duas em Outubro de 87 e Maio de 88, e a quarta ainda não foi encomendada. Qualquer possível novo conceito naval está bloqueado pela decisão de o país aderir, ou não, à estrutura militar da NATO.

Na Marinha espanhola pensa-se que existem duas missões distintas para a Corporação: a de interesse nacional, e a de cooperação. Quanto a percepções geopolíticas, é referido (e não só pela Marinha) um polígono limitado pelos paralelos de Brest e de Cabo Verde, pelo meridiano dos Açores e pelo da Sardenha e da Sicília, como constituindo a sua área de interesse. Neste polígono estão inseridos os territórios espanhóis da Península Ibérica, das Canárias, das Baleares, da ilha de Alboran e das cidades de Ceuta e Meliá. O Plano Estratégico Conjunto, aprovado pelo Governo, identifica dois triângulos estratégicos, um formado pelos vértices dos Açores, das Canárias e do Estreito de Gibraltar, e o outro por Gibraltar, Cabo Rosas e a extremidade ocidental da Sicília. O Estreito de Gibraltar representa a convergência dos dois triângulos. A Marinha principalmente, mas também os outros Ramos, concebem a realização do seu papel defensivo na assunção de um comando NATO do Estreito de Gibraltar.

O antigo Embaixador espanhol na NATO, Ruperez, mantém que um ponto que poderia fazer-se aprovar seria o da criação de um comando

do Estreito de Gibraltar sob a responsabilidade de um Almirante espanhol, no âmbito do comando inglês «Gib-Med». Mas há objecções a esta solução, por receio de a sua aceitação poder ser tomada por um reconhecimento do comando de Gibraltar e do Estreito em mãos inglesas, prejudicial às negociações para a recuperação da praça-forte. Mas a posição da Marinha espanhola parece ser a de enveredar pela missão de cooperação, com o argumento de que, se a Espanha desenvolver a sua capacidade militar para o controlo do Estreito e suas aproximações, reforçá-la com assistência aliada e fazê-la reconhecer numa estrutura de comando NATO apropriada, o valor militar de Gibraltar diminuirá e a Inglaterra, em consequência, terá perdido um incentivo, ou uma desculpa, para se agarrar ao rochedo.

«*DÉFENSE NATIONALE*» (FRANÇA), de Abril de 1986

FORÇAS FRANCESAS NA ALEMANHA

Tendo entrado na Alemanha juntamente com outras forças aliadas, as forças francesas estabeleceram-se em 1945 numa «zona de ocupação» situada na parte sudoeste do país.

Em 1955 a República Federal da Alemanha, formada em 1949 com base nas zonas de ocupação ocidental, acedeu à soberania e tornou-se membro da Aliança Atlântica. Deste modo — deixado de parte o problema de Berlim — terminou o regime de ocupação. Desde então as forças aliadas na Alemanha são consideradas forças estrangeiras estacionadas no território de um país aliado e soberano.

Em 1966, em consequência da retirada francesa da organização militar integrada da Aliança, a estada de forças francesas na Alemanha foi objecto de um acordo bilateral entre a França e a RFA.

As Forças Armadas francesas na Alemanha (RFA) são essencialmente constituídas pelo II Corpo do Exército, cujo Quartel-General se encontra em Baden-Baden.

Os efectivos deste CE aproximam-se dos 50 000 homens (três divisões blindadas — 1.ª, 3.ª e 5.ª — elementos orgânicos do Corpo e uma brigada de apoio logístico, aos quais é necessário acrescentar o pessoal da Força

Aérea, da «Gendarmerie» e da infra-estrutura militar, num total de cerca de 1800 militares.

As unidades do II CE encontram-se repartidas por 30 guarnições, que englobam 75 quartéis, situadas na Renânia, no Sarre e no Bad-Wurtemberg.

A estes efectivos militares devem somar-se 39 400 civis, dos quais 29 300 são família dos militares e 10 000 pessoal civil ao serviço das FA (educação nacional, empregados, operários).

Todos estes franceses em serviço na Alemanha prefazem um total geral de mais de 90 000 pessoas.

O II CE está equipado com 16 000 viaturas de rodas, 2000 viaturas blindadas das quais 550 são carros de combate, 150 peças de artilharia e 60 helicópteros. Também está dotado dos equipamentos mais modernos («RITA», «Roland», «VAB», «Hot», «Gazelle 342»).

As infra-estruturas compreendem 12 093 alojamentos para famílias, 57 escolas que acolhem 8500 alunos, 10 liceus, 3 colégios, 4 hospitais e 2 centros médicos.

As actividades desenvolvidas pelas unidades do II CE têm por objectivo essencial manter o conjunto das forças num elevado grau de aptidão operacional. Essas actividades são numerosas e variadas, indo de um período de dois meses de formação comum de base de todos os soldados anualmente incorporados, ao qual se segue a instrução no quadro das diversas subunidades e órgãos de serviços, à participação em numerosos exercícios, manobras e exercícios de Postos de Comando, de transmissões e de logística.

A fim de manter a interoperacionalidade das forças francesas e alemãs, numerosos exercícios são efectuados em comum.

Assim, três vezes por ano procede-se à troca de unidades elementares durante períodos de três semanas e são realizados exercícios bilaterais que compreendem trocas a nível do grupo de combate, de pelotão e companhia.

Além de se efectuarem geminações entre unidades das duas nacionalidades, são sempre reservados alguns lugares nos cursos e estágios para os militares da outra nação.

Os militares do contingente geral (Serviço Militar Obrigatório — SMO) representam 13 por cento dos quadros e 96 por cento das praças, ocupando estes últimos a quase totalidade das especialidades combatentes: condutores de carro de combate e de outros engenhos blindados, atiradores, radiotele-

fonistas, granadeiros, serventes de armas pesadas e ligeiras (incluindo as peças de artilharia e os mísseis anticarro «MILAN»), condutores de todas as viaturas de rodas, operadores de materiais sofisticados de engenharia e de transmissões.

Também os elementos do SMO guarnecem numerosos postos de especialistas, tais como radiotelegrafistas, mecânicos de transmissões, mecânicos automóveis, amanuenses, cozinheiros, etc., necessários ao apoio e à vida das unidades de combate.

Portanto, a aptidão operacional das Forças Francesas na Alemanha é devida, em larga medida, à competência e aos conhecimentos adquiridos pelo pessoal do contingente que, por sua vez, são obtidos não só por intermédio de uma instrução adequada e de um treino aturado, mas, também, pela disciplina, pela disponibilidade, pela facilidade de adaptação e pela generosidade, qualidades amplamente comprovadas pelos jovens franceses no cumprimento do serviço militar.

A implantação sobre território alemão de forças francesas determina uma estreita ligação com as formações militares das Potências Aliadas signatárias dos acordos quadripartidos de 1945 e com as da RFA depois de 1955.

Deste modo a França mantém na Alemanha Ocidental uma força significativa que serve para comprovar a solidariedade francesa com os outros parceiros da NATO.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Abril de 1986

A firma francesa Aerospatiale participa de forma muito ampla no programa europeu de cooperação técnica EUREKA, colaborando activamente em três projectos cujo desenvolvimento e aplicações excedem muito o sector aeronáutico e espacial:

- MENTOR destina-se ao aperfeiçoamento de um sistema para análise em tempo real dos riscos da gestão de crises; utilizando as tecnologias mais avançadas de informática, proporcionará, a cada momento, uma apreciação sintética da situação e os melhores elementos para tomada de decisão.
- O projecto MENTOR-APEX (Advanced Project for European Information Exchange) destina-se a facilitar o intercâmbio de informações de qualquer tipo entre as entidades que participam nos programas aeronáu-

ticos e espaciais estabelecidos em cooperação; este projecto tem por objectivo o desenvolvimento de comunicações coerentes entre bancos de dados especializados que utilizem lógicas de base não compatíveis.

— **PARAN** é o primeiro elemento de um sistema completo, assistido por computador, por sistemas inteligentes e por tecnologia de grupo para controlo de fabrico; destina-se a solucionar os problemas de coerência na sucessão das operações de fabrico em oficinas de tipo diferente instaladas na mesma fábrica e a assegurar a continuidade e a homogeneidade dos reabastecimentos graças à utilização da informática em todos os patamares de produção.

«**CAMBIO 16**» (ESPANHA), de 7 de Abril de 1986

O avião «**HARRIER**» de descolagem vertical e/ou curta de fabrico britânico foi adoptado pelo Pentágono e, em especial, pela Marinha dos Estados Unidos que está a ser equipada com este revolucionário aparelho, o único que pode ser «agarrado» e lançado por uma grua **SKYHOOK** e embarcar em navios de superfície ou em submarinos.

A Marinha norte-americana possui já mais de 350 aviões «**AV-8 HARRIER**», e estão encomendados mais.

O «**AV-8 HARRIER**» pode transportar uma carga defensiva de cinco toneladas de bombas e, na sua versão de intercepção, armado de mísseis «**SIDEWINDER**» — tal como foi utilizado na guerra das Malvinas —, tem um elevado poder de ataque contra aviões e alvos marítimos.

O «**HARRIER II**» é o único avião de descolagem vertical e/ou curta que foi submetido a duras provas durante os ensaios que realizou no Ártico e no Alasca.

«**L'EXPRESS**» (FRANÇA), de 11 a 17 de Abril de 1986

O Governo dos Estados Unidos tem a intenção de não deixar baixar indefinidamente o preço do petróleo sem reagir, segundo declarou o Vice-Presidente George Bush na Arábia Saudita, primeiro produtor mundial.

Os americanos inquietam-se sobre as consequências que uma quebra maior e súbita dos preços poderá vir a ter na sua indústria petrolífera, e pretenderiam convencer a Arábia Saudita a reduzir a sua produção própria.

Mas o Governo de Ryad, que já resistiu a algumas pressões por parte da Líbia e do Irão, parece pouco disposto a atender a mensagem americana e estará decidido a manter a produção num nível elevado — 4 a 5 milhões de barris por dia — durante o tempo necessário para fazer «dobrar» a Grã-Bretanha e a Noruega.



Mesmo com o risco de desgostar Washington, o Governo japonês poderá adoptar o projecto nacional para a construção do avião de caça «FSX», para o qual a firma francesa Dassault estará pronta a dar assistência técnica.

Será uma parada de vulto — 5,6 milhões de dólares — para a substituição de uma centena de velhos «F 1», sendo o negócio também asperamente disputado pelas McDonnell Douglas («F-18»), General Dynamics («F 16») e pelo Consórcio europeu PANAIA («Tornado»).

«PROCEEDINGS» (EUA), de Maio de 1986

A Marinha Soviética dispõe de 283 navios de superfície principais e de 381 submarinos. Entre aqueles contam-se 3 porta-aeronaves não clássicos (para operar aviões «V/STOL»), 2 porta-helicópteros, 36 cruzadores, 63 «destroyers» e 197 fragatas. Quanto a submarinos, 77 lança-mísseis balísticos, 62 lança-mísseis de cruzeiro e 242 de ataque de propulsão nuclear. Além destas unidades, contam-se ainda 78 navios anfíbios, 390 para guerra de minas, etc.

A URSS manteve em 1985 cerca de 15 por cento dos seus navios no mar, inclusive em estacionamento nas Caraíbas (3 a 4), na África Ocidental (5 a 8), no Sul do Mar da China (25 a 30), no Mediterrâneo (45 a 50) e no oceano Índico (20 a 25).

«THE ECONOMIST» (INGLATERRA), de 3 de Maio de 1986

Os americanos deram um pequeno passo para a substituição do seu arsenal de armas químicas obsoletas, sendo as que as irão substituir mais seguras para fins de utilização e de manuseamento.

Assim, as novas armas químicas dos EUA terão agentes binários, isto é, duas componentes individualmente inofensivas que se tornarão letais apenas quando misturadas, após terem sido disparadas.



O Ministro da Defesa da Inglaterra adjudicou o contrato principal para a construção do primeiro submarino lança-mísseis balísticos «Trident», que terá o nome de «HMS Vanguard». O contrato, concedido à Vickers, tem como incentivos, entre outros, penalidades para ultrapassagem do prazo de construção e bônus por construção a preço inferior ao previsto. A Vickers já tinha sido encarregada de contratos menores relativos ao mesmo projecto.

«CAMBIO 16» (ESPAÑA), de 5 de Maio de 1986

Em Espanha, o Plano da Frota que supõe a reestruturação da marinha mercante, aprovado em Outubro pelo Conselho de Ministros, vai começar a sua aplicação proximamente.

Este plano foi elaborado com o consenso de todo o sector interessado, e o seu custo total atingirá 27 000 milhões de pesetas.

O seu objectivo é, sem aumentar a frota da marinha mercante, melhorar os navios existentes e adequá-los às exigências dos mercados, sobretudo dos europeus, com os quais têm de competir com rentabilidade económica.

Com este plano, o Governo espanhol espera terminar com o proteccionismo de que o sector tem gozado e propiciar uma maior fusão de empresas.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 7 de Maio de 1986

O «raid» norte-americano de 15 de Abril de 1986 contra a Líbia revigoreou o debate sobre o papel e os custos dos porta-aviões nos EUA.

Os críticos dos porta-aviões argumentaram que eles seriam alvos vulneráveis se tivessem de ser utilizados contra a URSS, e que o seu poder

de ataque é limitado pela circunstância de muitos dos seus aviões terem de ser usados para fins de defesa dos próprios porta-aviões.

Os favoráveis aos porta-aviões entendem que eles são instrumentos flexíveis pelo facto de disporem de uma diversidade de tipos de aviões que lhes permitem efectuar missões de projecção de poder diversificadas, e que, embora as bases aéreas possam ser mais baratas que os porta-aviões, estes poderão não estar sempre sob controlo dos EUA.

A operação contra a Líbia tem também sido estudada sob a perspectiva da cooperação que houve entre a Marinha e a Força Aérea dos EUA, o que, segundo os analistas, deve ser um ingrediente estratégico necessário dos tempos presentes.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 9 de Maio de 1986

O Senado dos EUA aprovou unanimemente o mais radical plano para reorganizar a hierarquia militar do país em cerca de 30 anos. Segundo o diploma aprovado, será alargado o papel de conselheiro do Presidente da Junta dos Chefes de Estado-Maior, e será conferido maior controlo sobre forças em combate aos comandantes - chefes operacionais. A medida reduzirá a autoridade dos Chefes dos Ramos das Forças Armadas com o objectivo de aumentar a cooperação entre o Exército, a Marinha e a Força Aérea. O diploma cria também um novo Subsecretário da Defesa para a aquisição de equipamento e armas, na sequência de muitas críticas sobre armas mal concebidas e de tempo de construção excessivo.

Os apologistas das alterações argumentaram que a fraca coordenação de esforços conjuntos levou a inêxitos militares como a falhada tentativa de salvamento de retidos americanos no Irão em 1980.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 9 a 15 de Maio de 1986

Provavelmente no próximo Outono o Governo de Bona decidirá participar no projecto do vaivém espacial francês «Hermes».

Na base desta decisão dos responsáveis oeste-alemães estará a «arrogância» dos norte-americanos no que diz respeito às condições da partici-

pação dos europeus no projecto da estação espacial «Colombo», os insucessos do vaivém «Challenger» e dos mísseis «Titan» e «Delta».

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 25 de Abril a 1 de Maio de 1986

Nos Estados Unidos parece existir uma certa inquietação porque, após a explosão na descolagem de um foguetão «TITAN» sobre a base de Vandenberg, em 18 de Abril, Washington poder-se-á ver privado dos seus satélites de vigilância mais eficazes.

O segundo acidente com os «TITAN» em menos de um ano significa que, actualmente, os americanos apenas possuem em órbita um satélite «KH-11».

Podem pois fazer-se duas constatações: o Pentágono não tem vectores para lançamento de satélites de grande volume e peso; será bastante mais difícil fazer o controlo dos deslocamentos dos mísseis soviéticos e dos movimentos de tropas na Europa de Leste.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 7 de Maio de 1986

Os países europeus ocidentais terão aumentado significativamente as suas vendas de armas a países em desenvolvimento, 25,6 por cento para 31,30 por cento do total, tendo ultrapassado em 1985 os EUA, ou a URSS, segundo um comunicado do Governo norte-americano baseado em dados não confidenciais. O grosso das exportações cabe à Inglaterra, França, Itália e RFA, situando-se outros países, como a Bélgica, Suíça e Espanha, a um nível mais baixo. Contrastando com este panorama, baixaram as exportações soviéticas (de 37,4 por cento em 1984 para 30,4 por cento em 1985) e americanas (de 20,6 por cento em 1984 para 17,8 por cento, no presente ano).

Uma das explicações para o acontecido, bem como para a diminuição das compras de armas, poderá residir na questão da dívida dos países do Terceiro Mundo, que os poderá estar levando a comprar menos e, simultaneamente, a procurá-las em mercados mais baratos. Mas, apesar disso, verificaram-se importantes compras por países árabes: bombardeiros «Tornado» ao consórcio britânico-alemão ocidental-italiano pela Arábia Saudita e pelo Oman, e caças franceses «Mirage» pelo Iraque.

«CAMBIO 16» (ESPAÑA), de 9 de Junho de 1986

O Estreito de Gibraltar é a «avenida» de maior densidade de trânsito de submarinos de propulsão nuclear do Mundo. E o Governo espanhol quer, a partir do próximo ano, controlá-la.

Os 12 quilómetros do Estreito de Gibraltar, depois dos bombardeamentos americanos à Líbia, converteram-se em algo de vital. Russos, americanos e forças da NATO quase que têm de pedir licença para passar nas suas águas.

O MDN espanhol Narcis Serra declarou: «A defesa da soberania espanhola passa pelo conhecimento e controlo do que ocorre no Estreito».

Os americanos dispõem para controlo do Estreito de uma rede de escuta hidrofónica «SOSUS» (Sound Surveillance System) assente no fundo, complementada por equipamentos de escuta hidrofónica rebocados por navios, enviando o conjunto elementos para o ordenador «Ilyac-4» instalado na base de Norfolk, na Virgínia. No Estreito também se encontram fundeados sistemas de detecção de anomalias magnéticas britânicos semelhantes aos «SOSUS».

A Espanha, para além dos sonares instalados nos seus navios anti-submarinos, disporá de uma rede de sonares fundeados desde Gibraltar até Rota. E é possível que, em princípios do próximo ano, entre em serviço a Força Rápida da Armada Espanhola, liderada pelo novo porta-aeronaves «Príncipe das Astúrias», que inclui fragatas modernas com o dispositivo «LAMPS» para detecção anti-submarina.

A zona do Estreito interessa substancialmente à defesa espanhola como vértice do eixo estratégico que une as Canárias com as Baleares, numa posição chave para qualquer conflito no Mediterrâneo. O Senador socialista Jaime Pérez Llorca escreveu: «A situação estratégica da nossa província (Cádiz) e a sua proximidade dos espaços estratégicos que mais importam hoje à segurança da Espanha permitem à nossa Pátria ... uma capacidade de controlo sobre o Estreito bastante superior à que a França pode, com êxito, projectar sobre a África Central.

Para a defesa das Canárias e suas comunicações, também a Espanha pode projectar a partir de Cádiz uma capacidade de defesa e controlo razoavelmente superior à que a Grã-Bretanha pôde, tão brilhante e eficazmente, projectar sobre as Malvinas».

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 7 de Maio de 1986

Segundo informação da agência Tass, a União Soviética e a República Popular da China assinaram um acordo para o alargamento da cooperação nos domínios científico, cultural, saúde, desportivo, e ainda noutras áreas.

O acordo, que cobrirá os anos de 86 e 87, foi assinado pelo Vice-Primeiro-Ministro dos Negócios Estrangeiros das URSS, Mikhail S. Kapitsa, e pelo Embaixador da China em Moscovo, Li Zewang.

Outros sectores cobertos pelo acordo são a educação, arte, publicações, indústria de cinema e TV, e a radiodifusão.

As relações entre Moscovo e Pequim têm melhorado nas áreas apolíticas nos anos recentes, mas as duas potências comunistas permanecem divididas no que diz respeito aos grandes problemas de política estrangeira.

«EL PAIS» (ESPAÑA), de 15 de Junho de 1986

A Espanha tenciona adquirir nos próximos meses mísseis antiaéreos portáteis para a defesa contra aeronaves a baixa altitude.

O Ministro da Defesa tem previsto um investimento de cerca de 10 000 milhões de pesetas.

Cinco modelos de mísseis partencentes a outras tantas empresas estrangeiras participam no concurso para o fornecimento deste material.

